

Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

**Padrão de Descrição de Informação:**  
avaliação da capacidade representacional de bens materiais

Milene Rosa de Almeida

São Carlos – SP  
2014

MILENE ROSA DE ALMEIDA

**Padrão de Descrição de Informação:**  
avaliação da capacidade representacional de bens materiais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Luzia Sigoli Fernandes Costa.

São Carlos – SP  
2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

A447pd

Almeida, Milene Rosa de.

Padrão de descrição de informação : avaliação da capacidade representacional de bens materiais / Milene Rosa de Almeida. -- São Carlos : UFSCar, 2014.  
149 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2014.

1. Desenvolvimento social - ciência, tecnologia e sociedade. 2. Catalogação (Representação descritiva). 3. Patrimônio cultural. 4. Fazenda histórica. 5. Sistema MARC.  
I. Título.

CDD: 303.483 (20<sup>a</sup>)



**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE  
MILENE ROSA DE ALMEIDA**

Prof. Dra. Lúzia Sigoli Fernandes Costa  
Orientadora e Presidente  
UFSCar

Prof. Dra. Elisa Yumi Nakagawa  
Membro externo  
USP/São Carlos

Prof. Dra. Ariadne Chloe Mary Furnival  
Membro interno  
PPGCTS/UFSCar

Submetida a defesa pública em sessão realizada em: 07/02/2014.  
Homologada na 72ª reunião ordinária da CPG do PPGCTS, realizada em

10/03/2014

Prof. Dra. Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi  
Coordenadora do PPGCTS

Fomento:

defesa de nº 89

Para Lara, a estrelinha mais brilhante do meu céu.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, que nunca me desamparou.

Agradeço à minha orientadora, Doutora Luzia Sigoli, por me auxiliar neste desafio pessoal e acadêmico.

Agradeço aos meus pais, Mara e José, por entenderem minhas ausências durante este período, e ao meu irmão José Henrique, e Théo, meu anjo de quatro patas.

Agradeço ainda à minha avó Yvonny, minha tia Marize e meus primos Larissa e Marco, que desde o processo de seleção estavam na torcida.

Meu muito obrigada aos proprietários da Fazenda Santa Maria do Monjolinho, senhor Décio e dona Carmem, por autorizarem a realização da coleta dos dados para o desenvolvimento deste estudo e pelas deliciosas conversas.

Meu muito obrigada aos colegas da Biblioteca da Unesp/Assis e colegas do IFSP Catanduva (Ivan, Izabela, Kleber Sartorio e Milena).

Obrigada, Juliana Barretto de Toledo, Tarsila, Vinicius e Élcio, pelo companheirismo e por abrirem as portas de sua casa sempre que precisei.

Agradeço ainda aos meus colegas de PPGCTS pela amizade, pelas risadas, pela troca de experiências e por me mostrarem que é possível fazer a ciência avançar mesmo tendo uma vida paralela. Um grande abraço aos colegas Juliana, Marcel, João Ricardo, Roberta e Ardala.

Não poderia me esquecer de minha grande amiga Lígia P. Ferreira, que acompanhou de perto toda essa trajetória.

Para não cometer a injustiça de me esquecer de alguém, agradeço à todos os amigos que torceram pelo meu sucesso.

*Se a aparência e a essência das coisas coincidissem, a ciência seria desnecessária.*  
*K. Marx*

ALMEIDA, Milene Rosa de. **Padrão de Descrição de Informação:** avaliação da capacidade representacional de bens materiais. 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

## RESUMO

O desenvolvimento rural das regiões Sudeste e Sul brasileiras deu-se em meados do século XVIII, primeiramente com a mineração e posteriormente com as culturas de café e cana-de-açúcar. Além do desenvolvimento econômico, destacam-se as riquezas arquitetônicas e culturais desses espaços. A fim de descrever bens patrimoniais rurais materiais e imateriais existentes nestas fazendas, criou-se o Padrão de Descrição de Informação (PDI), utilizando-se de preceitos teóricos e metodológicos das Ciências da Informação e da Computação. O PDI é composto por 13 grupos de descrição, conforme o campo, o conteúdo e a natureza do bem patrimonial. Os parâmetros para obtenção de uma descrição abrangente e exaustiva dos bens foram retirados de códigos, normas e roteiros biblioteconômicos, arquivísticos, museológicos e informáticos. A presente pesquisa realizou um estudo comparativo entre os campos de descrição do PDI e o padrão *MAchine Readable Cataloging* (MARC 21), largamente utilizado em bibliotecas. A metodologia constou de um estudo teórico sobre patrimônio rural e sobre catalogação, com destaque para o padrão MARC 21, seguido da análise comparativa do PDI e MARC 21. Como resultados, apontou-se que o PDI necessita de pequenas intervenções a fim de permitir uma descrição mais completa dos bens patrimoniais materiais identificados nas fazendas históricas paulistas. Concluiu-se que o PDI é capaz de realizar a representação descritiva do bem patrimonial material rural de modo satisfatório.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fazenda histórica paulista; patrimônio cultural rural; catalogação; MARC 21.



ALMEIDA, Milene Rosa de. **Padrão de Descrição de Informação:** avaliação da capacidade representacional de bens materiais. 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

### **ABSTRACT**

The rural development in the Brazilian South and Southeast started in the mid-eighteenth century, initially by mining and later by coffee and sugar cane crops. Besides the economic development, the architecture and culture are highlights from these regions. In order to describe tangible and intangible rural heritage from these farms, it was developed the Information Description Standard (IDS) using theoretical and methodological Information and computer sciences precepts. The IDS is compound by 13 description groups according to the scope, content and kind of heritage assets. The parameters to obtain a completed and detailed description of the heritage assets were taken from codes, standards and librarianship, archival, museological and computer science roadmaps. This research conducted a comparative study between the IDS description fields and the standard Machine Readable Cataloging (MARC 21), widely used in libraries. The methodology used a theoretical study on rural heritage and cataloging, highlighting the MARC 21 standard, followed by the comparative analysis of IDS and MARC 21. As a result, it was pointed out that the IDS needs of small interventions to enable a more complete description of the properties identified in São Paulo historic farms. In the end, it was concluded that IDS is able to perform the descriptive representation of the rural heritage satisfactorily.

**KEYWORDS:** São Paulo's historic farm, rural cultural heritage, cataloging, MARC 21.

## LISTA DE SIGLAS

AACR2 – *Anglo-American Cataloguing Rules*  
CALCO - Catalogação Legível por Computador  
CBU – Controle Bibliográfico Universal  
CMU - Centro de Memória da Unicamp  
CTS – Ciência, Tecnologia e Sociedade  
DCMI - *Dublin Core Metadata Initiative*  
EAD - Encoded Archival Description  
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo  
FRAD - *Functional Requirements for Authority Data*  
FRBR - *Functional Requirements for Bibliographic Records*  
IFLA - *International Federation of Library Associations and Institutions*  
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
ISAD (G) - Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística  
ISBD - *International Standard Bibliographic Description*  
ISBN - *International Standard Book Number*  
ISSN - Número Internacional para Publicações Periódicas  
LC - Library of Congress  
MARC - MACHine Readable Cataloging  
MARC 21 - MACHine Readable Cataloging, 21st century  
MARC II - MACHine Readable Cataloging, versão de 1968.  
MVR - Memória Virtual Rural  
PDI - Padrão de Descrição de Informação  
RDA - *Resource Description and Access*  
RDF - *Resource Description Framework*  
RIEC - Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação  
SACI - Sistema de Apoio à Comunicação Integrada  
SICG - Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão  
TICs – Tecnologias de informação e comunicação  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
USP – Universidade de São Paulo  
XML - *eXtended Markup Language*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO: DESENVOLVIMENTO E ENFOQUES</b> .....	16
<b>2.1 O interior paulista, ruralidade e legado identitário</b> .....	23
<b>2.2 O ambiente rural e o patrimônio: mescla entre culturas e a guarda patrimonial</b> .....	30
<b>3 CATALOGAÇÃO: REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	35
<b>4 PADRÃO DE DESCRIÇÃO DE INFORMAÇÃO E MARC 21: ANÁLISE E RESULTADOS</b> .....	52
<b>4.1 Catalogação de monografias</b> .....	57
<b>4.2 Catalogação de materiais cartográficos</b> .....	66
<b>4.3 Música escrita</b> .....	74
<b>4.4 Gravação de som</b> .....	82
<b>4.5 Filmes cinematográficos e gravações de vídeo</b> .....	87
<b>4.6 Material gráfico (duas dimensões)</b> .....	92
<b>4.7 Artefatos tridimensionais e realia</b> .....	100
<b>4.8 Recursos contínuos</b> .....	108
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	116
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	119
<b>ANEXO 1 – PADRÃO DE DESCRIÇÃO DE INFORMAÇÃO (PDI)</b> .....	127
<b>ANEXO 2 – RELAÇÃO DE CAMPOS MARC 21</b> .....	145

## 1 INTRODUÇÃO

*Eu quero uma casa no campo  
Onde eu possa ficar no tamanho da paz  
E tenha somente a certeza  
Dos limites do corpo e nada mais  
Eu quero carneiros e cabras  
Pastando solenes no meu jardim  
[...]  
Eu quero plantar e colher com a mão*

(Eu quero uma casa no campo – Zé Rodrix, Sá e Guarabira)

O ambiente rural, ressaltado em diversas canções como um lugar tranquilo, simples, cercado pela rica flora e fauna, é o pano de fundo do presente trabalho, pois buscamos integrar este espaço, representado pelos bens patrimoniais pertencentes às fazendas históricas paulistas ao ambiente acadêmico.

A história das fazendas paulistas está ligada ao desenvolvimento das regiões Sudeste e Sul do País, iniciada com o ciclo da mineração, no Estado de Minas Gerais, em meados do século XVIII, e posteriormente substituída pela agricultura. No Estado de São Paulo, a atividade agrícola iniciou-se com o plantio da cana-de-açúcar e, mais adiante, cedeu espaço para a cultura do café. Essas fazendas são o símbolo dos “anos de ouro” da economia agrária, e suas construções destacavam-se por sua grandiosidade e riqueza de detalhes. Enfatizamos ainda as lendas e costumes que permeiam o imaginário popular.

A representação desse universo rico de bens materiais, imateriais e paisagísticos culminou no desenvolvimento dos seguintes projetos de políticas públicas, financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP): “Memória Virtual de São Carlos” (2004-2008), “Patrimônio Cultural Rural Paulista: Espaço Privilegiado para Pesquisa, Educação e Turismo” (2008-2012) e “Critérios e metodologias para realização de inventário do patrimônio cultural rural paulista” (2012-2014).

O primeiro projeto tinha como objetivos desenvolver um sistema web para a catalogação e disseminação dos acervos das fazendas, visando constituir um mecanismo que pudesse integrar os acervos municipal, regional, estadual e nacional. Já o segundo apresentou como objetivo a disponibilização de instrumentos e metodologias para a gestão, a conservação e a difusão destes bens patrimoniais entre os proprietários das fazendas e as instâncias públicas das áreas culturais, educacionais e do turismo; um dos destaques desse projeto é a criação do Padrão de Descrição de Informação (PDI). Por fim, o último projeto, em vigência

até 2014, busca estabelecer critérios teórico-metodológicos que permitam identificar, caracterizar, analisar e representar bens patrimoniais, de modo que resulte em práticas de inventários das fazendas históricas paulistas da região de São Carlos. Pretende-se ainda aprimorar o PDI, cujo ponto de partida é o estudo de códigos, normas e recomendações nacionais e internacionais, além dar continuidade no desenvolvimento do sistema de base de dados Memória Virtual Rural (FAPESP, 2013).

O PDI utiliza-se de preceitos teóricos e metodológicos das áreas da Ciência da Informação e da Ciência da Computação na descrição dos bens patrimoniais. A primeira versão do PDI realizou o mapeamento dos atributos e requisitos de cada tipo de acervo, estabelecendo relações que permitissem apoiar a modelagem do sistema Memória Virtual Rural (MVR), subdividindo estes atributos em dez grupos; já a segunda e atual versão subdividiu os atributos em 13 grupos, conforme o campo, o conteúdo e a natureza do bem (NAKAGAWA, COSTA, SCARPELINE, 2010).

A criação do PDI e a análise e identificação de novos atributos suscitou a necessidade de se conhecer códigos, normas e roteiros que pudessem fornecer subsídios no estabelecimento de parâmetros para a coleta de dados, a descrição e a geração de conteúdos. Para Nakagawa, Costa e Scarpeline (201, p. 21), os códigos, normas e roteiros que podem fornecer os requisitos necessários para uma descrição bastante abrangente e exaustiva são:

[...] o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2), para descrição de documento bibliográfico, a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD (G), para documentos de arquivo do International Council on Archives (ICA, 2000), o Dublin Core e a EAD (Encoded Archival Description), para facilitar a descrição de recursos eletrônicos, o sistema de descrição usado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), expresso pelo Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão - SICG (SISTEMA, 2010), bem como um sistema usado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia (MG). Em relação aos bens iconográficos, particularmente a descrição de imagens fotográficas, o PDI foi comparado com os padrões usados pelo Centro de Memória da Unicamp (CMU) e pelo Sistema de Apoio à Comunicação Integrada (SACI), desenvolvido pela UFSCar. Além dessas fontes, resta ainda um maior aprofundamento do formato de registro MARC (MACHine Readable Cataloging) para identificação, armazenamento e intercâmbio de dados bibliográficos (LIBRARY, 2010) e do estudo de Corti (1992).

Neste estudo comparamos os grupos do PDI com os campos do formato *MACHine Readable Cataloging* (MARC 21), padrão reconhecido internacionalmente que, por sua vez, utiliza as regras de descrição do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2), a fim de representar os bens patrimoniais existentes nas fazendas que fazem parte do projeto, o que nos

possibilitou avaliar a capacidade de representação de diferentes tipos de materiais e tecermos sugestões de melhorias na estrutura descritiva do primeiro. Buscamos com este estudo auxiliar a equipe da Universidade de São Paulo (USP), campus São Carlos, no desenvolvimento do banco de dados que gerenciará todos os bens patrimoniais das fazendas participantes do projeto, de modo que tenhamos um sistema de alta qualidade.

A presente pesquisa é motivada por dois fatores: o gosto pessoal pelo ambiente rural e o prazer em trabalhar com catalogação. O primeiro, por trazer recordações da juventude, no sítio de meu pai e na chácara de meu avô materno; e o segundo por ser a área preferida em meu campo de atuação como bibliotecária.

Ao considerarmos que a ciência e a tecnologia são importantes instrumentos no desenvolvimento e melhoramento de bens e serviços, ressaltamos que ambas tem o propósito de servir à sociedade, constituída por membros inseridos em um determinado sistema, assegurando “a vitória do ser humano na luta para sobreviver e evoluir economicamente” (PEREIRA-DINIZ, 2011, p. 204), uma vez que é um poderoso veículo de transformação do comportamento social. Lopes (2010) faz a interessante colocação:

A ciência é um rico campo de significações para o estudo das representações sociais. A influência da ciência na sociedade, a tenacidade do seu discurso, as relações de poder impostas no meio científico, a distância entre cientista e sociedade, a não neutralidade da ciência, a existência de pressões externas, políticas e econômicas faz dela um objeto de estudo cada vez mais crescente e necessário.

Vallejo (2010) corrobora com a ideia de popularização do conhecimento científico ao afirmar que dúvidas consideradas primitivas e populares, tais como: “por que chove?” ou, “por que uma planta nasce e se desenvolve?” são explicadas pela ciência; o autor ainda afirma que “a ciência não deve ser mantida apenas nos laboratórios, nas discussões entre os pesquisadores e periódicos. A ciência deve ser um conhecimento popular, continuamente renovado, para que todos os esforços de divulgação frutifiquem” (2010, p. 7); assim, a ciência e as pesquisas não necessitam de locais específicos para sua prática, como a universidade.

Concordamos com a ideia da popularização da ciência, explanada anteriormente por Vallejo (2010) e observamos que, tanto o projeto em vigência quanto os anteriores fazem da ciência uma ponte entre o mundo acadêmico e científico com a sociedade civil, resgatando a importância de se preservar não apenas bens materiais, como também os costumes imateriais, como as lendas, as canções, o vocabulário, dentre outros.

Bazzo, Vaz e Von Linsingen (2003) afirmam que os programas e estudos em Ciência,

Tecnologia e Sociedade, ou simplesmente CTS, desenvolveram-se em três grandes direções: pesquisa, através da reflexão acadêmica sobre ciência e tecnologia; políticas públicas, através da criação de mecanismos democráticos que facilitem a abertura e processos de tomada de decisão em questões concernentes a política científico-tecnológica; e o campo da educação. Dentro das direções mencionadas pelos autores, situamos o projeto em andamento nestas três direções: a vertente pesquisa, ao aplicar a ciência e a tecnologia sob diferentes contextos, dada a multidisciplinaridade do projeto; as políticas públicas são contextualizadas no desenvolvimento do projeto como uma forma de contribuir com o aperfeiçoamento democrático da ciência e da tecnologia, ao envolver a sociedade civil, o estado e as universidades, desfazendo o mito de que a ciência e a tecnologia são bens particulares e secretos destas últimas. Por fim, a educação, no nosso caso a educação patrimonial, apresentando os bens patrimoniais, de modo a visar a conscientização da importância da preservação.

Nesta pesquisa, conceituar o patrimônio cultural rural paulista, para catalogá-lo e transmiti-lo com fácil acesso, possibilita uma abrangência maior de difusão acerca do assunto, norteando possíveis trabalhos futuros a fim de não somente valorizar e proteger o patrimônio. Trata-se de abrir caminhos para que pesquisas possam refletir sobre as questões patrimoniais, não deixando-as unicamente nas mãos das políticas públicas, mas sim, que toda a sociedade em conjunto possa discutir as assertivas de tais problemas. Com isso, o papel das instituições universitárias e sua função social de educação, transmissão, recepção e divulgação do saber será feita de maneira memorável, possibilitando a total inserção da sociedade nas questões não só em relação ao patrimônio, mas em todos os âmbitos (político, educacional, cultural, social, econômico, etc.) em que a sociedade se faz presente.

Inserir o patrimônio histórico rural no ambiente das tecnologias de informação e comunicação (TICs) cumpre o papel de disponibilizar a todo e qualquer cidadão informações sobre os bens, tanto materiais como imateriais, pertencentes a este espaço, uma vez que nem sempre é possível se deslocar até o local para explorar as riquezas ali presentes. Ressaltamos que a sensação de ir até um local para conhecê-lo é muito diferente daquela sentida ao conhecê-lo apenas pelo computador, pois são os sons, os aromas, a sensação tátil que enriquecem a experiência de se conhecer um novo ambiente, porém a tecnologia pode possibilitar ter um conhecimento prévio sobre qualquer localidade.

Há de se lembrar ainda da questão pluridisciplinar do projeto, que traz benefícios tanto para os gestores das fazendas, que podem divulgar o espaço para a sociedade, estimulando assim a visitação *in loco*, visto que a renda de muitas dessas fazendas decorrem do turismo

rural, como também para os pesquisadores, que podem trabalhar o ambiente rural sobre inúmeras perspectivas.

Quanto à metodologia empregada, desenvolvemos a pesquisa primeiramente de modo exploratório, através de realização de levantamento bibliográfico visando a construção do referencial teórico dos temas patrimônio histórico material e imaterial e catalogação; esta etapa é definida por Gil (1999, p. 41) como a busca por uma “maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Cumprida esta primeira etapa, realizamos uma visita à Fazenda Santa Maria do Monjolinho, situada na cidade de São Carlos – SP, para que conhecêssemos os bens patrimoniais ali existentes. O passo seguinte diz respeito à seleção dos bens a serem utilizados como amostras em nossa pesquisa e entramos aí no universo da pesquisa aplicada, que utiliza a prática como solução de um questionamento específico (KAUARK, MANHÃES, MEDEIROS, 2010), ou seja, através do estudo dos campos do PDI podemos analisar se este atende aos critérios de descrição de materiais diversos, assim como sugerir melhorias. A abordagem do problema se apresenta como qualitativa, uma vez que esta “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (SILVA, MENEZES, 2001, p. 20).

Assim, o presente trabalho possui como objetivo geral analisar os campos do Padrão de Descrição de Informação (PDI) para diferentes tipos de bens materiais pertencentes às fazendas históricas paulistas participantes do projeto, utilizando o MARC 21 como parâmetro de comparação. Já os objetivos específicos do estudo ora apresentado são: levantamento bibliográfico e discussão conceitual acerca dos temas: patrimônio histórico (material e imaterial); campo CTS; catalogação, destacando-se o formato MARC 21; levantamento das categorias de bens patrimoniais a serem catalogados; criação das planilhas de catalogação correspondentes a cada tipo de material; teste das planilhas, realizando a catalogação dos materiais, e providenciar ajustes necessários; criar a versão preliminar do manual, visto que o MARC 21 não foi implementado no sistema, visando o correto preenchimento dos dados.

Acreditamos que criar um sistema como o Memória Virtual Rural, normalizado com o Padrão de Descrição de Informação é uma oportunidade de garantir à sociedade o acesso, mesmo que remoto, à uma parte do processo de formação de sua identidade e suas tradições.



## 2 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO: DESENVOLVIMENTO E ENFOQUES

No período compreendido entre os séculos XVIII a meados do século XIX, houve um movimento de expansão rumo ao interior paulista, cujo propósito era encontrar novas áreas para a agricultura de subsistência e o cultivo de açúcar; já no século XIX, a cultura que predomina é a do café, o que fez com que as fronteiras agrícolas fornecessem recursos que permitiram a uma pequena elite tornar-se rica e poderosa (SETUBAL, 2005).

Com o advento da industrialização e, conseqüentemente, da urbanização, vários municípios e vilas foram surgindo ou criaram condições de expansão em decorrência da construção da linha férrea em meio às matas. A partir da colonização e posteriormente com o desenvolvimento urbano, construções e formas culturais de costumes e vivências foram integrando-se, num conjunto social que delineou a forma como o interior constituiu-se.

Posteriormente, com as intervenções em se registrar a história dos municípios, certos empreendimentos arquitetônicos foram se tornando marcos que direcionavam a política local a “guardá-los” como pontos de importância para toda a comunidade. Normalmente, os locais que são tombados como patrimônio histórico são prédios que tiveram grande importância econômica para os municípios, como as estações ferroviárias, os grandes casarões das pessoas mais ricas, prédios públicos de grande imponência, etc. Atualmente, com o desenvolvimento da legislação pertinente a tal dinâmica, o patrimônio preservado começa a incorporar outras formas que não somente a arquitetura descrita acima, mas as pequenas casas escondidas entre matas ou plantações, espaços dos quais as pessoas trabalhavam para secar o café, entre outras atividades. Note-se que aqui apenas destacamos o patrimônio material.

Entendemos que apresentar corretamente o que é patrimônio não é tarefa fácil, pois conforme as necessidades e os interesses sociais e políticos, tal conceito sofre mutações. Anterior ao conceito de patrimônio, o monumento tinha papel fundamental para se conhecer materialmente o passado. Podemos perceber essa dinâmica na própria história do conceito de monumento, carregado de sentidos que, em cada época, constituía-se de um modo diferente, abrindo caminhos para interpretações diversas. Podemos analisá-los conforme a renascença os situou na história, para celebrar o renascimento de uma cultura dita “esquecida”, para posteriormente situar o monumento como obra a ser guardada e colecionada pelos antiquários, para que estes expusessem no museu as obras dos povos antigos. Quando o Estado começou a intervir na dinâmica da conservação, após a Revolução Francesa, é que surgiu o conceito de patrimônio cultural tal qual o conhecemos atualmente. Isto acabou por abrir caminhos para que novas ciências fossem criadas a fim de investigar e pensar essa nova dinâmica social de

se guardar objetos, ou por sua beleza ou como ponto de estudo para se entender certa parcela de um grupo social ou a própria história humana.

A partir dos problemas enfrentados na preservação destes monumentos, é que surgem as questões referentes ao patrimônio, não englobando somente os arquitetônicos, como o conceito de monumento carrega, mas fazendo parte também a cultura material e imaterial, e toda a problemática que estes conceitos e seus usos carregam. Desse modo, é necessário que as ciências humanas busquem compreender o dinamismo patrimonial, pois a cultura de cada sociedade insere-se como parte fundante e qualitativa de todo patrimônio material ou imaterial.

Para se entender melhor a função do monumento, devemos saber que ele é antes de tudo uma construção social, e sua preservação é uma mentalidade que, em decorrência de seu contexto, sua função social é determinada pelas características e interesses que a sociedade da qual está inserida detém. Não significa apenas resguardar o patrimônio a partir de uma mentalidade, mas sim levando em consideração seus valores, imaginário, cultura, etc., enfim, toda uma gama de agentes que fazem do patrimônio algo precioso não só por sua estética, mas sim pelo seu conteúdo histórico, educativo, informativo, artístico (CHOAY, 2006).

Conforme afirmação de Fonseca (2009), o patrimônio contendo as dimensões materiais e imateriais, a questão assume outros contornos

[...] quando pensada no universo da cultura, em que o termo “patrimônio”, ao receber os qualificativos “histórico” e “artístico”, remete ao conjunto de bens que recebem do poder público proteção especial na medida em que lhes é atribuído “valor excepcional” para a memória de um grupo social. (FONSECA, 2009, p. 23).

Neste sentido, a memória carrega em si a continuidade do tempo, a identidade que persiste através da ruptura histórica, não tratada aqui como reconstrução do passado, mas sim como algo vivo carregado de sentidos para uma determinada sociedade. O patrimônio contém em si uma determinada memória, uma construção que se fez no passado e que persiste através do tempo. Para Le Goff, “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro” (2003, p. 471); desse modo, a memória é tida como um conjunto de fatores que faz o patrimônio ter seu papel social de transmissão às gerações atuais e futuras as “informações, sentidos e valores fundamentais para a construção das identidades coletivas para a fruição estética” (FONSECA, 2009, p. 23). Assim como Le Goff explicita, “que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (2003, p. 471).

Seguindo essa lógica, podemos perceber que com as transformações sociais que acontecem a todo o momento, seguidas das novas demandas para se pensar o outro em sua alteridade, o modo pelo qual o patrimônio é pensado e posto em prática também sofre alterações sempre que novas questões surgem. A mentalidade, em sua constante transformação, carrega em si significados que traçam valores condicionantes para o que é preservado, modelando a maneira como o patrimônio é visto e pensado através do contexto que está inserido. Como dito anteriormente, o monumento era visto como algo a ser contemplado, porém pouco questionado, configurava-se como sendo uma estrutura material que por si só já continha as informações necessárias para se conhecer o passado. Com a preocupação do que deveria ser preservado e conservado, grupos políticos e intelectuais nas suas diversas áreas de atuação acerca sobre esta questão, começam a pensar e questionar parâmetros para como e o que se preservar.

No Brasil, as políticas públicas seguem as diretrizes lançadas pela Unesco sobre a preservação do patrimônio. De modo a entender melhor como tal assunto é tratado, é de essencial importância que se conheça a legislação, com seus aportes configurantes da guarda do patrimônio, e para tal atividade, o governo criou um órgão específico, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, no governo do então presidente Getúlio Vargas. Seu intuito é preservar a diversidade que compõem a sociedade brasileira, em todas as suas instâncias acerca da diversidade e suas contribuições e seus ecossistemas. Preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros é de inteira responsabilidade do IPHAN, além de assegurar a permanência e usufruto desses bens para a sociedade atual e futuras gerações. O IPHAN constitui órgão que regulamenta e fiscaliza, protege, identifica, restaura, preserva e revitaliza os monumentos, sítios e bens imóveis do país. Com as novas diretrizes lançadas tanto pelo governo quanto pelo próprio IPHAN, esta instituição se moldou e seus meios de regulamentar e preservar o patrimônio foram sendo modificados em decorrência dos interesses da sociedade brasileira (SETUBAL, 2005).

Em 1972 foi realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) uma Conferência Geral, cuja temática era a preservação do patrimônio cultural e natural. O texto oriundo deste evento, denominado Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, baseava o conceito de patrimônio cultural universal no de monumento histórico, criando assim, a universalidade do sistema ocidental de pensamento e de valores quanto ao tema. A partir da criação desse documento, os países que aceitavam as condições estabelecidas pela UNESCO recebiam normas e obrigações relativas à

identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão do patrimônio cultural às futuras gerações. Além de transmitir essas diretrizes, houve também a criação de uma política na qual todos os países seriam responsáveis pelos patrimônios considerados globais, ajudando financeiramente, cientificamente, artisticamente e tecnicamente (CHOAY, 2006, p. 207-208).

O principal motor de proteção aos bens patrimoniais naturais e culturais é o fato destes estarem em processo de degradação ou em estado de desaparecimento. Na Convenção, são lançadas as bases para que todos os países tenham o comum acordo sobre o que é patrimônio. Segundo as próprias definições de patrimônio cultural da UNESCO (1972, p. 2):

Para fins da presente convenção serão considerados como “patrimônio cultural”:

- os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Estes parâmetros foram aceitos pelo governo brasileiro em 1977, através do Decreto Legislativo nº 74; essas diretrizes definem o que é patrimônio, e sua importância social é descrita como valor universal excepcional etnológico, constando assim uma integração social. Ainda neste documento não havia sido definido o que seria o patrimônio material e imaterial. O governo brasileiro adota os conceitos de patrimônio material e imaterial na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nos artigos 215 e 216 ao estabelecer novas formas de preservação. Segundo a Constituição:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Percebemos neste contexto que a Constituição está em consonância com os parâmetros

da UNESCO, mas com algumas modificações que fiquem de acordo com as diretrizes e interesses brasileiros. Segundo a legislação brasileira, ratificada em 2009, entende-se por patrimônio cultural material:

O patrimônio cultural material compreende, isolados ou em conjunto, os bens imóveis, sítios urbanos, bens móveis integrados, históricos, artísticos, arqueológicos, paleontológicos, etnográficos, paisagísticos e naturais, tombados ou de interesse para a preservação nacional. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 345).

Notamos que o patrimônio material agrupa os interesses para a sociedade brasileira, incluindo todos os tipos sociais e culturais existentes no país. Como forma de inclusão que todo patrimônio deve representar, não se faz diferente com relação ao patrimônio cultural imaterial:

O patrimônio cultural de natureza imaterial compreende os saberes, as celebrações e as formas de expressão e lugares portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 346).

No que se refere ao patrimônio material e imaterial, notamos que os dois conceitos carregam em si o termo identidade, condicionante para agrupar e não excluir qualquer parcela social existente no país. Trata-se de pensar que o patrimônio deva fazer parte de um todo englobando a sociedade em suas diferentes formas, nas diferentes identidades.

No presente estudo, a dinâmica do patrimônio comporta tanto a parte material como imaterial pois, por se tratar de patrimônio rural, a cultura tanto edificada em construções quanto a própria cultura do homem do campo, fundem e agregam valores que definem e dão vida a espaços ou tradições. Toda cultura é formada pela sociedade a partir das relações existentes entre estas e o meio em que estão inseridas.

Analisar e estudar a dinâmica social requer entender a historicidade das coisas, uma vez que “[...] o trabalho histórico tem por fim tornar inteligível o processo histórico e que esta inteligibilidade conduz ao reconhecimento da regularidade na evolução histórica” (LE GOFF, 2003, p. 44-45). Qualquer patrimônio, seja ele material ou imaterial, contém informações sobre a sociedade à qual pertence. Neste ponto, o trabalho histórico surge como ferramenta para tornar inteligível o que não está aos olhos, que se esconde por trás de toda uma malha cultural contida nas ações humanas ao longo do tempo e que repercutem até nós. Este passado vivo, que surge ao se estudar a cultura de determinada sociedade, nos mostra não só a

vivência de determinado grupo social, mas sim, todo o peso que, em um âmbito maior, se insere no cotidiano de pessoas que legaram seu passado através de construções, costumes, etc.

Assim, como Le Goff (2003, p. 26) indica:

Ela é inevitável e legítima, na medida em que o passado não deixa de viver e de se tornar presente. Esta longa duração do passado não deve, no entanto, impedir o historiador de se distanciar do passado, uma distância reverente, necessária para que o respeite e evite o anacronismo.

O passado, preservado nos patrimônios, possui uma dinâmica não estática, pois representa e nos apresenta a história viva de uma sociedade que criou costumes que não se encerraram em seu tempo, mas persistiu através das rupturas. Um exemplo dessa persistência é a música caipira e sertaneja que, apesar das mudanças tanto tecnológicas quanto do próprio modo de se fazer a música, perdurou e encontra-se fortemente arraigada, demonstrando assim um passado que se solidificou e continua atuante.

Segundo Mariuzzo (2012, p. 61) “o patrimônio cultural rural congrega o conjunto de registros materiais e imateriais decorrentes das práticas, dos costumes e das formas de produção estabelecidas na área rural”, apresentando características específicas divergentes do patrimônio cultural urbano. A diferença está na possibilidade de se compreender todas as fases da ocupação do território, aspectos históricos, tecnológicos, econômicos, relações de trabalho, religiosas, alimentação, assim como valores familiares e sociais.

Entender a dinâmica social do patrimônio como reconstrução do passado de uma sociedade ou grupo social, é perceber a “construção do tempo histórico e de uma imagem de si mesma enriquecida de modo progressivo por dados genealógicos” (CHOAY, 2006, p. 206). Essa genealogia é a construtora da identidade, pois comporta em si, a partir do patrimônio, uma história e construção social que abarca toda uma cultura, de tradições e saberes, construções e modos de vida, detentoras de um legado do qual determinada comunidade se apossa para criar e explicar sua identidade e sua própria cultura.

Também podemos inserir nesse meio a paisagem, construtora de certa identidade, não apenas sendo um cenário natural, mas sim um lugar qual o homem age e interage, um conjunto de processos que se constituem como patrimônio. “Essa paisagem como patrimônio torna-se um pertence de todas as pessoas, que nele estabelecem seus mundos vividos e sua visão de natureza” (SAHR, 2010, p. 13), o que constrói toda a identidade social rural, pois a forte ligação das comunidades rurais com seu meio, interagem e criam formas culturais que definem e diferenciam quem vive no mundo rural. Isto é percebido nos modos de fazer e de

ser das sociedades rurais, que dependem e vivem da natureza, da terra para sua vida e criação como sociedade que, a partir de suas relações tanto sociais quanto com o meio, moldaram sua forma de vida. O “caipira” ou homem do campo, como são conhecidas as pessoas que vivem no interior, são dependentes do meio em que vivem: o campo, a roça, a mata, que delineiam seu modo de vida e sociedade.

Isto nos mostra que “a paisagem emerge como resultado de uma dada cultura que a modelou, expressando-a em seus diversos aspectos funcionais e simbólicos” (FÖSTCH, 2010, p. 21), no qual a vida rural molda seu meio a partir de suas necessidades cotidianas, uma base eminentemente cultural. Discutindo “as questões de ordem cultural, valorizando a intervenção humana na paisagem de modo a construir um reflexo material e imaginário de quem as modelou” (FÖSTCH, 2010, p. 21), podemos conhecer e entender os meios que formaram a cultura rural inserida no patrimônio. Além disso, evidencia-se que “o ambiente geográfico não é percebido e vivenciado pelos diferentes grupos sociais de maneira igualitária” (FÖSTCH, 2010, p. 21), e sim cada sociedade em seu contexto social e temporal, atua de diferentes formas em seu meio.

A partir da economia, dos modos de vida, dos interesses com o meio, a forma como uma sociedade se constitui e expressa suas necessidades nas construções da qual fazem parte seu modo de vida constituem um complexo emaranhado cultural no qual se fundem tradições, saberes, modos, enfim, toda uma gama de ações que estabelecem a identidade de determinado grupo social. Nesta pesquisa, o grupo social, ou melhor, os grupos sociais que fazem parte de lugares diferentes, com necessidades ímpares, tem um complexo sistema de interação com o meio em que vivem, o qual moldam sua identidade que, por fim, definem um estilo de vida e patrimônios com sentidos diversos.

Neste ponto, convém destacar a etnicidade existente no cerne do patrimônio, pois, como toda a construção patrimonial é feita a partir de determinado grupo social, aquilo que é preservado como patrimônio detém diferentes formas étnicas e de interesse que configuram e delineiam os diferentes saberes. “Diferentes características podem servir para distinguir um grupo étnico de outro, dentre eles a língua, a história ou a linhagem, a religião, os estilos de roupas, adornos e os hábitos” (FÖSTCH, 2010, p. 24), o que por sua vez configuram o patrimônio que determinado grupo étnico criou.

Insistimos neste ponto porque é de fundamental importância entendermos que todo patrimônio tem suas qualidades a partir de quem o construiu, mas também sob o olhar de quem o protegeu, ou seja, o olhar de um sobre o outro, o reconhecimento da diferença identitária de grupos sociais distintos que dizem respeito às formas sociais condizentes com

sua formação social. Um exemplo para simplificar esta dinâmica é pensarmos num adorno indígena: para nós o adorno pode parecer algo simples, com uma certa importância religiosa ou social, e que por acharmos bonito ou interessante é confinado em um museu. Porém, para o grupo social que o possui, o adorno que está no museu não tem significado algum, visto que está apenas exposto. O interessante seria que o adorno estivesse em uso pelo grupo social ao qual pertence, pois assim sua função social estaria sendo exercida, a de demonstrar o líder, ou o curandeiro, ou seu real fator de integração dentro do grupo.

Neste aspecto, surge um problema face ao patrimônio material ou imaterial que a sociedade tenta proteger, visto que por vezes o resguardo se dá deixando intacto um local ou uma tradição, como algo estático no tempo, esquecendo-se que o próprio tempo e as ações sociais moldam e mudam o patrimônio. Um exemplo é a comida típica de uma região, que em determinado lugar se serve de determinado tempero, mas que com a difusão para outros locais e outras culturas são submetidas a novos temperos. Isto pode ocorrer pela falta de determinado ingrediente ou para agradar o paladar da sociedade regional, que se apossou deste saber culinário mantendo o nome. Como poderíamos, neste sentido, proteger tal patrimônio imaterial que sofre mutações involuntárias? O mesmo acontece com o patrimônio material, que tirado de seu local original, no caso de um adorno ou objeto de determinada sociedade, é transposto para um museu, para ser apreciado como uma peça de valor excepcional, ou então alguma obra arquitetônica que antes de ser protegida pelos meios legais, foi absorvida para outras utilidades.

Estes são problemas comuns na guarda do patrimônio, em saber como e quando guardar, o que proteger, acautelando-se para que sua essência original esteja viva valendo-nos de ação educativa e função social que o patrimônio deve exercer.

## **2.1 O interior paulista, ruralidade e legado identitário**

A ruralidade encontra-se entre um legado do qual a população do Estado de São Paulo como um todo se afirma identitariamente pertencente à determinada cultura, e por outro lado, historicamente construído a partir das condicionantes que com a colonização portuguesa, seus costumes, saberes, sua cultura em geral, legou. Toda a cultura paulista determinada pelo modo de vida, costumes, saberes, tradições, etc. são essenciais para que, além de uma identidade, tal cultura seja valorizada como patrimônio, pois configura toda uma história da qual podemos entender a formação não só do Estado como do próprio país. Desta maneira, além de apenas entender a cultura rural como um patrimônio, saber que tais manifestações são acima de tudo



condições para se criar uma identidade, a ruralidade expressa significados que, historicamente, nos dão uma visão mais ampla acerca de todo um complexo sistema social, econômico, político e cultural não só apenas do Brasil, mas do mundo. Tal assertiva compreende que o sistema cultural rural, em toda sua extensão, não é apenas sinônimo de um estilo de vida fechado e estático, mas sim um sistema que abarca elementos culturais, interagindo e mesclando-se de formas variadas, adaptando-se a sociedades distintas em contextos sociais e temporais complexos.

A primeira forma de colonização do Estado de São Paulo foi a indígena, e a terra era de uso comum do grupo. Esta parcela social, de grande diversidade étnica, foi fundamental para a futura formação social paulista, pois com o empreendimento de colonização das terras e o aprisionamento indígena, a formação social fundamentou-se a partir desta interação cultural.

O grupo mais importante era o dos tupis-guaranis, designados com caingá ou cayúa, denominação posterior aos primórdios da evangelização. Estavam disseminados pela bacia do Paraná, ao sul do Tietê. Habitavam terras mais a leste os tupiniquins, que tinham adotado a língua tupi-guarani. Esses tupis tinham submergido, mas não destruído, populações preestabelecidas, que pertenciam às diversas ramificações da nação jê. Por entre elas, os caiapós dominavam às diversas partes dos planaltos compreendidos entre o rio Grande e o Tietê. Mais dispersos, formavam os xavantes, designados pelo nome de coroados, a partir do século XVIII, distribuíram-se tanto pelos planaltos paulistas, como pelas regiões do Paraná e do Brasil Meridional. No fim do século XIX, encontravam-se cinco pequenos grupos deles, entre o rio Peixe e o Aguapeí. (MONBEIG, 1998, p. 130).

Após a investida das bandeiras em solo paulista, outra forma étnica começou a fazer parte da formação social paulista. Segundo Monbeig (1998), dois precursores estavam à frente do pioneirismo paulista: o índio e o mineiro.

Com isto, percebemos a grande mistura étnica já existente em solo paulista, antes da chegada da sociedade dita “civilizada”. Os mineiros migraram para solo paulista em virtude da decadência da mineração, no qual tal empreendimento foi a solução encontrada para a sobrevivência dos que dependiam desta atividade econômica.

À procura de terras, chegou um mineiro, em 1850, a Botucatu, e dali partiu em expedição a São Domingo e mais além. Transpôs o rio Turvo, atingiu pequenos afluentes do Paranapanema (ribeirão do Veado e Taquaral) e em 1856 deu a conhecer os títulos de ocupação de uma vasta gleba, que media 60 quilômetros de frente por 150 de fundo. Depois dessa primeira expedição e munido de títulos que reconheciam seus direitos, José Teodoro de Sousa retornou à terra natal, Pouso Alegre, para reunir os irmãos, cunhados e

primos, a fim de povoar seus domínios. (MONBEIG, 1998, p. 134).

Esta configuração social paulista, repleta de misturas étnicas, foi fundamental para a “criação” do “caipira”, como mais tarde ficou conhecida a sociedade rural. Conforme explanação de Setubal (2005), o caipira começou a se estabelecer em solo paulista com a fixação de suas moradias a partir das bandeiras que adentravam o sertão. Terra abundante, mobilidade constante, o caráter aventureiro do mameluco e sua relação visceral com a natureza foram fatores importantes para que essa herança portuguesa e indígena gerassem um caráter provisório de existência e uma cultura material específica: “moradia precária, geralmente com paredes de pau-a-pique e teto de sapé, poucos objetos, entre eles a rede de dormir, plantio de milho, feijão, mandioca e outras culturas rápidas” (SETUBAL, 2005, p. 20). Este estilo de vida era baseado na intensa relação com a natureza, no trabalho da unidade familiar, um modo rústico de sobrevivência no qual a ocupação do solo era transitória e a propriedade não tinha registro legal. Essa mescla cultural é fundamental para se entender a configuração da qual se fez a sociedade paulista rural em suas primeiras formações, como vemos abaixo:

[...] os criadores mineiros agiram como os primeiros pioneiros da região, facilitando o caminho dos agricultores que os seguiram; os núcleos por eles formados servirão de base para irradiação do povoamento; as picadas que finalmente seus descendentes iriam fornecer, à nova fase de colonização, os elementos de tradição local (MÜLLER, 1960 apud SALGADO, 1971, p. 23-24).

Isto nos mostra que a primeira investida na ocupação territorial paulista, iniciada pelos mineiros, foi fundamental para que após a chegada da tecnologia ao solo paulista, a colonização do Estado obtivesse sucesso.

O Estado de São Paulo foi colonizado em toda a sua extensão em decorrência do desenvolvimento da cultura cafeeira, que em parte migrou do Rio de Janeiro para São Paulo em meados do século XIX. Pela busca por novas terras, colonos adentravam mais o interior das capitânicas para produção de café, bem de consumo de alto valor no mercado internacional. Mas deve ficar claro que não só o café seria produzido, mas também criação de gado, produção de algodão e outras culturas.

A ocupação do território paulista foi acelerada, pois com a demanda de mais espaço para a produção do café a partir de 1850, tal empreendimento gerou grandes transformações. Essa impulsão agrícola pedia um padrão de arruamento urbano fácil e rápido de ser

executado, feito pelos agrimensores habituados ao “corte” de propriedades rurais, processo no qual notamos a eficiência do traçado urbano (GHIRARDELLO, 2010, p. 21). Tal empreendimento de ocupação, fruto da exploração cafeeira no interior paulista, foi totalmente aprovado e incentivado pelo governo imperial brasileiro. Conforme afirma Monbeig (1998, p. 124) “[...] a bem dizer, sofriam todos a magia dos grandes espaços livres e experimentavam todos a ardente convicção de que a fortuna lá os esperava”, na ânsia de constituir riquezas e conseguir terras, o “desbravador” do sertão paulista adentrava as matas colonizando os espaços naturais, criando roçados e uma cultura que seria própria da sociedade rural.

A formação dos municípios seguiu uma dinâmica ditada basicamente por modelos do Estado que, marcando a centralidade da padronização arquitetônica, continuavam o tratamento de “um ‘todo’ urbano do Estado como conjunto, e não isoladamente” (GHIRARDELLO, 2010, p. 34). É através dessa padronização que percebemos a dinâmica do Estado frente ao desenvolvimento dos municípios e vilas que, ao perceber a expansão urbana, desenvolvem políticas para que os prédios públicos sigam uma linha arquitetônica, demonstrando o poder sobre os novos aglomerados urbanos.

Com a expansão da cultura de café, a marcha para o Oeste configurou novas possibilidades capitalistas de empreendimento, motivada pelos grandes estoques de terras e pela introdução de mão-de-obra imigrante (italianos e japoneses), principalmente com o fim da escravidão. O que acelerou ainda mais a colonização paulista, foi a implementação da mecanização agrícola juntamente com a implantação das estradas de ferro, entre o final do século XIX e início do XX, ligando todo o território com sua capital e o porto de Santos, principal escoadouro da produção de café para exportação.

Assim como Ghirardello (2010) salienta, a expansão cafeeira foi a responsável pela ocupação de boa parte do território paulista, potencializada pela ferrovia que impulsionava a criação de novos municípios ou desenvolvia os já existentes, sendo assim elemento essencial para o processo de urbanização do interior do Estado. Somado a isso temos dois períodos históricos distintos na política do país, essenciais para se entender a configuração e os meios dos quais iam se constituindo o Estado de São Paulo: a monarquia e a república. O importante de se notar neste período é a abertura política e econômica surgida a partir da primeira república.

A maior parte do território paulista foi ocupada por grandes fazendeiros, em sua maioria ligados à política e com grandes interesses econômicos na modernização, tanto da agricultura como da indústria. Com o avanço cafeeiro e o aumento das fortunas dos fazendeiros paulistas, o Estado de São Paulo afirmava-se como potência na economia do País.

Isto se deu exclusivamente pelo aperfeiçoamento das técnicas de cultivo do café e da fácil escoação do produto pelas linhas férreas, acelerando a economia paulista; além disso, o sistema de mão-de-obra livre, introduzido antes da abolição da escravatura, consolidou o modo de produção paulista. Com a autonomia federativa dada aos produtores de café, reforçou política e administrativamente uma verdadeira soberania sobre os demais Estados, aliando-se, após a Proclamação da República, sua força econômica à força eleitoral de Minas Gerais, instalando a “Política do Café com Leite”, mudando completamente o sistema federativo brasileiro. Daí em diante, até 1929, estas duas forças visaram seus totais interesses à expansão e defesa dos produtos que sustentavam a região.

Em meio ao desenvolvimento tecnológico, a sociedade rural seguia mantendo suas tradições, mas ao defrontar-se com as “novidades urbanas”, afeiçoava-se à estas, sem abrir mão de seu modo de vida rústico. O local torna-se o lugar específico de transformação e formação de um grupo social distinto, no qual carregam de sentidos a cultura rural, formada por uma miscigenação calcada em um desenvolvimento urbano do qual múltiplas etnias se encontravam para formar uma nova ordem.

Tal sociedade formada em meio ao pioneirismo que “desbravava” o interior do Estado é tida como popular, é uma mistura que não se dizia nem índio, nem português, tampouco europeu ou nada parecido, mas um tipo humano criado nas matas, o mateiro que em total mistura com a natureza, a terra, que delas dependiam toda sua existência. Para Chartier (2004 apud SETUBAL, 2005, p. 12), “não existe o popular puro, assim como não existe uma oposição entre popular e erudito, mas, sim, cruzamentos e tensões que compõem imbricações entre o oral e o escrito, a escrita e o gesto, etc.”, ou seja, a sociedade popular formada no bojo da colonização do interior paulista formou-se de várias estirpes sociais.

É interessante notar que este tipo étnico, o caipira, é formado por várias temporalidades, uma “multiplicidade de tempos coexistentes na mesma conjuntura histórica, com durações simultâneas, que reconstitui a imbricação de temporalidades plurais” (SETUBAL, 2005, p. 16). Esta dinâmica social é condizente com a atualidade, pois as manifestações culturais perpassaram gerações, e foram incorporados na contemporaneidade não só por quem vive no meio rural, mas por grande parcela de pessoas com forte ligação ao seu meio.

A cultura rural é formada a partir do contato social entre saberes distintos e a relação humana com seu meio. Na dependência da natureza e da terra para existir, formas diferentes de manifestações de usos e costumes surgiam em detrimento dos interesses sociais para seu desenvolvimento e existência. Várias são as formas como a cultura foi legada, e como certas

tradições corriqueiras, tornaram-se parte fundante do que conhecemos do mundo rural. Há várias formas de relação social que delinham o caipira como o conhecemos.

O tropeirismo como estilo de vida, baseado no transporte de gado vindo de outros Estados para São Paulo mantinha-se, mesmo com as condições favoráveis que a linha férrea trazia para o transporte rápido. Claro que tal atividade não durou muito, mas o interessante de se notar, é que contemporaneamente, em muitas cidades ainda existem as festas dos tropeiros e as cavalgadas, legados passados de pai pra filho, para assegurar uma tradição e um estilo de vida, fazendo com que este permaneça vivo mesmo com as atuais tecnologias e estilos de vida distanciados da ruralidade.

Além do tropeirismo, várias outras tradições permaneceram, das quais muitas ainda fazem parte e são celebradas atualmente. As festas, comemorações muitas vezes de cunho religioso, ainda constituem tradições que permanecem vivas, como por exemplo a Festa de Santo Reis, cultuada e com presença de grande público em suas comemorações. Outro exemplo é a Festa do Divino Espírito Santo, que além de fazer parte da cultura paulista, difundiu-se por todo o país, com cada região contendo seus próprios modos, uma festa que associa o catolicismo popular ao estilo de vida rural. Além destas, outras festas fazem parte da cultura popular rural, da qual mesclam-se a simplicidade social com tradições cristãs tão arraigadas nas comunidades, legado da colonização portuguesa, da qual o catolicismo era parte integrante juntamente com o poder da coroa, no controle social que exerciam tanto nas colônias, quanto em território português (SETUBAL, 2005).

Outra festa que tem grande aceitação do público, e que faz parte e condiciona boa parte da cultura paulista, são os rodeios, que não contém o religioso, mas configura-se como sendo uma festa para celebrar as façanhas dos peões que montam cavalos e touros, domando-os. O interessante de se notar nesta festa é que mesmo ela não celebrando a religiosidade, vários santos são lembrados como protetores ou padroeiros, nos mostrando como a religiosidade popular se arraigou e perpetuou, mesmo em festas que apenas servem para divertimento.

Setubal (2010) afirma que juntamente com o rodeio, a música sertaneja, atualmente inserida no contexto social dos grandes centros urbanos, une a rusticidade rural com o desenvolvimento tecnológico nas grandes apresentações de shows das duplas sertanejas. Mesmo com as grandes mudanças culturais no modo de se compor tais músicas, o que é normal, visto que a sociedade não é estática, tal manifestação cultural rompe com a novidade urbana, mantendo uma tradição cultural rural em constante movimento na contemporaneidade. Soma-se a isso também as músicas caipiras, que mesmo com anos de

existência, ainda são apreciadas tanto por pessoas que viveram em sua época, quanto por jovens que se inserem no mundo rural através das festas ou músicas, mantendo uma tradição viva.

“Olhar para as heranças culturais rurais – e para todas as outras – é olhar para si, é se reconhecer na história e nos outros, é participar da modernidade para incluir os legados que nos formam” (SETUBAL, 2005, p. 54), ou seja, participamos e vivenciamos um modo de vida que formou a cultura paulista em todos os seus níveis, e aceitar e incluir-se em tal manifestação cultural, implica o reconhecimento de nossa própria identidade.

Interessa-nos notar que a sociedade rural formou-se culturalmente em detrimento das formas como tais histórias e costumes foram apropriados e absorvidos, no qual “a identidade de um lugar pressupõe a relação das características físicas com a sua história, uma vez que as pessoas fazem uso dela como recurso e como memória do passado” (FÖSTCH, 2010, p. 32).

Tal memória é essencial para se afirmar a identidade pessoal e social em detrimento do reconhecimento do outro:

Nessa dimensão cultural, as relações pessoais com o espaço vivido vão para além do teto político que as envolve, permeando as relações banais do cotidiano, as quais geram apego a uma porção do espaço, um sentimento de pertença e compromisso, sendo que a paisagem, por refletir em seus elementos as marcas culturais dos que a vêm modelando, é fonte rica de informações e significâncias pelas quais o imaginário é construído e pode ser analisado. (FÖSTCH, 2010, p.32).

Ainda tem-se a memória como condicionante importante para a formação cultural, pois nela abrigam-se as dimensões sociais e de seu meio, atribuindo significados e suas relações, destacando-se por intermédio das vivências o fortalecimento de uma cultura construída em um contexto complexo de apropriações e reapropriações formando um imaginário único a determinada sociedade. Trata-se, portanto, de entender que as condições das quais as relações banais formam um estilo de vida condizente com as expectativas sociais, incluindo seus interesses e necessidades, e através destas, a condição essencial para que determinada cultura seja essencial para a afirmação de uma identidade que, neste caso, é a somatória dos elementos que constituem a tradição rural, com seus costumes, saberes, arquitetura, enfim, todo patrimônio material e imaterial. É através deste conjunto que, em termos mais amplos, configura-se o sentimento de pertencimento a determinado lugar, a inclusão de valores sociais que dizem respeito ao conjunto de fatores que formam a cultura rural como um todo.

## 2.2 O ambiente rural e o patrimônio: mescla entre culturas e a guarda patrimonial

A partir do estudo do patrimônio cultural rural paulista, podemos estabelecer a compreensão de todas as fases da ocupação do território de São Paulo, enfatizando os aspectos históricos, tecnológicos, trabalhistas, econômicos, religiosos, culinários, musicais e de valores sociais. A isto, soma-se o entendimento do cotidiano funcional e simbólico das fazendas, nos quais sua relação histórica profunda com o território da sua região, cidades e caminhos, se faz presente no diálogo entre patrimônio e sociedade; Bellaigue afirma que “quando falamos de patrimônio, falamos de patrimônio total: tanto as paisagens, sítios, edificações, como os objetos que são portadores de história ou de memória” (1993, p. 75), ou seja, há uma complexidade social detentora de identidades múltiplas que ao serem reconhecidas, condizem com a formação de qualquer sociedade.

O mundo rural paulista, em sua total diversidade, é carregado de sentidos e imagens com significados únicos, transmissores culturais que criam identidade, além de pertencerem a um imaginário coletivo. Ao estudarmos o patrimônio cultural rural, nos defrontamos com problemas que requerem atenção não só por sua dificuldade em pesquisá-lo, mas sim, pelos interesses e aceitação que tal patrimônio representa diante da sociedade. No caso aqui em questão, o patrimônio cultural rural paulista se defronta com sua própria sociedade, pois se excluem o patrimônio do interior paulista edificando e reconhecendo outros patrimônios, “expressando aí um olhar semelhante ao do estrangeiro, ou seja, o olhar do exótico, do folclórico, mas não do igual, do pertencimento” (SETUBAL, 2005, p. 56).

Algumas imagens são formadoras da identidade, que contém em si resquícios de sociedades passadas. No patrimônio cultural rural paulista, os saberes tradicionais “caipiras” sintetizam imagens formadoras de identidades que são absorvidas por todo o território brasileiro. Mas tais imagens podem corresponder a um problema grave se não forem devidamente estudadas, e suas questões trazidas à tona. Como Ulpiano Meneses descreve:

[...] tais imagens (particularmente no caso das identidades nacionais) escamoteiam a diversidade e, sobretudo, as contradições, os conflitos, as hierarquias, tudo mascarando pela homogeneização a posteriori e por uma harmonia cosmética. Observe-se, pois, como ela pode facilmente servir para alimentar as estratégias de dominação e desempenhar funções anestésicas.” (MENESES, 1993, p. 209)

Se tais problemas não forem analisados pelas lentes dos cientistas sociais, o problema grave de encobertamento que a identidade contida nos patrimônios exercer sobre a sociedade,

a partir de interesses estratégicos de dominação, trará prejuízos maiores do que apenas não proteger tais patrimônios, uma vez que acarretará na total exclusão dos debates sociais e políticos correntes, que além de fazer parte do coletivo, acaba por excluir ainda mais a diversidade cultural.

Ora, toda ciência humana tem por obrigação conter meios para que tais problemas sejam resolvidos, possibilitando maior inserção social em todos os âmbitos de interesse público. Não se trata somente do patrimônio incluir socialmente um passado vivido com o presente vivo mas, além de tudo, dar condições para que cada cidadão se sinta parte integrante de um todo.

O semelhante é inofensivo inócuo. É o diferente que encerra risco, perturba. Assim, a diferença está na base de todas as classificações, discriminações, hierarquizações sociais. Em outras palavras, não se precisam as diferenças apenas para fins de conhecimento, mas para fundamentar defesas e privilégios. (MENESES, 1993, p. 209).

Identidade e poder não se dissociam, caminham juntas, pois se pensarmos no caso do Brasil, muitas das datas comemorativas foram criadas para garantir um estado de privilégio político em torno de determinada parcela social, constituindo identidades que discriminam e excluem outras. O patrimônio deve fazer o contrário, sua função social é incluir, dando voz aos excluídos, reconhecendo as diferenças e trabalhando valores intrínsecos para a construção de uma identidade maior, não apenas no âmbito regional, mas fazer sentir-se parte de um todo.

“A afirmação de reconhecer-se como caipira talvez possa ser explicada pela necessidade de pertencimento e afirmação de identidades diante de um mundo globalizado, fragmentado e individualizado ao máximo” (SETUBAL, 2005, p. 88), no qual sentir-se como pertencente a um lugar, transforma sua identidade, dando-lhe a sensação do coletivo. Tal necessidade de afirmar-se como integrante de um grupo, condiz com uma afirmação da qual toda sociedade necessita para ingressar-se num todo maior, dando-lhe autenticidade identitária. Notamos neste aspecto que toda identidade é algo constante e mutável, não definido, em movimento e em equilíbrio provisório (SETUBAL, 2005, p. 56), onde as culturas se interpenetram, dando-lhe múltiplos significados.

Claro que a sociedade paulista enxerga suas raízes culturais vindas do interior, mas pensar no patrimônio existente torna-se mais complicado. A valorização do local é algo de difícil aceitação, talvez pelo não reconhecimento de outras formas de ser que não estejam pautadas na modernidade e no progresso, no grande símbolo urbano. Um dos meios para se



resolver tal problema, é aliar o passado com o presente, na valorização do diálogo entre os costumes tradicionais e o moderno, no qual a história possa ser reconhecida como integrante de cada um no espaço de pertencimento no qual “a modernidade não consiste em começar tudo de novo, mas no sentir-se enraizado, pertencendo, apropriando-se de uma herança das gerações anteriores e reelaborando-as” (SETUBAL, 2005, p. 88).

Um dos problemas que a modernidade carrega em si no trato com o patrimônio é a valorização apenas comercial deste, ignorando sua importância histórica, social e educacional o qual deve fazer parte. A modernização é vista como sendo:

[...] procedimento novo, que despreza de forma mais aberta o respeito que se deve ao patrimônio histórico, põe em jogo o mesmo desvio de atenção e a mesma transferência de valores pela inserção do presente no passado, mas sob a forma de um objeto construído, e não de um espetáculo. (CHOAY, 2006, p. 217).

O problema aqui apresentado refere-se à inserção dos valores do presente no passado, conduzindo o patrimônio histórico ao espetáculo, e não à sua real função social. Todo patrimônio é algo construído a partir de interesses que visam o contexto social, do qual são transmitidos valores, experiências e saberes que dialogam com o presente. Tal constatação implica em inserirmos o passado no presente, pois o patrimônio carrega em si o legado que determinada sociedade construiu e que provavelmente ainda contém ecos na atualidade.

Nesta perspectiva entendemos que “a socialização, entendida como forma de criar identidades sociais dos indivíduos, é que garante a reprodução da estrutura social” (COOK-GUMPERZ, 1983 apud MENESES, 1993, p. 208), ou seja, a interação do passado com o presente, na sua forma patrimonial garantindo a dialética entre o saber moderno e o tradicional. Desta forma, a representação do passado contida no patrimônio pode nos fornecer a identidade coletiva, do rural com o mundo urbano, e como os modos de se falar, vestir, comer, as músicas, e toda uma gama cultural, que transcendem tempo e espaço e se inserem na vida presente.

Preservar os bens culturais exige diferentes técnicas de salvaguarda, pois manter imutável um processo, uma experiência ou ato de criação é algo impossível, já que toda sociedade está em constante movimento e nunca estática. Manter a memória é possível mediante à documentação adequada.

Essa sintonia fina, que deve ter como pressuposto o respeito à vontade dos grupos diretamente envolvidos nos processos, é extremamente complexa e

difícil, mesmo para os que se aproximam com o único intuito de pesquisar e documentar. (FONSECA, 2009, p. 26).

A complexidade na preservação dos bens materiais e imateriais exige grande esforço de pesquisa para tornar algo patrimônio. Neste aspecto, devemos salientar que, ao assumir posturas diante do que se quer preservar, o conhecimento sobre a sociedade que o criou e quem as vai receber é totalmente indispensável. Com isso, podemos trabalhar adequadamente para que nada seja excluído do trabalho de preservação, já que tal atividade requer que as minorias e também as majorias tenham seu espaço dentro das questões patrimoniais. Todo grupo social, distintos entre si, tem sua contribuição no que tange ao patrimônio, pois os saberes que o configuram como tal, são essenciais para que a continuidade histórica seja valioso repertório de informações para os projetos que venham posteriormente sejam úteis à esses grupos sociais.

Uma assertiva que deve caminhar com a preservação é a de que os grupos envolvidos possam ser efetivamente seus próprios protagonistas e gestores de seu patrimônio. A produção de informações realizadas pelo próprio grupo ao qual pertence o patrimônio seria benéfica a partir do momento em que estando subordinadas a esse princípio, permitissem formas diferenciadas de atuação, tanto na guarda como na divulgação dos saberes contidos no patrimônio.

Outro problema corrente diz respeito à guarda dos bens móveis e imóveis que pelo “baixo grau de envolvimento das sociedades nas políticas culturais voltadas para a preservação do patrimônio cultural edificado e museológico” (FONSECA, 2009, p. 24) podem deixar em segundo plano a sua dimensão transmissora de conhecimento e comunicação com a sociedade. Tal fato se deve às políticas, vistas como elitistas pelo seu pouco ou quase nenhum alcance social entre as minorias.

O reconhecimento do patrimônio como símbolo de uma sociedade é uma das ferramentas que podemos utilizar na valorização de todas as práticas sociais, seja por meio da divulgação patrimonial ou pela sua função de educar, ampliando os horizontes acerca de qualquer etnia, cultura, saber etc., abrindo caminhos de compreensão e questionamentos sobre o mundo, além de aproximar o saber tradicional com o moderno, no qual a aceitação de um passado constituinte da história paulista, conduz à compreensão da memória, que é “conferido um valor que justifica esforços individuais e coletivos no sentido de sua manutenção no tempo” (ADAMS, 2002 apud MACHINSKI, 2010, p. 125).

Mesmo com tais problemas, há grande movimentação e trabalhos que visam

transformar esse panorama. A administração pública municipal, estadual e federal tem tomado providências nos âmbitos culturais, educacionais e urbanísticos para mudar essa realidade:

Entre elas, esclarecer conceitos, selecionar os locais e monumentos considerados significativos, mesmo que restritos a algumas amostras da população, delimitar setores históricos ou áreas de interesse para preservação, formular e aplicar diretrizes para orientar a salvaguarda e incentivar a reutilização de antigos edifícios (MACHINSKI, 2010, p. 118).

Esta mudança acontece não só na administração pública, mas também nos centros universitários, criando um movimento de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural rural paulista; como é o caso desta pesquisa, que faz parte de um projeto maior, que está em sua terceira fase, de caráter multidisciplinar e que busca identificar e elevar o patrimônio cultural rural à real importância que possui na vida da sociedade.

### 3 CATALOGAÇÃO: REVISÃO DE LITERATURA

O ato de organizar, segundo a definição de dicionários, equivale a ordenar, formar, dispor. Desde os primórdios, o homem sempre teve a noção de organização próxima de si, tanto na organização da sociedade, como na organização política, até chegar à organização da informação, ou seja, a utilização de sistemas e métodos para representar e facilitar a recuperação de um determinado documento.

A história da catalogação remonta à Antiguidade, com as tábulas de argila. Já a história moderna da catalogação tem como marco o desenvolvimento da tipografia e da imprensa, entre os séculos XV a XVIII, causando grande impacto na sociedade, que já passava por profundas mudanças sociais.

O monopólio da informação começou a ser questionado, a informação passou a ser considerada sinônimo de desenvolvimento social e de igualdade; o surgimento de novos públicos leitores alterou as estruturas de circulação e comunicação da informação, novos tipos de recursos informacionais impressos começaram a surgir, houve um crescente aumento do número de publicações na época e surgiram as primeiras bibliotecas públicas, que passaram a ser consideradas essenciais para a democratização do conhecimento. (ALVES, 2010, p. 28).

Dessa preocupação com os registros do conhecimento e a busca de sistematizar essas informações de forma que a recuperação das mesmas se desse de modo rápido e ágil chegamos à chamada organização da informação, ou controle bibliográfico, constituída por operações distintas, sendo uma delas a catalogação.

O primeiro código de catalogação data do século XVI, quando Andrew Maunsell, livreiro inglês, compilou em 1595 um catálogo dos livros ingleses impressos e determinou regras para o registro das obras, de modo a uniformizar as entradas pessoais. Já no século XVIII, o desenvolvimento da pesquisa científica e das atividades de estudo geraram um grande crescimento de bibliotecas pela Europa (MEY, SILVEIRA, 2009). A Revolução Francesa, que confiscou as bibliotecas privadas dos nobres e do clero, tornando-as de uso público, viu a necessidade de estabelecer normas de organização de seu acervo, surgindo em 1791 o primeiro código nacional de catalogação. Algumas das determinações do código francês estão presentes nos modernos códigos de catalogação. Como exemplo, citamos a extração de informações da página de rosto da obra, a alfabetação segundo o sobrenome do autor, e a indicação dos dados físicos do material, tais como número de volumes, tamanho da obra, ilustrações e encadernação (BARBOSA, 1978).

A catalogação, ou representação descritiva, tem como foco descrever um documento, bibliográfico ou não, tornando-o único dentre outros documentos. Pinto Molina (1991, p. 92, tradução nossa) a define como sendo a operação encarregada de selecionar “todos os elementos aparentes e convencionais que possibilite a identificação precisa e formal de cada documento em uma coleção”. Nesse processo, utilizando-se de regras definidas, ou seja, os códigos de catalogação, o documento é identificado e descrito, estabelecendo assim as entradas de autor e as informações bibliográficas necessárias para que o mesmo seja recuperado de modo rápido e preciso pelo usuário. Mey e Silveira (2009) ainda ressaltam que este processo de descrição torna o documento multidimensional, dada a variedade de possibilidades em sua localização e acesso. As autoras ainda ressaltam que deve-se evitar a ambiguidade, e que a catalogação deve manter as características de “integridade, clareza, precisão, lógica e consistência”, atribuindo ao profissional que realiza esta tarefa a responsabilidade de não omitir detalhes que prejudiquem a recuperação do material pelo usuário.

O papel de mediação entre documento e usuário é exercido pelos catálogos, produtos do processo de catalogação, e definidos por Taylor (2006, p. 6, tradução nossa) como um “conjunto organizado de registros bibliográficos que representam os itens de uma coleção particular e/ou recursos acessíveis em um determinado local”; este conjunto de registros pode se constituir de um ou vários tipos de materiais, por exemplo, livros, periódicos, moedas, mapas, gravações de som etc. Assim, vemos que a catalogação tem um papel muito maior do que apenas deixar o documento à disposição do usuário, como relata Fusco (2010, p. 31):

[...] é a partir de um catálogo e um ambiente sistemático informacional eficiente, que o usuário poderá encontrar um conteúdo que satisfaça sua necessidade e gere nele conhecimento que poderá, então, ser chamado de informação.

A origem da palavra catálogo remonta ao grego, onde *kata* significa de acordo com, sub, baixo ou parte, e *logos* significa ordem, razão. Logo, catálogo significa de acordo com a razão. Dias (1967, p. 1) restringe o catálogo a “uma relação de livros correspondente a uma coleção pública ou privada”, ignorando a possibilidade de se representar materiais não bibliográficos; já as autoras Mey e Silveira (2009, p. 12) definem catálogo como sendo:

[...] um meio de comunicação, que veicula mensagens sobre os registros do conhecimento, de um ou vários acervos, reais ou ciberespaciais, apresentando-as com sintaxe e semântica próprias e reunindo os registros do conhecimento por semelhanças, para os usuários desses acervos. O catálogo

explicita, por meio das mensagens, os atributos das entidades e os relacionamentos entre elas.

Mey (2003) ainda destaca a diferença entre obra e item, no qual obra é o conteúdo intelectual ou artístico, ou seja, a obra é definida como o conjunto completo de conteúdo intelectual ou artístico, ou registrado em qualquer suporte ou meio. Já o item define-se como sendo o suporte ou meio em que um ou mais conteúdos registrados, ou mesmo parte de um conteúdo do conhecimento estão registrados. Para Fusco (2010, p. 33):

Enquanto a obra é uma entidade abstrata, que pode reproduzir-se em diferentes suportes, o item é concreto, mesmo que digital. Uma obra é um todo, acabado. Um item pode conter uma obra, várias obras ou partes de obras.

A catalogação pertence a uma cadeia denominada “processo documental”, que por sua vez constitui-se de sucessivas operações, organizadas segundo uma lógica, criando um processo de circulação da informação que tende a estabelecer um vínculo entre os documentos e os usuários, cumprindo assim o propósito de qualquer documento: sua difusão. Essas sucessivas operações são: *coleta*, que é a entrada do documento no centro de informação, através da seleção e aquisição destes; *tratamento*, a fase mais importante do processo, por transformar a informação contida no documento em informação recuperável; *análise*, que consiste em extrair os elementos mais significativos do documento de modo abreviado (forma e conteúdo); *busca*, que consiste na localização e recuperação do documento pelo usuário e *difusão*, momento em que se completa o processo de busca e permite que a informação seja transmitida, repassada de um usuário para outros (FAJARDO, 2001). Todo este processo de representação abrange não somente o aspecto físico dos itens, mas também seu conteúdo, gerando assim os catálogos, as bibliografias, dentre outros produtos.

Devemos ainda pensar na catalogação como uma forma de apresentar ao usuário diferentes alternativas de escolha de um item, ou seja, ao mesmo tempo em que o usuário vai ao centro de informação procurar uma determinada obra, ele a localize, mas que encontre também outras obras que tenham ligação com a primeira, ampliando seu universo de escolhas.

Além da localização para posterior acesso ao documento pelo usuário, a catalogação deve permitir que outras bibliotecas localizem um determinado item, e tomar conhecimento sobre quais são os itens existentes em outros acervos (MEY, 1995). No cenário contemporâneo, a informação pode ser localizada também no meio digital, e os suportes são classificados nos seguintes tipos (PEREIRA, SANTOS, 1998):

- a) Suportes tradicionais: papel, plástico, tecido e madeira;
- b) Suportes perfurados: cartões, fitas;
- c) Suportes magnéticos: tambor, fita, disco, disquete, tinta magnética;
- d) Suportes óticos: caracteres óticos, código de barras, CD-ROM.

O processo de catalogação compreende três partes: descrição bibliográfica, pontos de acesso e dados de localização, e para Mey e Silveira (2009, p. 94):

Estas partes se ligam ao fato de que a catalogação deve individualizar os recursos bibliográficos, de forma a que não sejam confundidos entre si; reunir recursos bibliográficos por suas semelhanças, estabelecendo relações entre si e, finalmente, permitir a localização de um recurso bibliográfico específico em acervo determinado.

A descrição bibliográfica é a etapa que retira todas as informações consideradas relevantes para que o usuário encontre o item de seu interesse, ou seja, é a etapa em que um determinado item informacional é codificado, ficando individualizado dos demais.

Já os pontos de acesso são definidos por Mey e Silveira (2009) como sendo a etapa em que os usuários podem acessar a representação de um item no catálogo. São pontos de acesso: responsabilidade pelo conteúdo, título(s) e suas variações e assunto(s); todos os pontos de acesso são definidos pelo catalogador, porém é necessário um controle rígido, com regras e normas, a fim de evitar ambiguidade ou dúvida na informação oferecida. Por fim, os dados de localização indicam em qual acervo, real ou virtual, o item se encontra.

Santos e Corrêa (2009) salientam que a transmissão de informações modificou-se ao longo do tempo devido ao surgimento de novos meios físicos de registro da informação, denominados suportes, acarretando em mudanças no processamento e na difusão das informações para os usuários. Assim, a catalogação automatizada, como conhecemos hoje, está ligada ao intenso e significativo processo de crescimento tecnológico ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, trazendo uma variedade de recursos informacionais, modificando significativamente os serviços de processamento de informação. Esse processo marcou principalmente a década de 1960, pelo intenso desenvolvimento de tecnologias computacionais. Fitas magnéticas eram utilizadas para o armazenamento da informação, e seu processamento “consistia em ler dados em uma ou mais fitas e escrevê-los em uma nova fita. Os dados também podiam ser inseridos por *decks* de cartão perfurado e enviados para saída de impressoras”. (SILBERSCHATZ; KORTH; SUDARSHAN, 2006, p. 19). Diante desta variedade de recursos, bibliotecários de todo o mundo iniciaram um movimento para que

fossem estabelecidos acordos internacionais de normalização, criando um código mais racional, pois gastavam muito tempo na elaboração das fichas. Esse apelo resultou na Conferência de Paris, em 1961, onde fez-se uma análise exaustiva dos códigos de catalogação vigentes na época, e se verificou a existência de inúmeras regras desnecessárias, a omissão de dados considerados essenciais e inconsistências nas regras de uso. Assim, esta Conferência buscou uniformizar as regras e estabelecer princípios para a catalogação, conhecidos como Princípios de Paris (BARBOSA, 1978).

Nessa mesma década, as tecnologias de informática são introduzidas nos processos de catalogação e construção dos catálogos. Nesse contexto, surge, em 1965, o formato MARC, da Library of Congress (LC). A expressão MARC é uma sigla em inglês cujo significado é *Machine Readable Cataloging*, e sua tradução literal é “catalogação legível por computador”. Sua concepção teve como principal objetivo permitir a comunicação de descrições bibliográficas, num formato que pudesse ser legível por computadores, fazendo com que todos os registros fossem formatados para atender qualquer necessidade, em qualquer lugar do mundo, por qualquer biblioteca ou usuário (BARBOSA; EDUVIRGES, 2010, p. 4).

De acordo com Martínez García e Olanar Múgica (2007, p. 11, tradução nossa):

O primeiro passo se deu no início do ano de 1965, com o lançamento do Projeto Piloto MARC, sob os auspícios do Conselho de Recursos da Biblioteca, coordenada pela Biblioteca do Congresso. Estruturou-se em duas linhas de trabalho:

- I. Criação do formato MARC I para automatizar as tarefas de análise documentária das monografias impressas.
- II. Desenvolvimento dos canais necessários para a transmissão e troca de registros bibliográficos entre os centros de catalogação.

Quando de sua criação, o Formato MARC utilizava números, letras e símbolos dentro do registro bibliográfico, como forma de identificar diversos tipos de informação, segundo as implementações da Library of Congress. Esse formato se caracterizava por sua extensibilidade, flexibilidade e pelo intercâmbio de informações de uma maneira universal e ágil. Os objetivos do MARC visavam principalmente ao seu uso para todo tipo de material, produção de diferentes aplicativos e utilização por diferentes sistemas automatizados. (MEY; SILVEIRA, 2009, p.77).

O formato MARC é composto por códigos e designações de conteúdos definidos para codificar registros que serão interpretados por uma máquina, cuja principal finalidade é possibilitar o intercâmbio de dados, ou seja, importar dados de diferentes instituições ou exportar dados de sua instituição para outros sistemas ou redes de bibliotecas através de



programas de computador desenvolvidos especificamente para isto.

No ano de 1968 é lançado pela LC o MARC II, que conforme Mey e Silveira (2009, p. 77):

[...] desenvolveu-se pela cooperação entre a LC e a British Library, que buscava um formato para produção da British National Bibliography. O MARC II serviu de base para inúmeros outros formatos, como, por exemplo, CAN/MARC (Canadá), MONOCLE (França), MARCAL (América Latina), nosso CALCO e, inclusive, o internacional UNIMARC (Universal MARC). [...] Cerca de vinte diferentes formatos MARC se desenvolveram nos anos 1970.

Os elementos do formato MARC foram baseados na estrutura descritiva dos códigos de catalogação, e são preenchidos conforme as regras externas estabelecidas nestes, garantindo, assim, maior consistência na representação por ele gerada (FERREIRA, 2002).

De acordo com Alves (2010, p. 34):

o código de catalogação AACR uniformizou os catálogos e registros bibliográficos, e o formato MARC efetivou a automação desses registros, tornando o processo de catalogação, o processo de intercâmbio e exportação de dados, mais consistente e ágil.

No ano de 1987, a *British Library*, a LC e a *National Library of Canadá*, iniciaram uma revisão em seus formatos de intercâmbio, a saber: UKMARC, USMARC, e CANMARC, com o propósito de unificação. Em 1999 é lançado o MARC 21, referenciando-se à proximidade do século XXI, dando um destaque ao caráter internacional do formato. Segundo Barbosa e Eduvirges (2010, p. 4):

Em 1990, foi realizado em Estocolmo o Seminário sobre Registros Bibliográficos, objetivando o estabelecimento de registros bibliográficos compatíveis com a realidade dos centros de catalogação e com as necessidades dos usuários. Ao longo do tempo e após diversos estudos e pesquisas, surgiram os *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), ou seja, requisitos funcionais para registros bibliográficos. Melhorias foram sendo incorporadas a esses recursos até chegarmos ao MARC (21), ao *International Standard Bibliographic Description* (ISBD) e aos novos códigos de catalogação. Esses processos objetivavam alcançar um modelo de registro bibliográfico absoluto, universal, que pudesse ser entendido em qualquer biblioteca, em qualquer parte do mundo.

No Brasil, a história do formato MARC data de 1972, em que Alice Príncipe Barbosa apresenta o projeto CALCO – Catalogação Legível por Computador, da Fundação Getúlio

Vargas - FGV. No ano de 1980 o projeto CALCO passa a se chamar Bibliodata/CALCO e, mais adiante, para Rede Bibliodata, fazendo uso do formato USMARC e atualmente dos padrões AACR2 e MARC 21. O Catálogo Coletivo Bibliodata é a maior base em MARC 21 em nosso País, sendo o provedor de registros MARC para muitas bibliotecas.

A família MARC 21 é composta por cinco formatos que, embora sejam publicados separadamente, a fim de detalhar melhor a descrição dos campos, são complementares entre si:

- **Formato MARC 21 para dados bibliográficos:** De acordo com Fusco (2010, p. 72), este formato “especifica a representação dos mais variados tipos de recursos informacionais e garante a descrição e a recuperação dos diferentes suportes”.

- **Formato MARC 21 para dados de autoridade:** Este formato especifica a codificação dos elementos relativos à responsabilidade por uma obra em um registro bibliográfico, estabelecendo o controle pelo conteúdo.

- **Formato MARC 21 para controle de dados:** Inclui orientações para a designação de conteúdo, define os códigos e convenções (tags, indicadores, códigos de subcampo, e valores codificados) que identificam os elementos de dados, permitindo sua posterior localização. Este formato pode ser utilizado para gerenciar os materiais.

- **Formato MARC 21 para dados de classificação:** Especifica os códigos e o controle dos elementos de dados relacionados à classificação de conteúdo dos recursos informacionais.

- **Formato MARC 21 para informação comunitária:** “Especifica a codificação de registros que contenham informações sobre eventos, programas, serviços, etc. Permite a inclusão e a disseminação de informações que podem ser integrados ao catálogo, tornando o recurso informacional acessível ao público” (FUSCO, 2010, p. 73).

O registro MARC, conforme Taylor (2006), “é uma coleção de campos”, e cada campo possui um ou mais subcampos. Já Ferreira (2002) complementa a informação ao dizer que são três os elementos que compõem o registro: estrutura do registro, indicação de conteúdo e conteúdo dos elementos que compõem o registro.

A estrutura do registro utiliza-se da norma ISO 2709, que especifica os requisitos necessários para o intercâmbio de registros bibliográficos; e do protocolo Z39.50, próprio para a recuperação da informação bibliográfica de um computador para outro, permitindo assim o intercâmbio das informações sem perda de dados.

A indicação de conteúdo possui códigos e convenções estabelecidas para identificar e caracterizar os elementos de dados dentro de um registro, permitindo sua manipulação, e são

definidos para cada um dos formatos MARC.

O conteúdo dos elementos de dados que compreendem um registro MARC são normalmente definidos por padrões externos aos formatos, tais como a Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada (ISBD), o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR), ou outras regras de catalogação utilizados pela organização que cria um registro. O registro MARC 21 é composto por três elementos principais: líder, diretório e campos variáveis.

O líder, conforme Ferreira (2002, p. iii), refere-se à “dados que fornecem informações para o processamento do registro”. Os dados apresentam números ou valores codificados e identificados por sua posição relativa. Possui ainda o tamanho de 24 caracteres e é o primeiro campo de um registro MARC.

O diretório é uma série de entradas que contém a posição inicial e o tamanho de cada campo variável (*tag*) do registro bibliográfico. Cada etiqueta possui a extensão de 12 caracteres. No diretório, segundo Ferreira (2002, p. iv):

[...] as notações para campos de controle variável aparecem primeiro, seguidas pelas etiquetas em ordem numérica crescente. Em seguida entram os campos de dados variáveis, arrumados em ordem crescente, de acordo com o primeiro caractere da etiqueta. A sequência de armazenamento dos campos de dados variáveis, não corresponde necessariamente à ordem das entradas correspondentes no Diretório. Etiquetas duplicadas são diferenciadas apenas pela localização dos respectivos campos dentro do registro. O diretório termina com um caractere finalizador (hex 1E).

Os campos variáveis identificam os dados de um registro bibliográfico em MARC 21, sendo identificados por uma etiqueta de 3 caracteres numéricos armazenados na entrada do diretório, referentes a cada campo. Existem dois tipos de campos variáveis: os campos de controle variável e os campos de dados variáveis.

Os campos de controle variável são os campos 00X. Estes campos são identificados por uma etiqueta no diretório, porém não possuem indicadores nem códigos de subcampo. Os campos de controle variável são estruturalmente diferentes dos campos de dados variáveis, pois podem conter um único dado ou uma série de dados de tamanho fixo, identificados pela posição relativa do caractere.

Os campos de dados variáveis são os demais campos variáveis definidos no formato. São identificados por uma etiqueta no diretório e contêm duas posições indicadoras situadas no início de cada campo e dois caracteres para código de subcampo, antecedendo cada elemento de dados no campo. Os campos de dados variáveis são agrupados em blocos, de

acordo com o primeiro personagem da marca que, com algumas exceções, identifica a função dos dados dentro do registro. O tipo de informação no campo é identificado pelo resto da etiqueta.

O formato bibliográfico MARC 21 é estruturado da seguinte forma:

0XX – Informação de controle, números e códigos

1XX – Entrada principal

2XX – Título e informações sobre o título (título, edição, imprensa, etc.)

3XX – Descrição física, etc.

4XX – Série

5XX – Notas

6XX – Entradas de assunto

7XX – Entradas adicionais de outros assuntos ou séries

8XX – Entradas secundárias de série, etc.

9XX – Reservados para uso local

Nos blocos de dados 1XX, 4XX, 6XX, 7XX e 8XX, algumas designações de conteúdo se repetem. Os seguintes significados, com algumas exceções, são dados para os dois últimos caracteres da etiqueta de campos:

X00 – Nomes pessoais

X10 – Nomes corporativos

X11 – Nomes de eventos

X30 – Títulos uniformes

X40 – Títulos bibliográficos (série)

X50 – Termos tópicos (assunto)

X51 – Nomes geográficos

Dentro dos campos de dados variáveis, os seguintes dois tipos de designação de conteúdo são utilizados:

**Indicador:** São as duas primeiras posições de caracteres nos campos de dados variáveis que contêm valores que interpretam ou complementam os dados encontrados no campo. Os valores dos indicadores são interpretados individualmente, isto é, o significado não é atribuído a dois indicadores juntos, e podem ser representados por uma letra minúscula ou por um caractere numérico. O indicador “em branco”, é representado por um #, é utilizada para indicador indefinido, e pode ter atribuído um significado, ou pode significar nenhuma

informação fornecida.

**Subcampos:** Composto por dois caracteres que distinguem os dados dentro de um campo, e que exigem tratamento separado. O código de subcampo apresenta um delimitador, geralmente representado por \$ (cifrão), e seguido de um identificador de subcampo, e assim como o indicador, pode utilizar letra minúscula ou caractere numérico. Para cada campo, há um código de subcampo, e estes são definidos para efeitos de identificação, e não arranjo. A ordem dos subcampos é geralmente determinada por padrões, tais como as regras de catalogação.

Embora haja variação entre as interfaces dos diferentes *softwares* existentes de gerenciamento de acervos, a padronização na inserção dos dados não deixará o catalogador com dúvidas ao descrever um registro. Apresentamos a seguir alguns exemplos de registro feito utilizando o formato MARC 21:

**Figura 1** – Catalogação de livro em MARC 21

<b>FMT</b>	BK
<b>LDR</b>	00000nam 22 1 4500
<b>001</b>	UN002538315
<b>003</b>	DLC
<b>005</b>	20110218095125.0
<b>008</b>	761016s1966 enk rd 000 0 eng d
<b>040</b>	a BIBLIODATA  b por
<b>080</b>	a 420-54(038)
<b>24504</b>	a The Oxford dictionary of English etymology,  c edited by C. T. Onions with the assistance of G. W. S. Friedrichsen and R. W. Burchfield. -
<b>260</b>	a Oxford :  b Clarendon Press,  c 1966
<b>300</b>	a 1025 p.
<b>590</b>	a A biblioteca BAS possui a reimpressão de 1994
<b>650 4</b>	a Língua inglesa -  x Etimologia -  x Dicionários.
<b>650 4</b>	a Enciclopédias e dicionários em inglês.
<b>7001</b>	a Onions, C. T.  q (Charles Talbut)
<b>7001</b>	a Friedrichsen, G. W. S.  q (George Washington Salisbury)
<b>7001</b>	a Burchfield, R. W.
<b>CAT</b>	a VIVIANP  b 40  c 20100507    UEP01  h 1439
<b>CAT</b>	a MILENE  b 40  c 20110218    UEP01  h 0951
<b>CAT</b>	c 20111218    UEP01  h 1637
<b>SYS</b>	000611164

**Fonte:** Catálogo Athena – Universidade Estadual Paulista ([www.athena.biblioteca.unesp.br](http://www.athena.biblioteca.unesp.br))

A seguir, uma demonstração de catalogação de partitura, feita com o formato MARC 21:

**Figura 2 – Catalogação de partitura em MARC 21**

<b>FMT</b>	MU
<b>LDR</b>	00000ccm 2200337 a 4500
<b>001</b>	UN003352525
<b>003</b>	DLC
<b>005</b>	20110728164041.0
<b>007</b>	ta
<b>008</b>	991126s1940 it sna r n ita d
<b>040</b>	a BIBLIODATA  b por
<b>08204</b>	a 780.264
<b>1001</b>	a De-Giardini, Felice  d 1716-1796.
<b>24510</b>	a Sonata a tre  h [música] :  b in Mi bemolle maggiore /  c Felice De-Giardini. -
<b>260</b>	a Milano :  b G. Ricordi,  c [1940]
<b>300</b>	a 1 partitura (31 p.)
<b>650 4</b>	a Sonata -  x Partituras.
<b>650 4</b>	a Violino -  x Partituras.
<b>690</b>	a Sonata (Violino).
<b>CAT</b>	a JURACY  b 40  c 20110728    UEP01  h 1640
<b>CAT</b>	c 20111218    UEP01  h 1649
<b>SYS</b>	000645730

**Fonte:** Catálogo Athena – Universidade Estadual Paulista ([www.athena.biblioteca.unesp.br](http://www.athena.biblioteca.unesp.br))

O registro MARC 21 em sua versão bruta é composto por uma única linha com todos os caracteres que o representam, como vemos na imagem a seguir:

**Figura 3 – Arquivo de texto de registro feito em MARC 21.**

```
00867nam 2200265 a45000010012000000050017000120080041000290200
025000700400018000950410013001130800014001260900027001401000023
001672430022001902450112002122500013003242600039003373000021003
764400037003975000069004345040032005036000032005356500017005679
98001700584-BN001549391-19980521000000.0-980521s1991 rjb
r 000 0 dpor d- a8571100373 (broch.)- aBlRjFGVBbpor-1 -
aporhfre- a159.964.2- a159.964.2b0341c2.ed.-1 aOgilvie,
Bertrand.-10aLacan.lPortugues-10aLacan :ba formação do conceito
de sujeito, 1932-1949 /cBertrand Ogilvie ; tradução Dulce Duque
Estrada. -- a2. ed. -- aRio de Janeiro :bJ. Zahar,c1991.- -
a135p. ;c21cm. -- 1a(Transmissão da psicanalise;v3)- aTradução
de: Lacan: la formation du concept du sujet, 1932-1949.- -
aBibliografia: p. [132]-135.-14aLacan, Jacques,d1901-1981.- 4-
aPsicanalise.
```

**Fonte:** Rede Bibliodata.

Para Fusco (2010, p. 71-72):

O formato MARC 21 é um conjunto de códigos e designadores de conteúdo definido para a codificação de registros legíveis por máquina. É considerado um formato rico, completo e complexo e sua estrutura se baseia na semântica estrutural do AACR2. Pode-se dizer que é o primeiro formato para comunicação de registros bibliográficos que descreve e identifica as características e especificidades do recurso informacional através de representação padronizada. Além disso, o formato do padrão MARC 21 é bastante abrangente e contempla a descrição bibliográfica nos mais variados

suportes de armazenamento, como livros, periódicos, mapas, música, materiais de arquivo e manuscritos, arquivos de computador e materiais visuais.

O MARC 21 é um formato utilizado internacionalmente, sendo adotado por softwares proprietários como o Aleph, Sophia e Pergamum, como também por softwares de distribuição livre, como o OpenBiblio e Koha.

No ano de 1969 ocorreu outro encontro rumo à padronização internacional das regras de catalogação: a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), cujos pontos de discussão são indicados por Barbosa (1978, p. 53):

- a) os Princípios adotados na Conferência de Paris já vinham servindo de base e influenciando não só a criação mas também a revisão de inúmeros outros códigos nacionais de catalogação. No entanto, estavam sendo mal interpretados e até julgados inconsistentes, devido aos enunciados muito gerais de algumas partes, e ao número excessivo de regras alternativas, principalmente nas seções relativas aos diversos tipos de publicações reunidas sob o cabeçalho “autoria coletiva”;
- b) o projeto iniciado em 1966 pela comissão de regras uniformes de catalogação, para o estabelecimento de normas internacionais para a parte descritiva de informações bibliográficas, baseado num estudo comparativo de várias bibliografias nacionais, feito por Michael Gorman;
- c) o exame de dois outros programas considerados de grande importância, por começarem a influenciar radicalmente o panorama da catalogação sob o ponto de vista internacional: a catalogação compartilhada (“shared cataloging”), da LC, com a finalidade de acelerar a aquisição e a catalogação de livros, e a aplicação do computador em bibliotecas que resultou na criação, pela FIAB, de uma Comissão de mecanização.

Nesta mesma ocasião, o especialista em catalogação Michael Gorman, apresentou o documento intitulado *International Standard Bibliographic Description (ISBD)*, cuja proposta era a padronização no modo de apresentar as informações contidas na descrição bibliográfica.

Para tanto, Gorman sistematizou a ordem das informações e a pontuação utilizada antes de cada informação, de modo a tornar possível seu reconhecimento pelos computadores. A proposta de Gorman, após apreciação internacional, foi publicada em 1971 pela IFLA, como ISBD(M), isto é, para monografias. (MEY, SILVEIRA, 2009, p. 79).

As autoras ainda afirmam que as ISBDs representaram “[...] um acordo no caminho da padronização. Todos os países se dispuseram a usá-la e essa aceitação internacional acarretou mudanças nos códigos de catalogação, que incorporaram essas normas em novas edições” (2009, p. 79-80).

Fusco (2010, p. 49) acrescenta que “as ISBDs foram elaboradas na medida em que foram surgindo suportes, seguindo um planejamento baseado na necessidade, tipo e quantidade de suportes existentes”. Em julho de 2011, é publicada a edição consolidada da ISBD, em que os textos das ISBDs especializadas foram fundidos em um único texto (IFLA, 2013).

Ainda na RIEC, a proposta de Suzanne Honoré é interessante no tocante à criação de um sistema internacional de permuta de informações, consolidando o controle bibliográfico universal (CBU):

[...] a descrição bibliográfica normalizada de cada publicação deveria ser estabelecida no seu país de origem e distribuída através de uma agência nacional. Os meios de distribuição deveriam ser fichas ou registros legíveis por máquinas. A eficiência do sistema dependeria da máxima normalização da forma e do conteúdo da descrição bibliográfica. (BARBOSA, 1978, p. 141).

A formalização do conceito de controle bibliográfico universal pela *International Federation of Library Association* (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias - IFLA) ocorreu em 1974, através da criação do Escritório Internacional para o Controle Bibliográfico Universal (*International Office UBC*). Alves (2010) afirma ainda que:

[...] o acesso mundial aos registros bibliográficos foi possível não só pelo estabelecimento do CBU, como também por meio de condições que o efetivassem, tais como a consolidação de um tratamento descritivo da informação, que garantisse a uniformidade dos registros, aliado ao uso de tecnologias de informática.

Vemos assim que este período foi marcado por importantes avanços na área da catalogação, cujos instrumentos para o tratamento descritivo da informação foram estabelecidos internacionalmente, e os grandes bancos de dados bibliográficos e de catalogação cooperativa estavam em desenvolvimento. Além disso, o formato MARC já havia se estabelecido como formato de representação da informação bibliográfica.

A partir dos anos 1990, a incorporação das tecnologias de informática à rotina de trabalho das pessoas, e no âmbito da informação, estão presentes desde o processo de criação, passando pelo armazenamento, busca e recuperação. Mey e Silveira (2009, p. 89) afirmam que:



O século XXI se inicia com vários estudos concomitantes sobre a catalogação e dá continuidade à tendência do final do século XX: compartilhamento de dados bibliográficos, revisão de conceitos e práticas catalográficas e internacionalização dos padrões de representação.

O intenso desenvolvimento de *softwares* e *hardwares* modificou não somente o processo de produção, armazenamento e acesso à informação, como também a velocidade com que a informação é produzida.

Essa velocidade na criação e disponibilização da informação, principalmente na *Internet*, fez com que surgissem novos tipos de ambientes informacionais, exigindo assim dos sistemas de recuperação da informação novos mecanismos de busca e recuperação. Para Alves (2010):

[...] a partir deste período a procura por soluções aos problemas de busca e recuperação da informação em ambientes digitais. Essas soluções estão pautadas nos métodos tradicionais de tratamento descritivo da informação e principalmente no desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas, ou uma infraestrutura tecnológica, como: linguagens de marcação, ferramentas para a construção de bancos de dados, entre outros.

Entramos aí na era dos metadados, que é definido por Souza, Vendrusculo e Melo (2000) como sendo o conjunto de elementos descritivos, cuja finalidade é facilitar a descrição dos recursos digitais disseminados através da *Internet*. Para Fusco (2010, p. 60):

O termo metadados possui funções de acordo com a área em que é utilizado. Na Ciência da Informação tem sempre como objetivo principal a descrição da informação para sua representação, busca e recuperação. No contexto da representação da informação, atuam como referenciais à informação representada e como intermediário entre o objeto representado e o usuário, seja ele o profissional que projeta a representação ou o consumidor da informação. São dados associados com os objetos de informação que fazem com que seus potenciais utilizadores tenham pleno conhecimento antecipado da sua existência e características.

Assim, podemos fazer uma analogia dos metadados à catalogação, uma vez que os primeiros também buscam descrever as informações que estão contidas em um recurso, objetivando sua organização, busca e posterior recuperação. Nesse panorama dominado por informação digital, novos padrões surgiram: Dublin Core e RDA.

O Dublin Core surgiu em 1994, durante a 2ª Conferência Internacional sobre a Web, em Chicago, Estados Unidos. O grupo de trabalho denominado *Dublin Core Metadata Initiative* (DCMI) voltou a se reunir em 1995, em Ohio, Estados Unidos, e daí surgiu o padrão

de metadados de utilização internacional. Este padrão de metadados, de acordo com Marcondes (2005), foi planejado para ser simples e autoexplicativo, possibilitando ao próprio autor do documento descrevê-lo ao publicá-lo eletronicamente.

O padrão de metadados Dublin Core é composto de 15 elementos descritivos, a saber: título; criador; assunto; descrição; publicador; colaborador; data; tipo; formato; identificador; fonte; idioma; relações; cobertura; direitos autorais. O processamento dos metadados Dublin Core tem como base o *Resource Description Framework* (RDF), cujo “objetivo é proporcionar interoperabilidade entre aplicações que trocam informações eletrônicas da *web*” (GRÁCIO, 2002). Utiliza ainda a linguagem *eXtended Markup Language* (XML), para sua representação e sintaxe na codificação e transporte dos metadados.

Já em 2004, o *Joint Steering Committee for revision of AACR* iniciou o que seria a revisão para posterior publicação do AACR, 3ª edição. Porém, “a revisão provocou mudanças substanciais e acarretou, em 2005, o desenvolvimento de um novo sucessor das AACR2, o RDA” (MEY, SILVEIRA, 2009, p. 90). O RDA, sigla de *Resource Description and Access*, é uma norma baseada numa estrutura teórica, projetada para o ambiente digital e com escopo mais abrangente que o das AACR2. De acordo com Cunha (2011, p.1):

Como se sabe a RDA está provocando uma enorme mudança na catalogação internacional desde a publicação da segunda edição do Código de catalogação anglo-americano – com edição brasileira publicada pela FEBAB em 1983 e em 2004, agora incorporando a revisão de 2002; também existe uma reimpressão, lançada em 2010 (2-4). Pensava-se que seria lançada uma nova edição do código de catalogação e que a sua nova sigla, continuando a longa tradição das versões anteriores, fosse AACR3. Além disso, essa nova edição certamente iria incluir as modificações geradas pelas atualizações ocorridas no formato MARC 21. Mas, a longa tradição de edições sucessivas do AACR foi quebrada e não teremos o AACR3!

Já Oliver (2011, p. 1) afirma que “apesar de manter uma forte relação com as AACR2, a RDA delas difere em muito, devido a ser baseada numa estrutura teórica, ter sido projetada para o ambiente digital e seu escopo ser mais abrangente do que o das AACR2”.

Esta nova norma respeita os modelos conceituais *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), que representa e descreve simplificada o universo bibliográfico em nível teórico, servindo como base para implementação de sistemas ou bases de dados bibliográficas, não devendo ser confundido com código de catalogação, e *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD), para a inclusão de dados de autoridade. Cabe lembrar que tanto o FRAD como o FRBR são modelos entidade-relação, ou seja, este modelo se baseia no objeto (entidade) e suas relações entre eles, através dos atributos, que são as

características dessas entidades, tais como título ou autor (MEY, SILVEIRA, 1999).

Concordamos com a seguinte afirmação de Cunha (2011, p.1):

Com todo esse contexto das tecnologias da informação, especialmente a internet, ficou inevitável a demanda de novas normas de catalogação que pudessem descrever os novos objetos digitais. Assim, o universo bibliográfico fica agora atualizado e de posse de regras que finalmente poderão descrever esse contexto da informação digital surgido nos últimos quinze anos. As normas da RDA vêm dar ao bibliotecário e a outros profissionais de informação um moderno e prático instrumento imprescindível para o bom exercício profissional na área de catalogação nesse mundo digital.

Estamos em um processo de constantes transições, em que novos padrões e novos suportes informacionais surgem a todo o instante, e os profissionais da informação devem estar preparados para as mudanças, buscando a constante atualização e ressaltamos que a catalogação só é eficaz quando permite ao usuário selecionar a obra desejada dentre variados itens à sua disposição, e a rapidez e precisão na localização nos remetem às cinco leis da Biblioteconomia, criadas por Ranganathan (2009):

Os livros são para usar  
A cada leitor o seu livro  
A cada livro o seu leitor  
Poupe o tempo do leitor  
A biblioteca é um organismo em crescimento

Em consonância com as cinco leis de Ranganathan, a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (2009), estabelece que os catálogos devem permitir aos usuários:

4.1 Encontrar recursos bibliográficos numa coleção como resultado de uma pesquisa, utilizando atributos e relações entre recursos:

4.1.1 Para encontrar um determinado recurso.

4.1.2 Para encontrar conjuntos de recursos representando todos os recursos que pertencem à mesma obra;

todos os recursos que representam a mesma expressão;

todos os recursos que exemplificam a mesma manifestação;

todos os recursos associados a determinada pessoa, família ou coletividade (entidade);

todos os recursos sobre um determinado assunto;

todos os recursos definidos por outros critérios (língua, lugar de publicação, data de publicação, tipo de conteúdo, tipo de suporte, etc.), normalmente como uma delimitação secundária de um resultado de pesquisa.

4.2 Identificar um recurso bibliográfico ou agente (ou seja, confirmar que a

entidade descrita corresponde à entidade procurada ou distinguir entre duas ou mais entidades com características similares);

4.3 Selecionar um recurso bibliográfico que seja apropriado às necessidades do utilizador (usuário), ou seja, escolher um recurso que esteja de acordo com as necessidades do utilizador (usuário), no que diz respeito ao conteúdo, suporte, etc. ou rejeitar um recurso que seja inadequado às necessidades do utilizador (usuário);

4.4 Adquirir ou obter acesso a um item descrito (ou seja, fornecer informação que permitirá ao utilizador (usuário) adquirir um item por meio de compra, empréstimo, etc. ou aceder (acessar) eletronicamente a um item por meio de uma ligação em linha a uma fonte remota); ou acessar (aceder), adquirir ou obter dados bibliográficos ou de autoridade;

4.5 Navegar num catálogo ou para além dele (quer dizer, através da organização lógica dos dados bibliográficos e de autoridade e da apresentação de formas claras de se navegar, incluindo a apresentação de relações entre obras, expressões, manifestações, itens, pessoas, famílias, entidades (coletividades), conceitos, objetos, eventos e lugares).

Assim, ressaltamos a importância da catalogação no processo de organização de uma biblioteca ou centro de informação, pois este processo permite a padronização na descrição dos documentos, por meio dos códigos de catalogação, mantendo assim a coerência nos registros de catalogação; há ainda a economia de tempo do profissional catalogador, que pode importar o registro de uma determinada base para a sua, e a rápida recuperação pelo usuário, a principal razão de ser de um centro de informação.

## 4 PADRÃO DE DESCRIÇÃO DE INFORMAÇÃO E MARC 21: ANÁLISE E RESULTADOS

A utilização dos metadados, no contexto da catalogação, é representar a informação que se encontra em seu estado natural, fazendo a ponte entre o objeto representado e o usuário. O termo, geralmente aplicado no ambiente digital, refere-se aos dados de descrição e localização de documentos, como conjunto de dados, informações textuais, gráficos, música e qualquer outro recurso eletrônico (FUSCO, 2010). Assim, no ambiente da catalogação, os metadados significam os elementos de representação da informação.

Como vimos anteriormente, padrões foram criados para representar a informação de modo uniforme. Para uso em bibliotecas, utilizam-se as regras do AACR2 e das ISBD's para descrever os documentos; enquanto na arquivologia se utiliza a ISAD(G). Já no ambiente digital tem-se o Dublin Core.

Segundo Mey e Silveira (2009, p. 94) “a descrição bibliográfica, também chamada representação descritiva, é a parte da catalogação responsável pela caracterização do recurso bibliográfico”. Assim, a descrição bibliográfica permite tornar único o recurso a ser caracterizado, com vistas à facilitar o seu uso, localização e recuperação. Diante do exposto, a presente pesquisa contemplou os seguintes tipos de itens, cujas definições foram retiradas do AACR2:

- **Monografias:** Incluem-se neste critério obras que não sejam itens cartográficos ou música impressa. Segundo o código, as regras referem-se a monografias impressas, e compreendem livros, folhetos e folhas soltas impressas. Excluem-se ainda textos reproduzidos em microformas, publicações seriadas ou em folhas soltas de atualização (CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO, 2009).

- **Materiais cartográficos:** Todos os tipos de materiais cartográficos são contemplados com esta regra, incluindo aí materiais em duas ou três dimensões e plantas cartográficas. A regra ainda diz que são considerados materiais cartográficos aqueles que representam a Terra e qualquer corpo celeste, no todo ou em parte.

- **Música:** Este capítulo do código refere-se à música publicada. Há ainda uma observação que afirma que a regra não abrange detalhadamente manuscritos ou outros tipos de música não publicada, sendo necessária a adoção de um termo descrevendo fisicamente o material.

- **Gravações de som:** A regra para gravações de som abrange música gravada em todos os meios, excluindo apenas gravações de som que acompanham filmes de imagens

visuais, cujas regras são constantes do capítulo 7 do AACR.

- **Filmes cinematográficos e gravações de vídeo:** Esta regra trata da descrição de filmes cinematográficos e gravações de vídeo de todos os tipos, como filmes completos, programas, compilações, *trailers*, noticiários televisivos e cinematográficos, cenas de arquivo e material não editado (CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO, 2009).

- **Materiais gráficos:** Engloba todo tipo de material gráfico, sejam eles:

[...] opacos (p.ex., originais e reproduções de arte bidimensionais, quadros, fotografias, desenhos técnicos), quer destinados a serem projetados ou vistos (p.ex., diafilmes, radiografias, diapositivos), bem como coleções desses materiais gráficos. (CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO, 2009, cap. 8, p. 2).

- **Artefatos tridimensionais e realia:** Este capítulo traz detalhes sobre a descrição de objetos tridimensionais de todos os tipos, exceto aqueles abordados nos demais capítulos. São exemplos de objetos tridimensionais: modelos, dioramas, jogos, cassetes de braile, esculturas e outras obras de arte tridimensionais, objetos de exposições, máquinas e vestuário. Além disso, incluem-se neste capítulo objetos que aparecem ao natural, como é o caso de espécimes visualizadas por microscópios, as realias, e que não serão abordadas neste estudo.

- **Recursos contínuos:** São considerados recursos contínuos materiais editados sucessivamente, como as publicações seriadas e materiais publicados de modo integrado, como folhas soltas de atualização e atualizações de *websites*. De acordo com a norma:

Essas regras também abrangem a descrição das seguintes categorias de recursos finitos (i.e. aqueles que têm prazo determinado de conclusão): recursos que apresentam características de publicações seriadas, tais como edições sucessivas, numeração e periodicidade, mas com duração limitada (p. ex. notícias de eventos); reimpressões de publicações seriadas e recursos integrados finitos. As regras neste capítulo não se aplicam a itens em várias partes.

Para Ribeiro (2009, cap.1, p. 6), a catalogação de materiais, sejam eles bibliográficos ou não, são divididos no AACR2 em oito grandes áreas, sendo estas subdivididas em elementos, conforme quadro a seguir:

**Quadro 1-** Quadro estrutura da descrição

<b>ÁREAS</b>	<b>ELEMENTOS</b>
Cada seção da descrição, compreendendo dados de uma categoria particular ou de um conjunto de categorias	Palavras, frase ou grupo de caracteres representando uma unidade distinta de informação, fazendo parte de uma área
1.1 Título e indicação de responsabilidade	1. Título principal 2. Título equivalente 3. Outras informações sobre o título 4. Indicação de responsabilidade
1.2 Edição	1. Indicação de edição 2. Indicação de responsabilidade da edição 3. Edições subsequentes
1.3 Detalhes específicos do material (ou do tipo de publicação)	Materiais cartográficos, música, recursos eletrônicos, microformas (em alguns casos), recursos contínuos.
1.4 Publicação, distribuição etc.	1. Lugar de publicação, distribuição, etc. 2. Nome do editor, distribuidor, etc. 3. Data de publicação, distribuição, etc. 4. Lugar de fabricação, fabricante, data
1.5 Descrição física	1. Extensão 2. Outros detalhes físicos 3. Dimensões 4. Material adicional
1.6 Série	1. Título principal da série 2. Título equivalente da série 3. Outras indicações sobre o título da série 4. ISSN da série 5. Numeração da série
1.7 Notas	1. Todas as notas
1.8 Número normalizado e modalidades de aquisição	1. ISBN 2. Modalidades de aquisição 3. Qualificação

Fonte: Ribeiro, 2009, cap. 1, p. 6.

Todas essas áreas foram devidamente incorporadas aos campos do formato MARC 21, daí sua fama mundial. Ressaltamos ainda que, em tempos de grandes e variados avanços tecnológicos, principalmente da informática, é necessário pensar na utilização de ferramentas seguras na catalogação dos itens, de modo a evitar o retrabalho caso haja substituição de *software* ou *hardware*. Assim, o MARC 21 visa cumprir o princípio maior da catalogação, de acordo com a IFLA: atender a conveniência dos utilizados do catálogo, ou seja, os usuários.

Já o Padrão de Descrição de Informação (PDI), criado durante a vigência do projeto “Patrimônio Cultural Rural Paulista: espaço privilegiado para pesquisa, educação e turismo”, no período de 2008 a 2012, divide a descrição dos bens patrimoniais em treze grupos, a saber:

- Grupo 1 – Identificação
- Grupo 2 – Informações gerais do bem patrimonial
- Grupo 3 – Autoria
- Grupo 4 – Cadastro de autoria
- Grupo 5 – Produção
- Grupo 6 – Descrição
- Grupo 7 – Audiovisual
- Grupo 8 – Diagnóstico e intervenção
- Grupo 9 – Condições de disponibilidade, uso e proteção
- Grupo 10 – Histórico da procedência
- Grupo 11 – Assunto e descritores
- Grupo 12 – Fonte de informação
- Grupo 13 – Responsável pela pesquisa

Antes de partirmos para a comparação entre a descrição dos bens patrimoniais utilizando o formato MARC 21 e o PDI, consideramos importante ressaltar os seguintes detalhes:

- A análise do PDI deu-se de forma manual, pois o sistema de banco de dados encontra-se em desenvolvimento e alguns campos não estão configurados, o que poderia prejudicar o desenvolvimento da pesquisa, pois poderíamos deixar algum item sem análise.

- O PDI não foi alterado neste estudo, apenas sugerimos a revisão de alguns campos.

- Grande parte das obras monográficas da Fazenda Santa Maria não possuem informação de Número Internacional Normalizado do Livro (ISBN - International Standard Book Number), visto que o mesmo foi criado em 1967 e oficializado como norma internacional somente em 1972;

- A grande maioria das revistas encontradas na Fazenda Santa Maria não possuem informação de Número Internacional para Publicações Periódicas (ISSN – International Standard Serial Number), pois a atribuição de numeração identificadora para este tipo de material data de 1971.

- Como o vocabulário controlado do projeto não está concluído, utilizamos a linguagem natural na atribuição de assuntos dos objetos no PDI e o vocabulário controlado Bibliodata nos campos de assuntos (6XX) do MARC 21.

- Foi realizado o cadastro do projeto Memória Virtual Rural na *Library of Congress* (<http://www.loc.gov/marc/organizations/form-por.html>), em que foi atribuído o código MARC



brscauf. Este código é utilizado para identificar a instituição catalogadora responsável por um determinado registro.

- Neste estudo, iniciamos o preenchimento do PDI a partir do Grupo 2 (Informações Gerais do Bem Patrimonial), pois as informações do Grupo 1 dizem respeito à propriedade rural, o que não consideramos necessário neste momento, visto que todos os objetos utilizados foram retirados de um só local.

A coleta de dados foi realizada na Fazenda Santa Maria do Monjolinho, localizada na cidade de São Carlos – SP. Esta fazenda foi adquirida por José Inácio de Camargo no ano de 1850. A propriedade impressiona pela arquitetura de suas construções, refletindo a riqueza advinda do cultivo do café em seus tempos áureos. Um curioso fato é a visita de D. Pedro II à cidade de São Carlos para inaugurar a ferrovia que passava dentro da propriedade; para tal ocasião a sede da fazenda passou por uma grande reforma, adquirindo características dos grandes palacetes europeus; nesta mesma visita Theodoro Leite de Camargo, filho de José Inácio, recebeu o título de Barão de Pinhal.

Segundo o site da fazenda:

Varias construções da fazenda são da mesma época e formam um conjunto que prima pela harmonia arquitetônica. Próximo ao sobrado está a casa do administrador, com um grande sino utilizado para ditar o ritmo de trabalho dos colonos. Ao lado de um grande terreiro de café atijolado, destaca-se um magnífico aqueduto, que conduzia água para movimentar a roda d'água e gerar energia para a máquina de beneficiar café. A senzala, moradia dos escravos era composta por dois compartimentos sem janelas. Depois da abolição foi transformada em colônia para os imigrantes italianos. A casa do “Capitão do mato” fica ao lado de um quadrado cercado que tem a senzala em seu interior. (FAZENDA SANTA MARIA, 2013).

No ano de 1904, o casal Candido de Souza Campos e Zuleika Malta adquiriu a propriedade com todos os pertences que estavam em seu interior; atualmente, a quinta geração de seus descendentes é responsável pela guarda do patrimônio. No primeiro piso do grande sobrado existe um museu, com objetos da época de sua construção, como móveis, livros, fotografias, quadros, louças, discos e revistas, dentre outros.

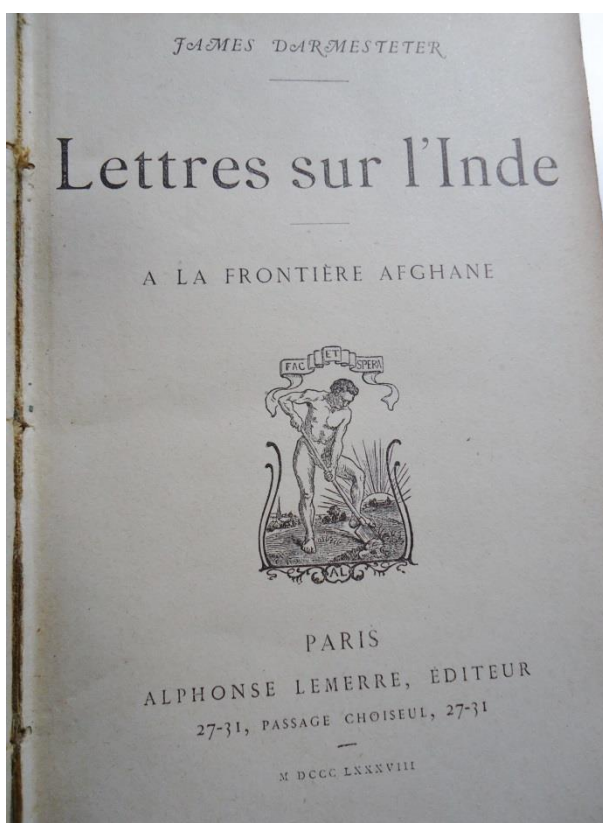
Passaremos a seguir para a descrição dos bens materiais selecionados, onde foram utilizados o PDI, apresentado na íntegra no anexo 1 deste trabalho, e também o formato MARC 21, também apresentado integralmente no anexo 2, para que possamos analisar a capacidade de descrição do PDI e sugerir possíveis ajustes, estes verificados a partir da catalogação realizada em MARC 21.

#### 4.1 Catalogação de monografias

As obras situadas na biblioteca da fazenda, em sua grande maioria, pertencem ao final do século XIX e vão até início do século XX, aproximadamente no ano de 1910. O material encontra-se em boas condições de conservação, sendo possível identificar perfeitamente anotações ali feitas. Muitas dessas obras possuem *ex-libris*, além do nome do senhor Candido de Souza Campos e a data em que a obra foi adquirida.

#### Exemplo 1 – Aplicação do PDI e do MARC 21 em livro

**Figura 4 – Página de rosto**



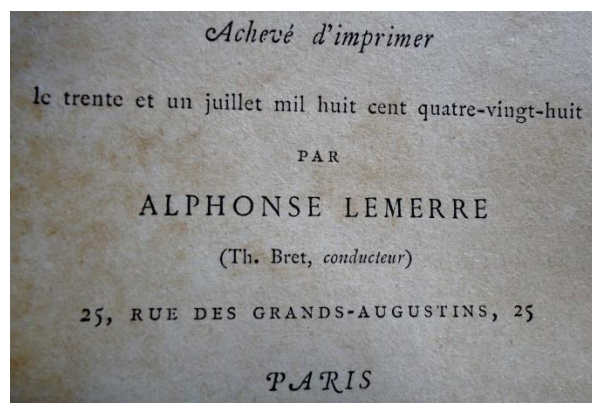
Fonte: Autor.

**Figura 5 – Ex-libris**



Fonte: Autor.

**Figura 6 - Colofão**



Fonte: Autor.

A seguir, apresentamos o quadro comparativo do Padrão de Descrição de Informação e o MARC 21 para as obras selecionadas como amostras da pesquisa.

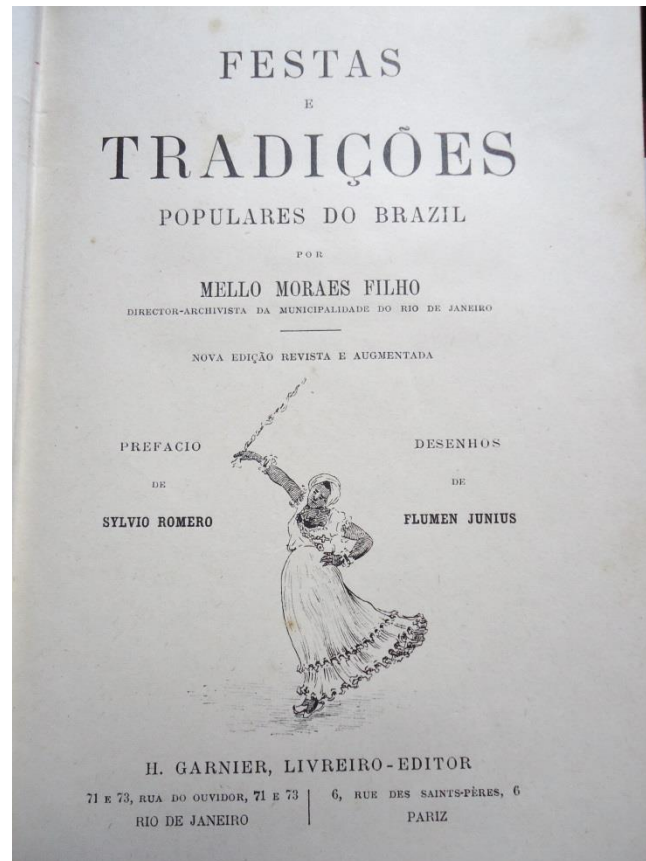
**Quadro 2** – Comparação entre os campos do Padrão de Descrição da Informação e MARC 21

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
G2 2.0 Disponibilização para acesso externo	Não	-	-
G2 2.1 Natureza do bem patrimonial	Material	-	-
G2 2.1.2 Natureza do bem material	Bibliográfico	-	-
G2 2.2 Tipo do bem patrimonial	Livro	Formato	FMT BK
G2 2.3 Número de registro	FSMJ-M-L1	Número de controle	001 MVR 000000157
G2 2.4 Título	Lettres sur l'Inde: a la frontière afghane	Título principal	245 1 0 \$a Lettres sur l'Inde : \$b a la frontière afghane / \$c James Darmesteter. -
G2 2.4.1 Tipo do título	Principal		
G2 2.6 Localização física específica	Estante 1, Biblioteca Dr. Ernesto de Souza Campos	Localização	852 4 1 \$a Fazenda Santa Maria do Monjolinho \$b Biblioteca Dr. Ernesto de Souza Campos \$c Estante 1
G3 Autor ou responsável	James Darmesteter	Entrada principal – Nome pessoal	100 1 # \$a Darmesteter, James, \$d 1849-1894.
G3 Tipo de autoria:	Autor		
G4 Sobrenome	Darmesteter.	Informações constantes no campo 100.	
G4 Nome	James,		
G4 Pseudônimo ou codinome	-		
G4 Função ou atividade	Escritor		
G4 Data de nascimento	1849-		
G4 Data de óbito	1894		
G5 Local	Paris		
G5 Ano	1888	Imprensa	260 # # \$a Paris : \$b Alphonse Lemerre, \$c 1888.
G5 Edição e/ou reimpressão	-		
G5 Outras responsabilidades	Editor Alphonse Lemerre		
G6 6.1 Características físicas e técnicas executivas	Encadernado, 355 páginas	Descrição física	300 # # \$a 355 p.
G6 6.1.4 Notas	Obra encadernada em capa dura, apresenta ex-libris Eduardo Prado, possui colofão.	Notas gerais	500 # # \$a Ex-libris Eduardo Prado. 500 # # \$a Possui colofão.
		Nota de encadernação	563 # # \$a Encadernação em capa dura.

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
G6 6.3 Conteúdo	A obra trata de...	Nota de resumo	520 # # \$a A obra trata...
O grupo 7 (Audiovisual) utiliza imagens do item para ilustrar o registro; como as imagens ilustram a dissertação, não as repetiremos.		Localização e acesso eletrônico	856 4 0 \$u www.mvr.com.br/lettres.jpg \$y Lettres sur l'Inde
G7 Título	Lettres sur l'Inde: a la frontière afghane	Título principal	245 1 0 \$a Lettres sur l'Inde : \$b a la frontière afghane /
G7 Tipo	Imagem	-	-
G8 8.1 Estado de conservação e preservação	Bom	-	-
G8 8.2 Notas estado de conservação	Páginas amareladas pelo tempo	-	-
G8 8.3 Intervenção no bem	Sim	-	-
G9 Disponibilidade	Acervo	-	-
G9 Condições de acesso	Sob consulta	Nota de restrição de acesso	506 # # \$a Acesso restrito; \$c Necessário autorização prévia.
G9 Condições de reprodução	Não	-	-
G10 Tipo de aquisição	Compra	* Ver: Nota da fonte imediata de aquisição	
G10 Valor venal da época da transação	Não consta	Preço	365 # # \$a 01 \$b Valor \$c Código da moeda corrente
G10 Data da aquisição	Não consta	Nota da fonte imediata de aquisição	541 1 # \$c Forma de aquisição (compra, doação, permuta); \$d Data da aquisição.
G11 Assunto	Viagem para Índia.	-	-
G11 Descritores	Índia – Descrição de viagem	Assunto – Nome geográfico	651 # 4 \$a Índia – \$x Descrições e viagens.
G12 Fonte de informação	Próprio item	Fonte de catalogação	040 # # \$a Código da agência catalogadora \$b Idioma da catalogação
G13 Nome	Milene Rosa de Almeida	Catalogador	CAT # # \$a MILENE \$c 20130510
G13 Data	10/05/2013	Data e hora da última atualização	005 # # Dado gerado automaticamente pelo sistema

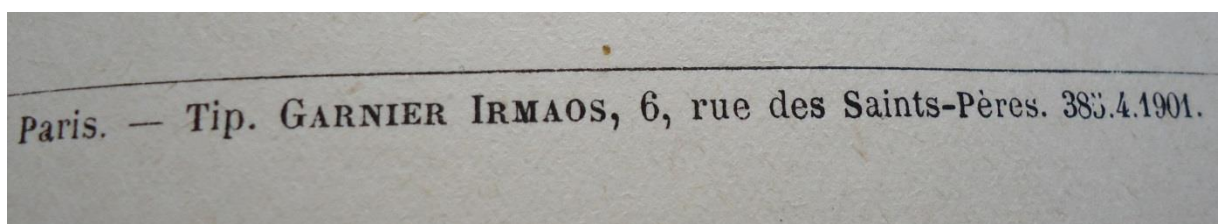
**Exemplo 2 - Aplicação do PDI e do MARC 21 em livro**

**Figura 7 – Obra monográfica**



Fonte: Autor.

**Figura 8 – Informação de colofão**



Fonte: Autor.

**Quadro 3 - Comparação entre os campos do Padrão de Descrição da Informação e MARC 21**

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
G2 2.0 Disp. para acesso externo	Não	-	-
G2 2.1 Natureza do bem patrimonial	Material	-	-
G2 2.1.2 Natureza do bem material	Bibliográfico	-	-
G2 2.2 Tipo do bem patrimonial	Livro	Formato	FMT BK
G2 2.3 Número de registro	FSMJ-M-L2	Número de controle	001 MVR 000000158
G2 2.4 Título	Festas e tradições populares do Brasil	Título principal	245 1 0 \$a Festas e tradições populares do Brasil / \$c Mello Moraes Filho ; prefácio de Sylvio Romero ; desenhos de Flumen Junius. –
G2 2.4.1 Tipo do título	Principal		
G2 2.6 Localização física específica	Estante 1, Biblioteca Dr. Ernesto de Souza Campos	Localização	852 4 1 \$a Fazenda Santa Maria do Monjolinho \$b Biblioteca Dr. Ernesto de Souza Campos \$c Estante 1
G3 Autor ou responsável	Mello Moraes Filho	Entrada principal – Nome pessoal	100 1 # \$a Moraes Filho, Mello, \$d 1884-1919.
G3 Tipo de autoria	Autor		
G3 Autor ou responsável	Sylvio Romero	Entrada secundária – Nome pessoal	700 1 # \$a Romero, Sylvio.
G3 Tipo de autoria	Prefaciador		
G3 Autor ou responsável	Flumen Junius	Entrada secundária – Nome pessoal	700 1 # \$a Junius, Flumen.
G3 Tipo de autoria	Ilustrador		
G4 Sobrenome	Moraes Filho.	Informações constantes no campo 100.	
G4 Nome	Mello		
G4 Função	Escritor		
G4 Data de nascimento	1884		
G4 Data de óbito	1919		
G5 Local	Rio de Janeiro, Paris	Edição Imprensa	250 # # \$a Nova ed. rev. e augm. - 260 # # \$a Rio de Janeiro ; \$a Paris ; \$b H. Garnier, \$c [19-?].
G5 Ano	19-?		
G5 Edição e/ou reimpressão	Edição revista e aumentada		
G5 Outras responsabilidades	Editor H. Garnier		

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
<b>G6</b> 6.1 Características físicas e técnicas executivas	541 páginas, ilustrado	Descrição física	300 # # \$a 541 p. : \$b il.
<b>G6</b> 6.1.4 Notas	Obra encadernada em capa dura, possui colofão.	Notas gerais Nota de encadernação	500 # # \$a Possui colofão. 563 # # \$a Encadernação em capa dura.
<b>G6</b> 6.3 Conteúdo	A obra trata de...	Nota de resumo	520 # # \$a A obra trata...
O grupo 7 (Audiovisual) utiliza imagens do item para ilustrar o registro; como as imagens ilustram a dissertação, não as repetiremos.		Localização e acesso eletrônico	856 4 0 \$u www.mvr.com.br/festas \$y Festas e tradições populares do Brazil
<b>G7</b> Título	Festas e tradições populares do Brazil	Título principal	245 1 0 \$a Festas e tradições populares do Brazil /
<b>G7</b> Tipo	Imagem	-	-
<b>G8</b> 8.1 Estado de conservação e preservação	Bom	-	-
<b>G8</b> 8.2 Notas estado de conservação	Páginas amareladas pelo tempo	-	-
<b>G8</b> 8.3 Intervenção no bem	Sim	-	-
<b>G9</b> Disponibilidade	Acervo	-	-
<b>G9</b> Condições de acesso	Sob consulta	Nota de restrição de acesso	506 # # \$a Acesso restrito; \$c Necessário autorização prévia.
<b>G9</b> Condições de reprodução	Não	-	-
<b>G10</b> Tipo de aquisição	Compra	* Ver: Nota da fonte imediata de aquisição	
<b>G10</b> Valor venal da época da transação	Não consta	Preço	365 # # \$a 01 \$b Valor \$c Código da moeda corrente
<b>G10</b> Data da aquisição	Não consta	Nota da fonte imediata de aquisição	541 1 # \$c Forma de aquisição (compra, doação, permuta); \$d Data da aquisição.
<b>G11</b> Assunto	Festa junina.	-	-
<b>G11</b> Descritores	Festas populares brasileiras.	Assunto tópico	650 # 4 \$a Festas populares – \$z Brasil.
<b>G12</b> Fonte de informação	Próprio item	Fonte de catalogação	040 # # \$a Código da agência catalogadora \$b Idioma da catalogação

<b>PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO</b>		<b>MARC 21</b>	
<b>Grupo/ Item / Nome</b>	<b>Descrição</b>	<b>Campo</b>	<b>Representação</b>
<b>G13</b> Nome	Milene Rosa de Almeida	Catalogador	CAT # # \$a MILENE \$c 20130510
<b>G13</b> Data	10/05/2013	Data e hora da última atualização	005 # # Dado gerado automaticamente pelo sistema



Analisando os campos do PDI e os comparando com os campos do MARC 21, pudemos notar que, enquanto o formato MARC 21 resume a tipologia do item com o termo formato, o PDI faz a seguinte divisão: 2.1 (Natureza do bem patrimonial, sendo 2.1.1 para Natureza do bem imaterial e 2.1.2 Natureza do bem material) e 2.2 (Tipo do bem patrimonial); concordamos com a atribuição dos termos constantes nos itens 2.1, 2.1.1 e 2.1.2, pois como o projeto abarca bens patrimoniais materiais e imateriais, tal observação auxiliará o usuário do sistema a refinar sua busca; discordamos da forma em que o item 2.2 deve ser preenchido (termos livres), e sugerimos que seja apresentada a relação dos tipos de bens existentes, cabendo ao responsável apenas selecionar a opção que melhor se enquadra ao bem patrimonial.

Já o campo 2.3 (Número de registro) deve ser preenchido, conforme as orientações constantes no PDI (Anexo 1), por uma combinação preestabelecida de letras e números, sendo a primeira codificação a identificação da fazenda, a segunda o tipo de bem que se trata (material ou imaterial) e a terceira o local em que tal bem se encontra, conforme o exemplo: FP-A-T1” (FAZENDA PINHAL-ARQUITETÔNICO-TRULHA 1). Se a função é ter um número sequencial do registro na base, acreditamos que uma simples sequencia numérica, pré-programada na base de dados resolve o problema, uma vez que para a identificação da fazenda são preenchidos os campos do grupo 1 e para os dados de localização do item em determinada fazenda há o campo 2.6 (Localização física específica); além disso, tantas abreviações em um só campo poderá acarretar em erros na identificação do item; podemos ilustrar com uma situação que ocorreu no desenvolver da pesquisa, em que livros e periódicos pertencem à mesma fazenda, são bens materiais e dependendo da quantidade de estantes existentes na sala em que se encontram abrigados, podem receber a mesma numeração, mesmo sendo itens distintos, por exemplo: Livro X pode receber o número de registro FSMJ-M-E1, assim como um periódico que esteja em outra sala, mas também na estante um, pode ficar com o mesmo número de registro (FSMJ-M-E1).

Quanto ao campo 2.4 (Título), a descrição foi satisfatória, e o PDI possibilita que este campo seja repetido, caso existam vários títulos dentro de uma obra; ressaltamos que neste caso as informações sobre autoria de cada parte da obra também seja repetida e deve ser criada uma nota (6.1.4 – Notas) sobre tal ocorrência; sugerimos ainda a mescla dos grupos 3 (Autoria) e 4 (Cadastro de autoria); e em relação à obras produzidas por mais de autor, o MARC 21 apresenta o campo 700, de entrada secundária para nome pessoal, enquanto o PDI orienta que se repita o campo de autoria, o que julgamos satisfatório. Finalizando a exploração deste grupo, sugerimos a criação de um campo para número normalizado (ISBN)

para as obras que eventualmente contenham essa informação.

O preenchimento do grupo 5 (Produção) foi satisfatório, e no tocante à descrição do item (campo 6.1), sugerimos a divisão que o MARC 21 adota, por ser mais clara e objetiva tanto para aquele que descreve o item quanto para quem pesquisa pelo item na base. Para livros, as opções de descrição são: paginação, ilustrações, encadernação, volumes, material adicional (encartes) e tamanho. Já o campo 6.1.4 (Notas) destina-se à informações gerais, especiais, de conteúdo e outras observações, o que julgamos satisfatório.

O campo 6.3 (Conteúdo), segundo as orientações do PDI, descreve o bem material conforme o âmbito e o conteúdo do item, estilo, resumo do item, descrição física, análise estilística e iconográfica e época; sugerimos que este campo trate apenas do resumo do item, pois a descrição física do item já está contemplada no campo 6.1 (Características físicas e técnicas executivas), e as demais informações podem ser realocadas nos campos dos grupos 7 (Audiovisual), 8 (Diagnóstico e Intervenção) e 11 (Assunto e descritores).

Observamos ainda que o PDI contempla informações consideradas importantes em obras raras e/ou especiais, como dados de colofão, dados de ex-libris ou anotações feitas por quem adquiriu a obra, no campo 6.1.4 (Notas). Verificamos que o mesmo não contempla informações como idioma da obra e indicação de série, dados de extrema importância para este tipo de material.

O campo 7 (Audiovisual) destina-se à inserção de imagens sobre o bem patrimonial coletado durante o inventário, e no caso de livros, deve-se tirar uma foto da capa e da página de rosto; consideramos desnecessários os demais campos pertencentes à este grupo, por repetirem dados já constantes no PDI, como o título, tipo e descrição, e não os reproduziremos nos próximos materiais analisados; os campos 8 (Diagnóstico e intervenção) e 9 (Condições de disponibilidade, uso e proteção) não apresentaram necessidades de modificações. O grupo 10 (Histórico da procedência) possui um campo denominado “Instrumentos de pesquisa”, conflitando com o grupo especialmente criado para essa finalidade, o 12 (Fontes de informação).

Por fim, sugerimos que se adote no grupo 11 (Assunto e Descritores) o termo assunto principal ao invés de assunto, e substituir o termo descritores por termos relacionados, para que os termos do tesauro do projeto sejam aqui abrigados.

## 4.2 Catalogação de materiais cartográficos

Os materiais cartográficos encontrados na Fazenda Santa do Monjolino, embora necessitem de um melhor acondicionamento, estão em sua quase totalidade em bom estado de conservação. Para exemplificar o uso do MARC 21, catalogamos um globo terrestre e um mapa, como veremos abaixo.

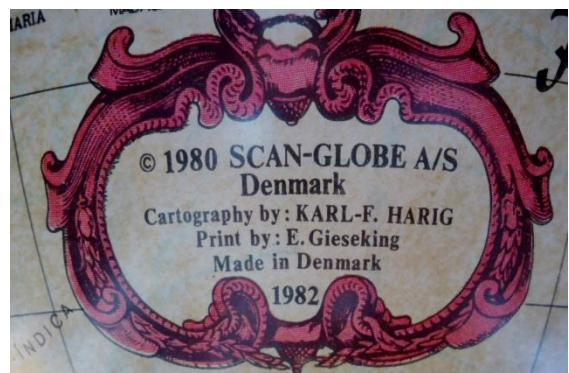
As fontes de informação deste tipo de material são: o próprio item, o que geralmente ocorre, visto que a grande maioria traz informações não somente geográficas, como também de sua produção e impressão; e o contêiner, ou seja, sua embalagem, ou pedestal ou suporte, no caso de globo.

### Exemplo 3 – Representação descritiva de material cartográfico (globo terrestre)

**Figura 9 – Material cartográfico**



**Figura 10 – Material cartográfico**



Fonte: Autor.

**Figura 11 – Material cartográfico**



Fonte: Autor.

**Quadro 4 – Comparação entre os campos do Padrão de Descrição da Informação e MARC 21**

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
G2 2.0 Disponibilização para acesso externo	Não	-	-
G2 2.1 Natureza do bem patrimonial	Material	-	-
G2 2.1.2 Natureza do bem material	Material cartográfico	-	-
G2 2.2 Tipo do bem patrimonial	Globo terrestre	Formato	FMT MP
G2 2.3 Número de registro	FSMJ-M-G1	Número de controle	001 MVR 000000157
G2 2.4 Título	Globo terrestre	Título principal	245 1 0 \$a Globo terrestre \$h [material cartográfico] / \$c cartography by Karl-F. Harig ; print by E. Giesecking. -
G2 2.4.1 Tipo do título	Atribuído		
G2 2.6 Localização física específica	Biblioteca Dr. Ernesto de Souza Campos, mesa.	Localização	852 4 1 \$a Fazenda Santa Maria do Monjolinho \$b Biblioteca Dr. Ernesto de Souza Campos \$c mesa
G3 Autor ou responsável	Karl-F. Harig	Entrada secundária – Nome pessoal	700 1 # \$a Harig, Karl-F.
G3 Tipo de autoria	Outras: cartógrafo		
G3 Autor ou responsável	E. Giesecking	Entrada secundária – Nome pessoal	700 1 # \$a Giesecking, E.
G3 Tipo de autoria	Outras: impressor		
G4 Sobrenome	Harig,	Informações constantes nos campos 700.	
G4 Nome	Karl-F.		
G4 Função	Outras: cartógrafo		
G4 Sobrenome	Giesecking,	Informações constantes nos campos 700.	
G4 Nome	E.		
G4 Função	Outras: cartógrafo		
G5 Local	Denmark	Imprenta	260 # # \$a Denmark: \$b Scan-Globe, \$c 1982.
G5 Ano	1982		
G5 Outras responsabilidades	Scan-Globe		
G6 6.1 Características físicas e técnicas executivas	30 cm. diâmetro	Descrição física	300 # # \$a 1 globo : \$b color. ; \$c 30 cm de diâm.

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
G6 6.2 Dimensões e quantificações	Globo terrestre em escala 1:4849600	Dado matemático cartográfico	255 # # \$a Escala 1:4849600
G6 6.3 Conteúdo	Globo esférico de 1982, com base giratória de madeira.	Nota de resumo	520 # # \$a Globo terrestre de 1982, com base giratória de madeira.
O grupo 7 (Audiovisual) utiliza imagens do item para ilustrar o registro; como as imagens ilustram a dissertação, não as repetiremos.		Localização e acesso eletrônico	856 4 0 \$u www.mvr.com.br/globo.jpg \$y Globo terrestre
G8 8.1 Estado de conservação e preservação	Bom	-	-
G8 8.2 Notas estado de conservação	Bom estado de conservação	-	-
G8 8.3 Intervenção no bem	Não	-	-
G9 Disponibilidade	Exposição permanente	-	-
G9 Condições de acesso	Não circula	Nota de restrição de acesso	506 # # \$a Acesso restrito; \$c Necessária autorização prévia.
G9 Condições de reprodução	Não	-	-
G10 Tipo de aquisição	Compra	* Ver: Nota da fonte imediata de aquisição	
G10 Valor venal da época da transação	Não consta	Preço	365 # # \$a 01 \$b Valor \$c Código da moeda corrente
G10 Data da aquisição	Não consta	Nota da fonte imediata de aquisição	541 1 # \$c Forma de aquisição (compra, doação, permuta); \$d Data da aquisição.
G11 Assunto	Globo terrestre	-	-
G11 Descritores	Globo terrestre	Assunto tópico	650 # 4 \$a Globo terrestre.
G12 Fonte de informação	Próprio item	Fonte da catalogação	040 # # \$a Código da agência catalogadora \$b Idioma da catalogação
G13 Nome	Milene Rosa de Almeida	Catalogador	CAT # # \$a MILENE \$c 20130510
G13 Data	10/05/2013	Data e hora da última atualização	005 # # Dado gerado automaticamente pelo sistema

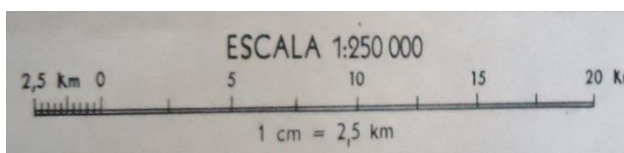
**Exemplo 4 – Representação descritiva de material cartográfico (mapa)**

**Figura 12 – Material cartográfico**



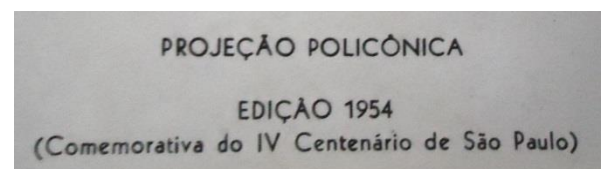
Fonte: Autor.

**Figura 13 – Dados do material cartográfico**



Fonte: Autor.

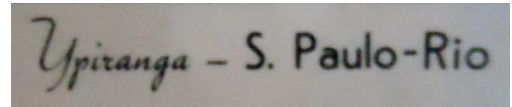
**Figura 14 – Dados do material cartográfico**



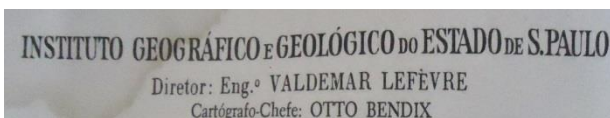
Fonte: Autor.

**Figura 15** – Dados do material cartográfico

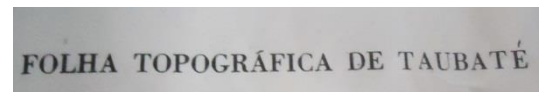
Fonte: Autor.

**Figura 16** – Dados do material cartográfico

Fonte: Autor.

**Figura 17** – Dados do material cartográfico

Fonte: Autor.

**Figura 18** – Dados do material cartográfico

Fonte: Autor.

**Quadro 5 – Comparação entre os campos do Padrão de Descrição da Informação e MARC 21**

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
G2 2.0 Disponibilização para acesso externo	Não	-	-
G2 2.1 Natureza do bem patrimonial	Material	-	-
G2 2.1.2 Natureza do bem material:	Material cartográfico	-	-
G2 2.2 Tipo do bem patrimonial:	Globo terrestre	Formato	FMT MP
G2 2.3 Número de registro:	FSMJ-M-G1	Número de controle	001 MVR 000000158
G2 2.4 Título:	Globo terrestre	Título principal	245 1 0 \$a Folha Topográfica de Taubaté \$h [material cartográfico] / \$c Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo. -
G2 2.4.1 Tipo do título:	Atribuído		
G2 2.6 Localização física específica:	Biblioteca Dr. Ernesto de Souza Campos, caixa de mapas.	Localização	852 4 1 \$a Fazenda Santa Maria do Monjolinho \$b Biblioteca Dr. Ernesto de Souza Campos \$c caixa de mapas
G3 Autor ou responsável	Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo	Entrada principal – Entidade	110 2 # \$a Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo
G3 Tipo de autoria:	Autor institucional		
G5 Local	São Paulo : Rio de Janeiro	Imprensa	260 # # \$a São Paulo ; \$a Rio de Janeiro : \$b Ypiranga : \$c 1954.
G5 Ano	1954		
G5 Edição e/ou reimpressão	-		
G5 Outras responsabilidades	Ypiranga : IGG		
G6 6.1 Características físicas e técnicas executivas	Tamanho do mapa: 88,2 x 69,3cm	Descrição Física	300 # # \$a 1 mapa : \$b color. ; \$c 88,2 x 69,3cm.
G6 6.2 Dimensões e quantificações	Mapa em escala 1:250.000	Dado matemático cartográfico	255 # # \$a Escala 1:250.000 ; \$b Projeção Policônica. \$c (W46°00'00" - W44°00'00" / S22°30'00" - S24°00'00")
G6 6.3 Conteúdo	O mapa descreve...	Nota de resumo	520 # # \$a O mapa descreve...



PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
O grupo 7 (Audiovisual) utiliza imagens do item para ilustrar o registro; como as imagens ilustram a dissertação, não as repetiremos.		Localização e acesso eletrônico	856 4 0 \$u www.mvr.com.br/taubate \$y Folha topográfica de Taubaté.
G8 8.1 Estado de conservação e preservação	Regular	-	-
G8 8.2 Notas estado de conservação	Mapa amarelado pelo tempo	-	-
G8 8.3 Intervenção no bem	Não	-	-
G9 Disponibilidade	Exposição permanente	-	-
G9 Condições de acesso	Não circula	Nota de restrição de acesso	506 # # \$a Acesso restrito; \$c Necessário autorização prévia.
G9 Condições de reprodução	Não	-	-
G10 Tipo de aquisição	Compra	* Ver: Nota da fonte imediata de aquisição	
G10 Valor venal da época da transação	Não consta	Preço	365 # # \$a 01 \$b Valor \$c Código da moeda corrente
G10 Data da aquisição	Não consta	Nota da fonte imediata de aquisição	541 1 # \$c Forma de aquisição (compra, doação, permuta); \$d Data da aquisição.
G11 Descritores	Mapa	-	-
G11 Assunto	Mapa	Assunto tópico	650 # 4 \$a Mapas.
G11 Assunto	Mapa topográfico	Assunto tópico	650 # 4 \$a Mapas topográficos.
G11 Assunto	Mapa topográfico de Taubaté (SP)	Assunto – Nome geográfico	651 # 4 \$a Taubaté (SP) - \$x Mapas topográficos.
G12 Fonte de informação	Próprio item	Fonte da catalogação	040 # # \$a Código da agência catalogadora \$b Idioma da catalogação
G13 Nome	Milene Rosa de Almeida	Catalogador	CAT # # \$a MILENE \$c 20130510
G13 Data	10/08/2013	Data e hora da última atualização	005 # # Dado gerado automaticamente pelo sistema

Na análise do material cartográfico não localizamos no item 2.1.2 (Natureza do Bem Material) do PDI uma categoria aplicável à materiais cartográficos, e confrontando com o formato MARC 21, identificamos que este apresenta opções para tal tipo de material (campo formato). Ressaltamos ainda que o AACR2 considera como material cartográfico:

[...] todos os materiais que representam, no todo, ou em parte, a Terra e qualquer corpo celeste. Incluem mapas em duas ou três dimensões e plantas (inclusive mapas de lugares imaginários; cartas aeronáuticas, náuticas e celestes; atlas; globos; diagramas de bloco; seções; fotografias aéreas para fins cartográficos; vistas panorâmicas etc.). (CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO, 2009, p. 3-3)

Desse modo, julgamos pertinente a criação desta categoria de materiais dentro do PDI. Já o item 2.2 (Tipo de bem patrimonial), se acrescido da sugestão exposta na análise de livros, apresentando quais são os tipos de bens patrimoniais disponíveis, facilitará o processo da descrição e tornará a busca pelo material mais ágil. Sobre o campo 2.3 (Número de registro), reafirmamos a discordância em relação ao modo de preenchimento e reforçamos a ideia de que uma simples sequência numérica, configurada pelo desenvolvedor do sistema, é capaz de realizar a contagem de registros existentes na base.

O preenchimento do campo 2.4 (Título) se deu de maneira satisfatória; e caso seja acrescentada a informação sobre a tipologia deste material no campo referente à natureza do bem material, mencionado anteriormente, torna-se desnecessário utilizar a designação geral do material, que o MARC 21 emprega no subcampo h do campo 245 (Título), a fim de indicar a forma do material que está sendo descrito. Novamente sugerimos a mescla dos grupos 3 (Autoria) e 4 (Cadastro de autoria).

O Grupo 5 (Produção) é considerado satisfatório, pois permite que sejam descritos todos os detalhes sobre a publicação e distribuição do item, tais como: local de publicação, nome do editor ou publicador, data da publicação, distribuição etc.

Já o Grupo 6 (Descrição) deve ser revisto, pois seu preenchimento é difícil e ao descrevermos fisicamente os materiais cartográficos, notamos que o mesmo se torna confuso nos itens 6.1 (Características físicas e técnicas executivas) que, conforme as orientações do PDI deve-se realizar a descrição física mais completa do bem patrimonial, e 6.2 (Dimensões e quantificações), onde devemos descrever as dimensões do item, ou seja, ambos os campos solicitam informações bastante parecidas; assim a sugestão é condensar todas as informações em um só campo para simplificar o trabalho do catalogador. Para materiais cartográficos, sugerimos as seguintes opções de descrição: quantificação (x folha(s), x página(s), x mapa(s))

etc.), cor (colorido ou preto e branco), dimensões (altura x largura), escala, tipo de projeção e coordenadas. Já o campo 6.3 (Conteúdo) pode ser readequado para abrigar um breve resumo sobre o material descrito.

O preenchimento do grupo 7 (Audiovisual) possui uma única ressalva: os campos título, tipo e descrição são duplicados, daí nossa insistência em excluí-los. O preenchimento dos campos 8 (Diagnóstico e intervenção) e 9 (Condições de disponibilidade, uso e proteção) se deu sem dificuldades, dispensando sugestões de mudanças. Recomendamos ainda a exclusão do item “Instrumentos de pesquisa” que faz parte do grupo 10 (Histórico da procedência), pois este conflita com o grupo 12 (Fontes de informação).

Por fim, repetimos a proposta de se adotar no grupo 11 (Assunto e descritores) o termo assunto principal ao invés de assunto, e substituir o termo descritores por termos relacionados. Os campos 12 (Fontes de informação) e 13 (Responsável pela pesquisa) não necessitam de revisões.

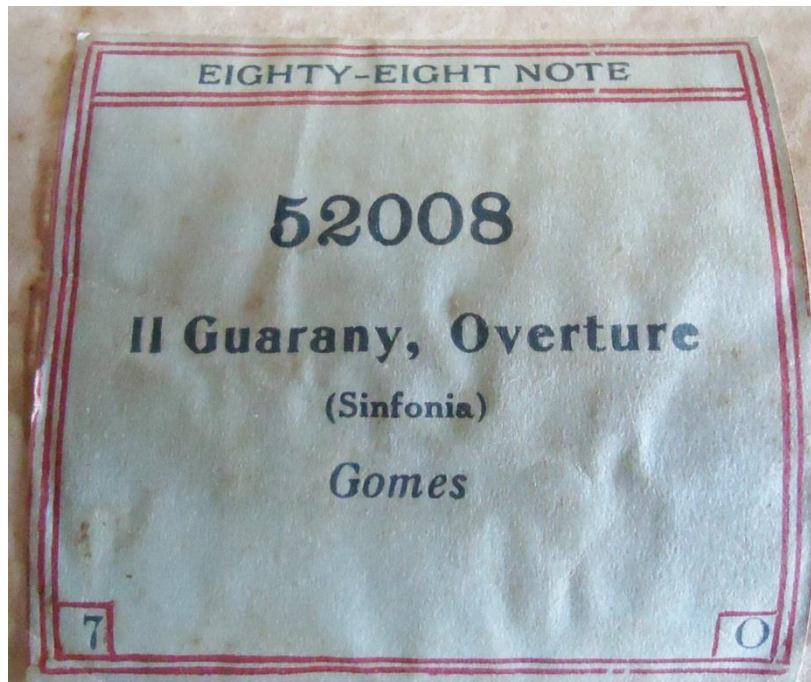
### **4.3 Música escrita**

No caso de música escrita (partitura), a fonte principal de informação é a página de rosto, pode-se ainda utilizar outra fonte de informação pertencente ao material que forneça maiores informações sobre o item a ser descrito. Para exemplificar nossa pesquisa, realizamos a catalogação de partituras de pianola, instrumento da família do piano, mas que possui um maquinismo que executa automaticamente a música, por meio de pedais e alavancas.

A pianola foi um instrumento bastante popular nas residências das tradicionais famílias do século XIX, pois as jovens solteiras que pretendiam se casar com um “bom partido” tinham que evidenciar que eram prendas, sabendo bordar e tocar piano, a fim de mostrar que além de boa dona de casa, a jovem também era culta. Assim, a pianola, através de sua tecnologia, auxiliava estas moças de família a mostrar seus dotes musicais.

**Exemplo 5 - Representação descritiva de partitura****Figura 19 – Partitura de pianola**

Fonte: Autor.

**Figura 20 – Partitura de pianola**

Fonte: Autor.

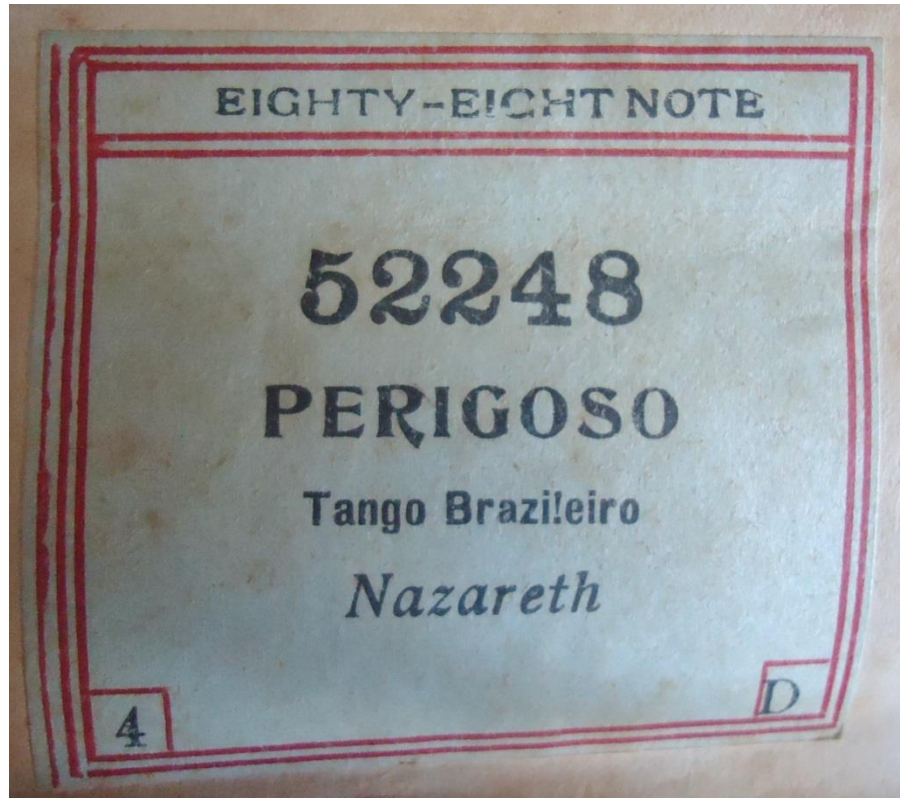
**Quadro 6 – Comparação entre os campos do Padrão de Descrição da Informação e MARC 21**

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
G2 2.0 Disponibilização para acesso externo	Não	-	-
G2 2.1 Natureza do bem patrimonial	Material	-	-
G2 2.1.2 Natureza do bem material	Música	-	-
G2 2.2 Tipo do bem patrimonial	Partitura	Formato	FMT MU
G2 2.3 Número de registro	FSMJ-M-E4	Número de controle	001 MVR 000000204
G2 2.4 Título	Il Guarany: overture	Título principal	245 1 3 \$a Il Guarani \$h [música] : \$b overture (sinfonia) / \$c Antonio Carlos Gomes. -
G2 2.4.1 Tipo do título	Principal		
G2 2.6 Localização física específica	Biblioteca Dr. Ernesto de Souza Campos, Estante 4.	Localização	852 4 1 \$a Fazenda Santa Maria do Monjolinho \$b Biblioteca Dr. Ernesto de Souza Campos \$c Estante 4.
G3 Autor ou responsável	Antonio Carlos Gomes	Entrada principal – Nome pessoal	100 1 # \$a Gomes, Antonio Carlos, \$d 1836-1896.
G3 Tipo de autoria:	Outras: compositor		
G4 Sobrenome	Gomes,	Informações constantes no campo 100.	
G4 Nome	Antonio Carlos,		
G4 Pseudônimo ou codinome	Carlos Gomes		
G4 Função	Outras:		
G4 Data de nascimento	1836		
G4 Data de óbito	1896		
G5 Local	New York		
G5 Ano	[1904]	Imprensa	260 # # \$a New York : \$b The Autopiano Company, \$c [1904].
G5 Outras responsabilidades	The Autopiano Company		
G6 6.1 Características físicas e técnicas executivas	1 partitura	Descrição física	300 # # \$a 1 partitura.
G6 6.3 Conteúdo	Música escrita em homenagem...	Nota de resumo	520 # # \$a Música escrita em homenagem...
O grupo 7 (Audiovisual) utiliza imagens do item para ilustrar o registro; como as imagens ilustram a dissertação, não as repetiremos..		Localização e acesso eletrônico	856 4 0 \$u www.mvr.com.br/ilguarany.jpg \$y Il Guarany

76ADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
G8 8.1 Estado de conservação e preservação	Bom	-	-
G8 8.2 Notas estado de conservação	Globo em bom estado de conservação	-	-
G8 8.3 Intervenção no bem	Não	-	-
G9 Disponibilidade	Exposição permanente	-	-
G9 Condições de acesso	Não circula	Nota de restrição de acesso	506 # # \$a Acesso restrito; \$c Necessária autorização prévia.
G9 Condições de reprodução	Não	-	-
G10 Tipo de aquisição	Compra	* Ver: Nota da fonte imediata de aquisição	
G10 Valor venal da época da transação	Não consta	Preço	365 # # \$a 01 \$b Valor \$c Código da moeda corrente
G10 Data da aquisição	Não consta	Nota da fonte imediata de aquisição	541 1 # \$c Forma de aquisição (compra, doação, permuta); \$d Data da aquisição.
G11 Assunto	Partitura para pianola	-	-
G11 Descritores	Partitura para piano.	Assunto tópico	650 # 4 \$a Música para piano – \$x Partituras.
G12 Fonte de informação	Próprio item	Fonte da catalogação	040 # # \$a Código da agência catalogadora \$b Idioma da catalogação
G13 Nome	Milene Rosa de Almeida	Catalogador	CAT # # \$a MILENE \$c 20130510
G13 Data	10/05/2013	Data e hora da última atualização	005 # # Dado gerado automaticamente pelo sistema

**Exemplo 6** - Representação descritiva de partitura

**Figura 21** – Partitura de pianola



Fonte: Autor.

**Quadro 7 – Comparação entre os campos do Padrão de Descrição da Informação e MARC 21**

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
G2 2.0 Disponibilização para acesso externo	Não	-	-
G2 2.1 Natureza do bem patrimonial	Material	-	-
G2 2.1.2 Natureza do bem material	Música	-	-
G2 2.2 Tipo do bem patrimonial	Partitura	Formato	FMT MU
G2 2.3 Número de registro	FSMJ-M-E4	Número de controle	001 MVR 000000215
G2 2.4 Título	Perigoso: tango brasileiro	Título principal	245 1 0 \$a Perigoso \$h [música] : \$b tango brasileiro / \$c Ernesto Nazareth. –
G2 2.4.1 Tipo do título	Principal		
G2 2.6 Localização física específica	Biblioteca Dr. Ernesto de Souza Campos, Estante 4.	Localização	852 4 1 \$a Fazenda Santa Maria do Monjolinho \$b Biblioteca Dr. Ernesto de Souza Campos \$c Estante 4.
G3 Autor ou responsável	Ernesto Júlio de Nazareth	Entrada principal – Nome pessoal	100 1 # \$a Nazareth, Ernesto, \$d 1863-1934.
G3 Tipo de autoria	Outras: compositor		
G4 Sobrenome	Nazareth,	Informações constantes no campo 100.	
G4 Nome	Ernesto		
G4 Pseudônimo ou codinome	Ernesto Nazareth		
G4 Função	Outras: compositor		
G4 Data de nascimento	1863		
G4 Data de óbito	1834		
G5 Local	New York		
G5 Ano	[1904]	Imprensa	260 # # \$a New York : \$b The Autopiano Company, \$c [1904].
G5 Outras responsabilidades	The Autopiano Company		
G6 6.1 Características físicas e técnicas executivas	1 partitura	Descrição física	300 # # \$a 1 partitura.
G6 6.1.4 Notas	Partitura para pianola; a partitura possui anotações à lápis.	Nota geral	500 # # \$a Partitura destinada à pianola. 500 # # \$a A partitura possui anotações à lápis.



PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
G6 6.3 Conteúdo	Obra composta em homenagem...	Nota de resumo	520 # # \$a Obra composta em homenagem...
G6 6.4 Meio de acesso	Pianola	-	-
O grupo 7 (Audiovisual) utiliza imagens do item para ilustrar o registro; como as imagens ilustram a dissertação, não as repetiremos.		Localização e acesso eletrônico	856 4 0 \$u www.mvr.com.br/perigoso.jpg \$y Perigoso
G8 8.1 Estado de conservação e preservação	Bom	-	-
G8 8.2 Notas estado de conservação		-	-
G8 8.3 Intervenção no bem	Não	-	-
G9 Disponibilidade	Acervo	-	-
G9 Condições de acesso	Não circula	Nota de restrição de acesso	506 # # \$a Acesso restrito; \$c Necessária autorização prévia.
G9 Condições de reprodução	Não	-	
G10 Tipo de aquisição	Compra	* Ver: Nota da fonte imediata de aquisição	
G10 Valor venal da época da transação	Não consta	Preço	365 # # \$a 01 \$b Valor \$c Código da moeda corrente
G10 Data da aquisição	Não consta	Nota da fonte imediata de aquisição	541 1 # \$c Forma de aquisição (compra, doação, permuta); \$d Data da aquisição.
G11 Assunto	Partitura para pianola.	-	-
G11 Descritores	Partitura para piano.	Assunto tópico	650 # 4 \$a Música para piano – \$x Partituras.
G12 Fonte de informação	Próprio item	Fonte da catalogação	040 # # \$a Código da agência catalogadora \$b Idioma da catalogação
G13 Nome	Milene Rosa de Almeida	Catalogador	CAT # # \$a MILENE \$c 20130510
G13 Data	10/05/2013	Data e hora da última atualização	005 # # Dado gerado automaticamente pelo sistema

A representação descritiva das partituras de pianola nos permitiu verificar que, ao contrário do formato MARC 21, o PDI não contempla este tipo de material. Assim, sugerimos que o item 2.1.2 (Natureza do Bem Material) seja acrescido de uma categoria dedicada à música e reafirmamos que os itens 2.2 (Tipo de bem patrimonial) e 2.3 (Número de registro) devem sofrer intervenções, conforme explicações expostas nas análises anteriores.

O preenchimento do campo 2.4 (Título) nos evidenciou a necessidade de acrescentar no sub-item 2.4.1 (Tipo do título) a nomenclatura “Parte”, que indica a subdivisão de uma partitura. Como sugerimos o acréscimo da categoria música no item que trata da natureza do bem material, consideramos desnecessário utilizar a designação geral do material, comumente utilizado no campo 245 (Título) do MARC 21 quando se trata de material não livro. Reforçamos ainda a sugestão da mescla dos grupos 3 (Autoria) e 4 (Cadastro de autoria) e a inclusão dos seguintes tipos de autoria: compositor, arranjador, adaptador e copista.

O Grupo 5 (Produção) é considerado satisfatório, pois permite que sejam descritos todos os detalhes sobre a publicação e distribuição do item, tais como: local de publicação, identificação do editor ou publicador, data da publicação, distribuição etc. Apenas sugerimos que o campo “Outras responsabilidades” seja renomeado para “Nome do editor, publicador etc.”, assim como o MARC 21 utiliza, uma vez que o PDI indica que neste campo são indicados os envolvidos com a produção do bem, evitando assim erros ou dúvidas quanto à função do campo.

No tocante ao Grupo 6 (Descrição), reforçamos a necessidade do mesmo ser revisto, pois encontramos dificuldades durante seu preenchimento principalmente nos itens 6.1 (Características físicas e técnicas executivas) e 6.2 (Dimensões e quantificações), visto que estes destinam-se, respectivamente, à descrição física do bem patrimonial e descrição das dimensões físicas do material, ou seja, estes itens tornam-se duvidosos e imprecisos; com essas informações reiteramos a criação de apenas um campo para uma descrição física completa do bem patrimonial. Embora tenhamos utilizado rolos de partitura de pianola para testarmos a capacidade de descrição do PDI, não podemos nos esquecer que outras fazendas podem possuir em seu acervo partituras destinadas à outros instrumentos; desse modo sugerimos as seguintes opções de descrição: quantidade de folhas, quantidade de partes, número da parte, ilustrações, presença de material adicional (fita, CD, disco).

As partituras podem trazer informações como anotações realizadas pelo compositor/arranjador, instrumentação necessária para a execução da peça musical, dentre outras, e para este caso sugerimos a utilização do item 6.1.4 (Notas) para este tipo de informação. O item 6.3 (Conteúdo) pode ser readequado para abrigar o resumo da obra, em que constariam

informações sobre o contexto da composição da obra. Sugere-se, ainda, a criação de um campo para indicação de série, representado pelo campo 490 do MARC 21.

Por fim, reiteramos que no grupo 11 (Assunto e Descritores) o termo “assunto” seja renomeado como “assunto principal”, e o termo “descritores” seja renomeado para “termos relacionados”, como explanamos nas análises anteriores. Os campos constantes no quadro comparativo e não mencionados nessa análise foram considerados satisfatórios.

#### 4.4 Gravação de som

Uma pequena coleção de discos faz parte da história da Fazenda Santa Maria do Monjolinho, cujos intérpretes são bastante conhecidos no cancioneiro nacional e internacional. Selecionamos um disco para testarmos a aplicação do PDI e também do formato MARC 21 à gravações sonoras. A fonte principal de informação deste tipo de material é o próprio material, seus encartes e rótulos.

#### Exemplo 7 - Representação descritiva de gravação musical

Figura 22 – Capa de disco



Fonte: Autor.

Figura 23 – Selo vinil lado 1



Fonte: Autor.

Figura 24 – Selo vinil lado 2



Fonte: Autor.

**Quadro 8 – Comparação entre os campos do Padrão de Descrição da Informação e MARC 21**

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
G2 2.0 Disponibilização para acesso externo	Não	-	-
G2 2.1 Natureza do bem patrimonial	Material	-	-
G2 2.1.2 Natureza do bem material	Material não-livro (Música)	-	-
G2 2.2 Tipo do bem patrimonial	Gravação de som	Formato	FMT MU
G2 2.3 Número de registro	FSMJ-M-E4	Número de controle	001 MVR 000000226
G2 2.4. Título	Coisas do meu Brasil	Título principal	245 1 0 \$a Coisas do meu Brasil \$h [gravação de som] / \$c Inezita Barroso. –
G2 2.4.1 Tipo do título	Principal		
G2 2.6 Localização física específica	Sala principal, Armário de discos	Localização	852 4 1 \$a Fazenda Santa Maria do Monjolinho \$b Sala principal \$c Armário de discos
G3 Autor ou responsável	Ignez Magdalena Aranha de Lima	Entrada principal – Nome pessoal	100 1 # \$a Barroso, Inezita. \$d 1925-
G3 Tipo de autoria:	Outras: cantora		
G4 Sobrenome	Barroso,	Informações constantes no campo 100.	
G4 Nome	Inezita		
G4 Pseudônimo ou codinome	Inezita Barroso		
G4 Função	Outras: cantora		
G4 Data de nascimento	1925		
G5 Local	Rio de Janeiro	Imprensa	260 # # \$a Rio de Janeiro : \$b RCA Victor, \$c [19--].
G5 Ano	[19--]		
G5 Outras responsabilidades	RCA Victor		
G6 6.1 Características físicas e técnicas executivas	1 disco sonoro, analógico, 33 1/3 rpm, mono.	Descrição física	300 # # \$a 1 disco sonoro : \$b analógico, 33 1/3 rpm, mono ; \$c 12 pol.
G6 6.1.4 Notas	Inezita Barroso e conjunto	Nota geral	500 # # \$a Inezita Barroso com conjunto.

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
G6 6.1.4 Notas	Faixas: Lado 1. 1. Estatutos da gafeira – 2. Na fazenda do Ingá – 3. Meu casório – 4. Isto é papel João? – Lado 2. 1. Marvada pinga – 2. Mestiça – 3. Yemanjá – 4. Pregão da ostra.	Nota de conteúdo	505 0 # \$a Lado 1. 1. Estatutos da gafeira – 2. Na fazenda do Ingá – 3. Meu casório – 4. Isto é papel João? – Lado 2. 1. Marvada pinga – 2. Mestiça – 3. Yemanjá – 4. Pregão da ostra.
O grupo 7 (Audiovisual) utiliza imagens do item para ilustrar o registro; como as imagens ilustram a dissertação, não as repetiremos.		Localização e acesso eletrônico	856 4 0 \$u www.mvr.com.br/coisasbrasil.jpg \$y Coisas do meu Brasil.
G8 8.1 Estado de conservação e preservação	Bom	-	-
G8 8.2 Notas estado de conservação	Capa bem conservada, disco sem riscos	-	-
G8 8.3 Intervenção no bem	Não	-	-
G9 Disponibilidade	Exposição permanente	-	-
G9 Condições de acesso	Não circula	Nota de restrição de acesso	506 # # \$a Acesso restrito; \$c Necessário autorização prévia.
G9 Condições de reprodução	Não	-	-
G10 Tipo de aquisição	Compra	* Ver: Nota da fonte imediata de aquisição	
G10 Valor venal da época da transação	Não consta	Preço	365 # # \$a 01 \$b Valor \$c Código da moeda corrente
G10 Data da aquisição	Não consta	Nota da fonte imediata de aquisição	541 1 # \$c Forma de aquisição (compra, doação, permuta); \$d Data da aquisição.
G11 Assunto	Música caipira.	-	-
G11 Descritores	Música popular brasileira.	Assunto tópico	650 # 4 \$a Música popular brasileira.
G12 Fonte de informação	Próprio item	Fonte da catalogação	040 # # \$a Código da agência catalogadora \$b Idioma da catalogação
G13 Nome	Milene Rosa de Almeida	Catalogador	CAT # # \$a MILENE \$c 20130510
G13 Data	10/05/2013	Data e hora da última atualização	005 # # Dado gerado automaticamente pelo sistema

A partir da descrição realizada na gravação de som, pudemos observar que o o PDI não contempla este tipo de material no item 2.1.2 (Natureza do Bem Material), assim sugerimos a criação da categoria gravação sonora, para que possamos descrever gravações musicais e não-musicais. Sugerimos revisões nos itens 2.2 (Tipo de bem patrimonial) e 2.3 (Número de registro), conforme as observações mencionadas anteriormente.

O preenchimento do campo 2.4 (Título), ao contrário da música impressa, foi satisfatório e novamente consideramos desnecessário utilizar a designação geral do material, presente no campo 245 (Título) do MARC 21. Reforçamos ainda a sugestão da mescla dos grupos 3 (Autoria) e 4 (Cadastro de autoria) e a inclusão dos seguintes tipos de autoria: compositor, arranjador, adaptador, cantor e grupo musical.

O Grupo 5 (Produção) é considerado satisfatório, pois permite que sejam descritos todos os detalhes sobre a publicação e distribuição do item, tais como: local de publicação, identificação do editor ou publicador, data da publicação, distribuição etc., e novamente sugerimos a mudança do nome do campo “Outras responsabilidades” para “Nome do editor, publicador etc.”, tal qual o MARC 21 utiliza, a fim de evitar dúvidas no momento do preenchimento.

O Grupo 6 (Descrição) carece de revisões, como explanamos anteriormente, e sugerimos que para este tipo de material sejam fornecidos os seguintes dados: número de unidades físicas da gravação (p. ex.: 3 cassetes sonoros, 1 disco sonoro, 2 bobinas de fita sonora), tempo de duração da gravação de som, tipo de gravação (magnética – utilizada em fitas de áudio e vídeo, analógica – utilizada em discos de vinil, cera etc. ou digital – utilizada em *Compact Disc*, conhecido como CD), velocidade de execução (rotações por minuto – disco analógico, metros por segundo – disco digital, polegadas por segundo – fita analógica, fotogramas por segundo – triha sonora de filme), número de canais sonoros (mono., estéreo etc.), dimensões da gravação (diâmetro do item).

No que diz respeito às informações complementares sobre o material, o MARC 21 destinou os campos 5XX (Notas), enquanto o PDI utiliza o campo 6.1.4 (Notas). As notas que devem ser inseridas neste item são: identificação das faixas musicais, conjuntos musicais que participaram da gravação, participações especiais de outros artistas, e nas gravações não-sonoras podemos inserir notas como: discurso transcrito, participação de outras pessoas no discurso, etc.

Muitas das gravações sonoras são disponibilizadas como coletâneas, e comercializadas como séries ou coleções (Millennium, Minha Coleção, Disquinho etc.); após a análise do PDI, concluímos que o mesmo não possui nenhum campo para este tipo de observação, enquanto

no MARC 21 este tipo de informação é indicada no campo 490 (Série).

Como observado anteriormente, mantemos aqui nossa sugestão quanto ao uso do campo 6.3 (Conteúdo), de abrigar o resumo do item, atribuindo a responsabilidade da descrição física ao item 6.1 (Características físicas e técnicas executivas).

Sugerimos ainda a revisão nos grupos 7 (Audiovisual) e 11 (Assunto e descritores), este último com a ressalva de que o termo “assunto” seja renomeado como “assunto principal”, e o termo “descritores” seja renomeado para “termos relacionados”. Os campos expostos no quadro, mas não mencionados aqui apresentaram preenchimento satisfatório.

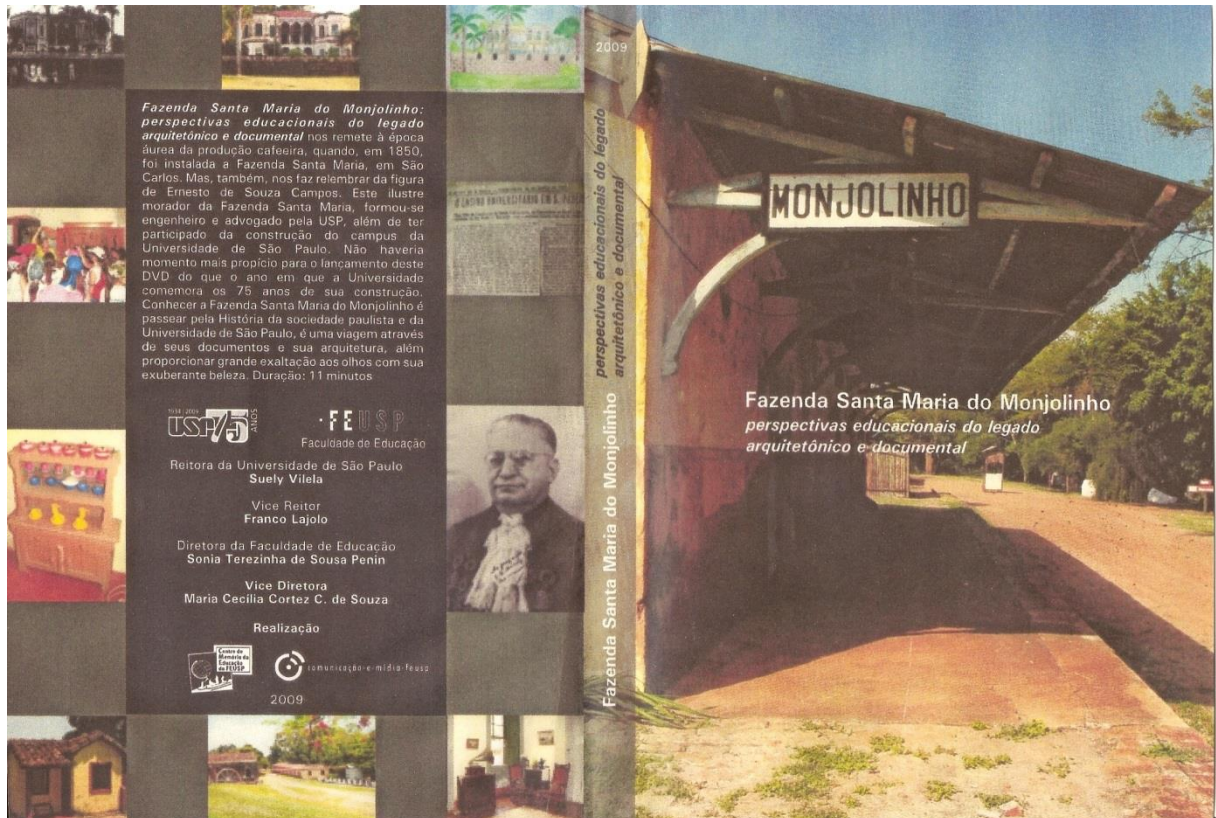
#### **4.5 Filmes cinematográficos e gravações de vídeo**

Localizamos apenas uma gravação de vídeo na Fazenda Santa Maria do Monjolinho, referente à sua própria história. Embora não seja um material raro, optamos por catalogá-lo, a fim de verificar se todos os campos do PDI são capazes de representar este tipo de material plenamente. Aqui a principal fonte de informação deve ser retirada do próprio item, sua embalagem e caso haja necessidade de complementos, outras fontes. No quadro 9 apresentamos a descrição dos dados do DVD localizado no Fazenda Santa Maria do Monjolinho no formato MARC 21.



## Exemplo 8 - Representação descritiva de gravação de vídeo

Figura 25 – Capa e contracapa de DVD



Fonte: Autor.

**Quadro 9** – Comparação entre os campos do Padrão de Descrição da Informação e MARC 21

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
G2 2.0 Disponibilização para acesso externo	Não	-	-
G2 2.1 Natureza do bem patrimonial	Material	-	-
G2 2.1.2 Natureza do bem material	Audiovisual	-	-
G2 2.2 Tipo do bem patrimonial	Video	Formato	FMT VM
G2 2.3 Número de registro	FSMJ-M-E2	Número de controle	001 MVR 000000199
G2 2.4 Título	Fazenda Santa Maria do Monjolinho: perspectivas educacionais do legado arquitetônico e documental	Título principal	245 0 0 \$a Fazenda Santa Maria do Monjolinho \$h [gravação de vídeo] : \$b perspectivas educacionais do legado arquitetônico e documental.
G2 2.4.1 Tipo do título	Principal		
G2 2.6 Localização física específica	Estante 2, Antessala	Localização	852 4 1 \$a Fazenda Santa Maria do Monjolinho \$b Antessala \$c Estante 2
G5 Local	São Paulo	Imprensa	260 # # \$a São Paulo : \$b Centro de Memória da Educação FEUSP : \$b Comunicação e mídia FEUSP, \$c 2009.
G5 Ano	2009		
G5 Edição e/ou reimpressão	-		
G5 Outras responsabilidades	USP		
G6 6.1 Características físicas e técnicas executivas	1 DVD	Descrição física	300 # # \$a 1 DVD (125 min): \$b son., color.
		Nota de detalhe do sistema	538 # # \$a DVD.
G6 6.3 Conteúdo	O DVD relata...	Nota de resumo	520 # # \$a O DVD relata...
O grupo 7 (Audiovisual) utiliza imagens do item para ilustrar o registro; como as imagens ilustram a dissertação, não as repetiremos.		Localização e acesso eletrônico	856 4 0 \$u www.mvr.com.br/dvdsantamaria.jpg \$y Fazenda Santa Maria do Monjolinho
G8 8.1 Estado de conservação e preservação	Ótimo	-	-
G9 Disponibilidade	Acervo	-	-

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
<b>G9</b> Condições de acesso	Sob consulta	Nota de restrição de acesso	506 # # \$a Acesso restrito; \$c Necessária autorização prévia.
<b>G9</b> Condições de reprodução	Não	-	-
<b>G10</b> Tipo de aquisição	Compra	* Ver: Nota da fonte imediata de aquisição	
<b>G10</b> Valor venal da época da transação	Não consta	Preço	365 # # \$a 01 \$b Valor \$c Código da moeda corrente
<b>G10</b> Data da aquisição	Não consta	Nota da fonte imediata de aquisição	541 1 # \$c Forma de aquisição (compra, doação, permuta); \$d Data da aquisição.
<b>G11</b> Assunto	Documentário sobre a Fazenda Santa Maria do Monjolinho.	-	-
<b>G11</b> Descritores	Documentário.	Assunto tópico	650 # 4 \$a Documentário (Cinema).
<b>G12</b> Fonte de informação	Próprio item	Fonte da catalogação	040 # # \$a Código da agência catalogadora \$b Idioma da catalogação
<b>G13</b> Nome	Milene Rosa de Almeida	Catalogador	CAT # # \$a MILENE \$c 20130510
<b>G13</b> Data	10/05/2013	Data e hora da última atualização	005 ## Dado gerado automaticamente pelo sistema

A representação descritiva de filmes cinematográficos e gravações de vídeo é contemplada no PDI, no item 2.1.2 (Natureza do Bem Material) como material audiovisual, não sendo necessária qualquer intervenção, reiterando apenas a necessidade de revisão dos itens 2.2 (Tipo de bem patrimonial) e 2.3 (Número de registro), anteriormente mencionadas.

Com relação à atribuição do título, no campo 2.4 (Título), a descrição foi satisfatória; e com relação aos grupos 3 (Autoria) e 4 (Cadastro de autoria) novamente sugerimos a mescla destes; observamos ainda que o PDI contempla uma informação bastante relevante no cinema, a função de diretor. Quanto às informações sobre a produção da obra (Grupo 5), há apenas a sugestão exposta anteriormente, de substituir o campo “Outras responsabilidades” por “Nome do editor, publicador etc”.

Sobre a descrição do item (campo 6.1) sugerimos a divisão que o MARC 21 adota, com as seguintes opções de descrição: número de unidades físicas da gravação (1 fita de vídeo, 1 DVD etc.), tempo de duração (minutos), características do som (sonoro ou mudo), características de cor (color./ p&b), dimensões da bitola (8mm, 16 mm, 1/2 pol etc.), padrão de cor empregado (PAL-M, NTSC) e materiais adicionais à gravação (livretos, encartes etc.). Quanto ao uso do campo 6.3 (Conteúdo), recomendamos a utilização deste para alocar o resumo sobre a gravação.

A descrição deste tipo de material, por envolver inúmeros detalhes, utilizará bastante o item 6.1.4 (Notas) para informações complementares sobre o material, tais como: obra baseada em determinada narrativa ou obra real, pessoas ligadas à produção (responsável pela trilha sonora, direção de arte, direção de fotografia etc.), comentários dos diretores, comentários de atores ou outros membros da produção, idioma original, presença de legenda ou dublagem, versão (no caso de adaptações para o cinema ou refilmagem), atores principais/coadjuvantes.

Outra importante informação que pode aparecer é a série, como trilógicas de filmes, coleções sobre determinado assunto, artista, dentre outros, daí a necessidade de criar um campo para inserção deste tipo de informação.

Durante a análise do material, observamos que o campo 6.3 (Conteúdo) pode ser readequado para permitir a inserção de um breve resumo sobre o conteúdo do filme ou vídeo. Por fim, reiteramos a necessidade de revisão dos itens “Assunto” e “Descritores” (Grupo 11), com vistas a abrigar os termos do tesouro do projeto e informamos ao leitor que os campos não mencionados nesta análise foram considerados satisfatórios.

#### 4.6 Material gráfico (duas dimensões)

Os materiais gráficos apresentam-se como um ponto bastante importante de nossa pesquisa, pois as fotografias, os quadros, os desenhos técnicos etc. são capazes de revelar um pouco mais sobre a formação familiar e outros marcos importantes para a fazenda; exemplificamos com a série de fotografias do Professor Doutor Ernesto de Souza Campos, que teve participação ativa na fundação da Universidade de São Paulo. Além disso, os quadros existentes no museu da Fazenda Santa Maria do Monjolinho são relacionados aos membros da família Souza Campos.

Na descrição de materiais gráficos, a fonte principal de informação é o próprio item, incluindo etiquetas ou informações afixadas no mesmo. O Código de Catalogação Anglo-Americano ainda prevê que:

se o item que estiver sendo descrito consistir de duas ou mais partes físicas separadas (p.ex., um conjunto de diapositivos etc.), considere como fonte principal de informação o contêiner, que é o elemento unificador, se este apresentar um título coletivo não fornecido pelos próprios itens e suas etiquetas. Neste caso, redija uma nota (veja 8.7B3) indicando a fonte de informação. (2005, cap. 8, p. 3).

Ressaltamos a importância da realização de pequenas entrevistas com o(s) proprietário(s) das fazendas, a fim de termos maiores informações sobre o material a ser descrito, visto que a grande maioria registra momentos importantes na vida da fazenda e de seus habitantes atuais e anteriores. Partiremos a seguir para os exemplos, utilizando materiais pertencentes à fazenda selecionada para o desenvolvimento deste estudo, descrevendo-os conforme os campos do PDI e efetuando a comparação com o formato MARC 21.

**Exemplo 9 - Representação descritiva de material gráfico****Figura 26 – Retrato de D. Zuleika**

Fonte: Autor.

**Figura 27 – Dados do retrato**

Fonte: Autor.

**Figura 28 – Dados do retrato**

Fonte: Autor.

**Quadro 10 – Comparação entre os campos do Padrão de Descrição da Informação e MARC 21**

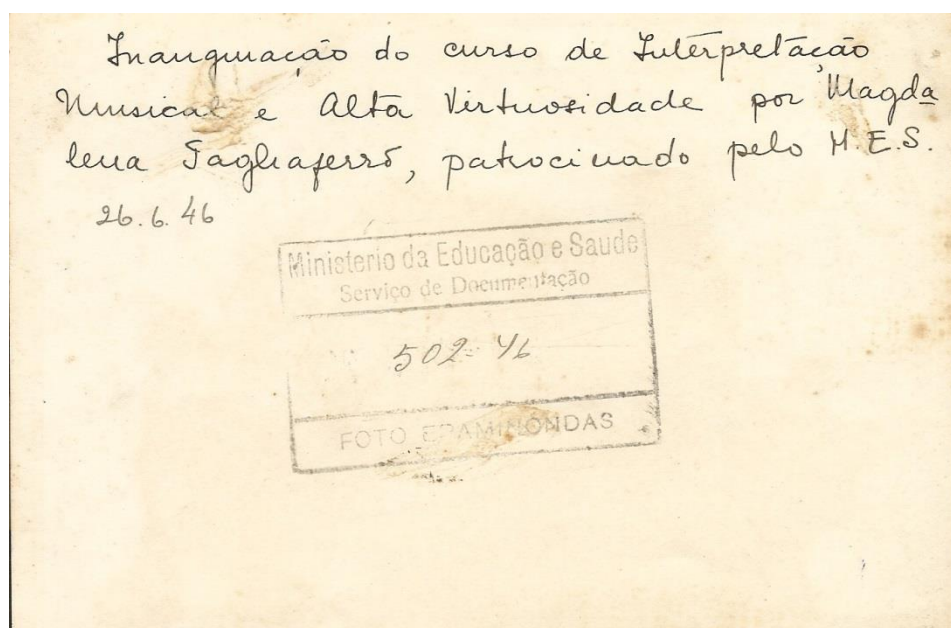
PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
G2 2.0 Disponibilização para acesso externo	Não	-	-
G2 2.1 Natureza do bem patrimonial	Material	-	-
G2 2.1.2 Natureza do bem material	Audiovisual	-	-
G2 2.2 Tipo do bem patrimonial	Retrato	Formato	FMT MG
G2 2.3 Número de registro	FSMJ-S-S1	Número de controle	001 MVR 000000325
G2 2.4 Título	Dona Zuleika moça	Título principal	245 1 0 \$a Dona Zuleika moça \$h [fotografia] / \$c F. Vollsack.
G2 2.4.1 Tipo do título	Atribuído		
G2 2.6 Localização física específica	Sala 1, Museu da Fazenda Santa Maria do Monjolinho.	Localização	852 4 1 \$a Fazenda Santa Maria do Monjolinho \$b Museu \$c Sala 1
G3 Autor ou responsável	F. Vollsack	Entrada principal – Nome pessoal	100 1 # \$a Vollsack, F.
G3 Tipo de autoria	Fotógrafo		
G5 Local de produção	São Paulo	Imprensa	260 # # \$a São Paulo : \$b F. Vollsack, \$c [1895].
G5 Ano	[1895]		
G5 Edição e/ou reimpressão	-		
G5 Outras responsabilidades	F. Vollsack		
G6 6.1 Características físicas e técnicas executivas	1 fotografia em preto e branco, em moldura verde de ferro, medindo 22 x 17 cm	Descrição física	300 # # \$a 1 fot. : \$b p&b ; \$c 22 x 17.
G6 6.1.4 Notas	O retrato encontra-se em uma moldura de ferro na cor verde.	Notas gerais	500 # # \$a O retrato encontra-se em uma moldura de ferro na cor verde.
G6 6.3 Conteúdo	Este retrato foi tirado quando D. Zuleika...	Nota de resumo	520 # # \$a Este retrato foi tirado quando D. Zuleika...
O grupo 7 (Audiovisual) utiliza imagens do item para ilustrar o registro; como as imagens ilustram a dissertação, não as repetiremos.		Localização e acesso eletrônico	856 4 0 \$u www.mvr.com.br/zuleika.jpg \$y Dona Zuleika Moça
G8 8.1 Estado de conservação e preservação	Bom	-	-
G8 8.2 Notas estado de conservação	Retrato amarelado pelo tempo	-	-

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
G8 8.3 Intervenção no bem	Não	-	-
G9 Disponibilidade	Exposição permanente	-	-
G9 Condições de acesso	Sob consulta	Nota de restrição de acesso	506 # # \$a Acesso restrito; \$c Necessária autorização prévia.
G9 Condições de reprodução	Não	-	-
G10 Tipo de aquisição	Compra	* Ver: Nota da fonte imediata de aquisição	
G10 Valor venal da época da transação	Não consta	Preço	365 # # \$a 01 \$b Valor \$c Código da moeda corrente
G10 Data da aquisição	Não consta	Nota da fonte imediata de aquisição	541 1 # \$c Forma de aquisição (compra, doação, permuta); \$d Data da aquisição.
G11 Assunto	Retrato, Dona Zuleika	-	-
G11 Descritores	Retrato, Fotografia.	Assunto tópico	650 # 4 \$a Fotografia - \$x Retratos.
G12 Fonte de informação	Próprio item	Fonte da catalogação	040 # # \$a Código da agência catalogadora \$b Idioma da catalogação
G13 Nome	Milene Rosa de Almeida	Catalogador	CAT # # \$a MILENE \$c 20130510
G13 Data	10/05/2013	Data e hora da última atualização	005 # # Dado gerado automaticamente pelo sistema



**Exemplo 10 - Representação descritiva de material gráfico****Figura 29 – Frente da fotografia**

Fonte: Autor.

**Figura 30 – Verso da fotografia**

Fonte: Autor.

**Quadro 11 – Comparação entre os campos do Padrão de Descrição da Informação e MARC 21**

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
G2 2.0 Disponibilização para acesso externo	Não	-	-
G2 2.1 Natureza do bem patrimonial	Material	-	-
G2 2.1.2 Natureza do bem material	Bibliográfico	-	-
G2 2.2 Tipo do bem patrimonial	Livro	Formato	FMT MG
G2 2.3 Número de registro	FSMJ-M-E3	Número de controle	001 MVR 000000157
G2 2.4 Título	Ernesto Souza Campos e Magdalena Tagliaferro	Título principal	245 0 0 \$a Ernesto Souza Campos e Magdalena Tagliaferro \$h [ilustração].
G2 2.4.1 Tipo do título	Atribuído		
G2 2.6 Localização física específica	Estante 1, Biblioteca Dr. Ernesto de Souza Campos	Localização	852 4 1 \$a Fazenda Santa Maria do Monjolinho \$b Antessala \$c Estante 2
G5 Local	São Paulo	Imprensa	260 # # \$a São Paulo : \$b Foto Epaminondas, \$c 1946.
G5 Ano	1946		
G5 Edição e/ou reimpressão	-		
G5 Outras responsabilidades	Foto Epaminondas		
G6 6.1 Características físicas e técnicas executivas	Encadernado, 355 páginas	Descrição física	300 # # \$a 1 foto : \$b p&b ; \$c 30 x 42 cm.
G6 6.3 Conteúdo	Ernesto de Souza Campos e Magdalena Tagliaferro na cerimônia de inauguração do curso de Interpretação Musical e Alta Virtuosidade, na Universidade de São Paulo.	Nota de resumo	520 # # \$a Ernesto de Souza Campos e Magdalena Tagliaferro na cerimônia de inauguração do curso de Interpretação Musical e Alta Virtuosidade, na Universidade de São Paulo.
O grupo 7 (Audiovisual) utiliza imagens do item para ilustrar o registro; como as imagens ilustram a dissertação, não as repetiremos.		Localização e acesso eletrônico	856 4 0 \$u www.mvr.com.br/ernestousp \$y Ernesto Souza Campos e Magdalena Tagliaferro

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
<b>G8</b> 8.1 Estado de conservação e preservação	Bom	-	-
<b>G8</b> 8.2 Notas estado de conservação	Páginas amareladas pelo tempo	-	-
<b>G8</b> 8.3 Intervenção no bem	Sim	-	-
<b>G9</b> Disponibilidade	Acervo	-	-
<b>G9</b> Condições de acesso	Sob consulta	Nota de restrição de acesso	506 # # \$a Acesso restrito; \$c Necessária autorização prévia.
<b>G9</b> Condições de reprodução	Não	-	-
<b>G10</b> Tipo de aquisição	Compra	* Ver: Nota da fonte imediata de aquisição	
<b>G10</b> Valor venal da época da transação	Não consta	Preço	365 # # \$a 01 \$b Valor \$c Código da moeda corrente
<b>G10</b> Data da aquisição	Não consta	Nota da fonte imediata de aquisição	541 1 # \$c Forma de aquisição (compra, doação, permuta); \$d Data da aquisição.
<b>G11</b> Assunto	Fotografia em preto e branco.	-	-
<b>G11</b> Descritores	Fotografia em preto e branco.	Assunto tópico	650 # 4 \$a Fotografia preto e branco.
<b>G12</b> Fonte de informação	Próprio item	Fonte da catalogação	040 # # \$a Código da agência catalogadora \$b Idioma da catalogação
<b>G13</b> Nome	Milene Rosa de Almeida	Catalogador	CAT # # \$a MILENE \$c 20130510
<b>G13</b> Data	10/05/2013	Data e hora da última atualização	005 # # Dado gerado automaticamente pelo sistema

Identificamos na Fazenda Santa Maria do Monjolinho inúmeros quadros e fotografias da família Souza Campos, bem como retratos sobre festas ocorridas na propriedade. Nesta fazenda as fotos encontram-se organizadas em pastas, e a grande maioria apresenta em seu verso notas sobre o acontecimento ali eternizado. Com isso, observamos que na descrição deste tipo de material esta informação deve ser priorizada, permitindo ao usuário compreender o fato exposto e até mesmo imaginar a situação, antes de visualizar a imagem.

Notamos que este tipo de material necessita de poucos campos para ser descrito, e na presente análise teceremos comentários somente em relação aos campos do PDI utilizados. No item 2.1.2 (Natureza do Bem Material) observamos que o PDI não contempla este tipo de material, daí sugerimos que se crie uma categoria que abarque materiais gráficos, como fotografias, quadros etc. Discordamos novamente do modo de preenchimento dos itens 2.2 (Tipo de bem patrimonial) e sugerimos que, caso este campo seja revisto, sejam contempladas as seguintes opções: original de arte, reprodução de arte, quadro, fotografia e desenho técnico. O item 2.3 (Número de registro) não é capaz de identificar claramente o bem patrimonial, conforme as observações mencionadas anteriormente.

Para este tipo de material, o título geralmente será atribuído pelo catalogador. Assim, consideramos que o campo 2.4 (Título) atende plenamente esta necessidade; e não julgamos necessário utilizar um termo a fim de especificar a tipologia do material, tal qual o MARC 21 utiliza no campo 245 (Título), denominado designação geral do material. No retrato por nós denominado “Dona Zuleika moça” utilizamos os grupos 3 (Autoria) e 4 (Cadastro de autoria), onde pudemos observar que os grupos podem ser fundidos, sem prejudicar a qualidade da descrição.

O grupo 5 (Produção) atendeu plenamente o critério de identificação do criador do material, e mantivemos somente a sugestão de substituir o termo “Outras responsabilidades” por “Nome do editor, publicador etc.”. Ficamos em dúvida quanto ao preenchimento dos itens 6.1 (Características físicas e técnicas executivas) e 6.2 (Dimensões e quantificações), assim destacamos a necessidade de revisão e possível mescla de dados para um só item, e sugerimos como dados para descrição: quantificação do material (1 jogo, 1 vaso, 1 modelo etc.), material do objeto, cor (colorido ou preto e branco), dimensões (altura x largura). O item 6.3 (Conteúdo) deve ser transformado para abrigar um breve resumo sobre o contexto da fotografia.

Dentro do grupo 7 (Audiovisual) consideramos desnecessário os itens título e descrição, visto que essas informações fazem parte dos grupos 2 (Informações gerais do bem patrimonial), item 2.4 (Título) e 6 (Descrição), item 6.3 (Conteúdo).

Os grupos 8 (Diagnóstico e intervenção) e 9 (Condições de disponibilidade, uso e proteção) não evidenciaram necessidades de revisão em seus campos; já o grupo 10 (Histórico e procedência), campo “Instrumentos de pesquisa” possui a seguinte orientação de uso: Indicação da forma como os dados do histórico foram coletados, ou instrumento para a coleta dos dados históricos, ou o método de coleta dos dados históricos (entrevista, questionário, pesquisas em fontes primárias, etc), ou padrão e normas para elaborar o histórico, que são bastante parecidas com as orientações do grupo 12 (Fonte de informação), campo homônimo, que explicita que o campo deve ser utilizado para indicar as fontes de informação utilizadas na pesquisa do histórico do bem patrimonial, independente do tipo de suporte (documentos, inventários, escritos (anotações), depoimentos, fontes impressas, fontes eletrônicas, entre outros). A partir das orientações para o preenchimento dos campos, sugerimos a exclusão do campo “Instrumentos de pesquisa”, cujas informações deverão ser inseridas no item “Fonte de informação”, do grupo de mesmo nome.

Finalizando a análise, o grupo 13 (Responsável pela pesquisa) não nos apresentou qualquer necessidade de modificação.

#### **4.7 Artefatos tridimensionais**

Na Fazenda Santa Maria do Monjolinho, encontramos inúmeros artefatos tridimensionais. Os artefatos tridimensionais configuram-se como sendo objetos fabricados ou modificados, seja de modo manual, seja de modo industrial. São exemplos: esculturas, jogos, máquinas, medalhas, móveis, objetos de decoração, dentre outros.

A fonte principal para obtenção dos dados é o próprio objeto e, caso haja, materiais textuais ou embalagens que façam referência à este. De acordo com o AACR2 (2005, cap. 10, p. 3), “prefira a informação encontrada no próprio objeto (incluindo rótulos fixados permanentemente), e não a informação encontrada no material textual adicional ou contêiner”. A seguir, veremos modelos retirados da fazenda e catalogados segundo o formato MARC 21.

**Exemplo 11 - Representação descritiva de artefato tridimensional****Figura 31 – Busto do Prof. Ernesto de Souza Campos**

Fonte: Autor.

**Figura 32 – Informações sobre o fabricante do busto**

Fonte: Autor.

**Quadro 12 – Comparação entre os campos do Padrão de Descrição da Informação e MARC 21**

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
G2 2.0 Disponibilização para acesso externo	Não	-	-
G2 2.1 Natureza do bem patrimonial	Material	-	-
G2 2.1.2 Natureza do bem material	Artefato tridimensional	-	-
G2 2.2 Tipo do bem patrimonial	Artístico	Formato	FMT AT
G2 2.3 Número de registro	FSMJ-M-A1	Número de controle	001 MVR 000000169
G2 2.4 Título	Professor Ernesto de Souza Campos	Título principal	245 0 0 \$a Professor Ernesto de Souza Campos \$h [original de arte].
G2 2.4.1 Tipo do título	Atribuído		
G2 2.6 Localização física específica	Antessala do museu	Localização	852 4 1 \$a Fazenda Santa Maria do Monjolinho \$b Antessala do museu
G5 5.0 Local	São Paulo	Imprensa	260 # # \$a São Paulo : \$b Fundação Bronzes Artísticos Rebellato Ltda, \$c [19-?].
G5 5.1 Ano	[19-?]		
G5 5.2 Edição e/ou reimpressão	-		
G5 5.3 Outras responsabilidades	Fundação Bronzes Artísticos Rebellato Ltda		
G6 6.1 Características físicas e técnicas executivas	Busto em bronze, medindo 28 x 20 cm.	Descrição física	300 # # \$a 1 busto : \$b bronze ; \$c 28 x 20 cm.
G6 6.3 Conteúdo	Este busto foi criado em homenagem...	Nota de resumo	520 0 # \$a Este busto foi criado em homenagem...
		Localização e acesso eletrônico	856 4 0 \$u www.mvr.com.br/bustoernesto \$y Busto Prof. Ernesto S. Campos
G8 8.1 Estado de conservação e preservação	Bom	-	-
G8 8.2 Notas estado de conservação	Páginas amareladas pelo tempo	-	-
G8 8.3 Intervenção no bem	Sim	-	-
G9 Disponibilidade	Acervo	-	-
G9 Condições de acesso	Sob consulta	Nota de restrição de acesso	506 # # \$a Acesso restrito; \$c Necessária autorização prévia.

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
<b>G9</b> Condições de reprodução	Não	-	
<b>G10</b> Tipo de aquisição	Compra	* Ver: Nota da fonte imediata de aquisição	
<b>G10</b> Valor venal da época da transação	Não consta	Preço	365 # # \$a 01 \$b Valor \$c Código da moeda corrente
<b>G10</b> Data da aquisição	Não consta	Nota da fonte imediata de aquisição	541 1 # \$c Forma de aquisição (compra, doação, permuta); \$d Data da aquisição.
<b>G10</b> Assunto	Busto.	Assunto tópico	650 # 4 \$a Bustos.
<b>G11</b> Descritores	Utilizar vocabulário controlado	Campos 6XX (assunto) do MARC 21	
<b>G12</b> Fonte de informação	Próprio item	Fonte da catalogação	040 # # \$a Código da agência catalogadora \$b Idioma da catalogação
<b>G13</b> Nome	Milene Rosa de Almeida	Catalogador	CAT # # \$a MILENE \$c 20130510
<b>G13</b> Data	10/05/2013	Data e hora da última atualização	005 # # Dado gerado automaticamente pelo sistema



**Exemplo 12 - Representação descritiva de artefato tridimensional****Figura 33 – Telefone**

Fonte: Autor.

**Figura 34 – Telefone**

Fonte: Autor.

**Quadro 13 – Comparação entre os campos do Padrão de Descrição da Informação e MARC 21**

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
G2 2.0 Disponibilização para acesso externo	Não	-	-
G2 2.1 Natureza do bem patrimonial	Material	-	-
G2 2.1.2 Natureza do bem material	Artefato tridimensional	-	-
G2 2.2 Tipo do bem patrimonial	Original de	Formato	FMT AT
G2 2.3 Número de registro	FSMJ-M-L1	Número de controle	001 MVR 000000157
G2 2.4 Título	Telefone de parede	Título principal	245 0 0 \$a Telefone de parede.
G2 2.4.1 Tipo do título	Atribuído		
G2 2.6 Localização física específica	Sala 2, Museu da fazenda	Localização	852 4 1 \$a Fazenda Santa Maria do Monjolinho \$c Sala 2
G5 Local	Chicago	Imprensa	260 # # \$a Chicago : \$b Kellogg Switchboard and Supply Company, \$c 18--.
G5 Ano	18--		
G5 Outras responsabilidades	Kellogg Switchboard and Supply Company		
G6 6.1 Características físicas e técnicas executivas	Telefone de madeira 82 x 21 x 17 cm.	Descrição física	300 # # \$a 1 telefone : \$b madeira; \$c 82 x 21 x 17 cm.
G6 6.3 Conteúdo	Este telefone foi adquirido para...	Nota de resumo	520 0 # \$a Este telefone foi adquirido para...
O grupo 7 (Audiovisual) utiliza imagens do item para ilustrar o registro; como as imagens ilustram a dissertação, não as repetiremos.		Localização e acesso eletrônico	856 4 0 \$u www.mvr.com.br/telefone1.jpg \$y Telefone de parede
G8 8.1 Estado de conservação e preservação	Bom	-	-
G8 8.2 Notas estado de conservação	Apresenta desgaste natural	-	-
G8 8.3 Intervenção no bem	Sim	-	-
G9 Disponibilidade	Acervo	-	-
G9 Condições de acesso	Sob consulta	Nota de restrição de acesso	506 # # \$a Acesso restrito; \$c Necessária autorização prévia.
G9 Condições de reprodução	Não	-	-
G10 Tipo de aquisição	Compra	* Ver: Nota da fonte imediata de aquisição	

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
<b>G10</b> Valor venal da época da transação	Não consta	Preço	365 # # \$a 01 \$b Valor \$c Código da moeda corrente
<b>G10</b> Data da aquisição	Não consta	Nota da fonte imediata de aquisição	541 1 # \$c Forma de aquisição (compra, doação, permuta); \$d Data da aquisição.
<b>G11</b> Assunto	Telefone de parede.	-	-
<b>G11</b> Descritores	Telefone.	Assunto tópico	650 # 4 \$a Telefone.
<b>G12</b> Fonte de informação	Próprio item	Fonte da catalogação	040 # # \$a Código da agência catalogadora \$b Idioma da catalogação
<b>G13</b> Nome	Milene Rosa de Almeida	Catalogador	CAT # # \$a MILENE \$c 20130510
<b>G13</b> Data	10/05/2013	Data e hora da última atualização	005 # # Dado gerado automaticamente pelo sistema

Grande parte dos bens patrimoniais da Fazenda Santa Maria do Monjolinho constitui-se de artefatos tridimensionais, como telefones de parede, enceradeiras de ferro, lampiões, armários etc., todos pertencentes ao passado da família Souza Campos. Assim como os materiais gráficos, este tipo de material também necessita de poucos campos em sua descrição, cujos comentários sobre os campos utilizados no PDI serão aqui apresentados.

O grupo 2 (Informações gerais do bem patrimonial), item 2.1.2 (Natureza do Bem Material) dá a entender que este tipo de material pode ser incluído como audiovisual, porém julgamos mais apropriado criar a opção artefato tridimensional, com a explicação sobre o tipo de material que faz parte dessa categoria. Já o item 2.2 (Tipo de bem patrimonial), caso seja adotada a sugestão de se listar os tipos de bens patrimoniais já identificados, poderá ter os seguintes itens para seleção na base de dados: jogos, esculturas, objetos de exposições, máquinas, vestuário, mobiliário, placas condecorativas, medalhas, troféus etc. O item 2.3 (Número de registro) não atendeu de modo satisfatório seu propósito: tornar o registro único dentro da base de dados, daí nossa insistência em sua revisão.

Assim como nos materiais em duas dimensões, a especificação de título muitas vezes será atribuída pelo catalogador. Assim, consideramos que o campo 2.4 (Título) é satisfatório e consideramos desnecessário especificar a tipologia do material, como faz o MARC 21 ao utilizar a designação geral do material, visto que os itens que o antecedem cumprem essa função.

Nestes exemplos não utilizamos os grupos 3 (Autoria) e 4 (Cadastro de autoria), visto que as obras possuíam apenas o nome do fabricante, informação esta que deverá constar no campo “Outras responsabilidades” do grupo 5 (Produção), cuja sugestão dada é a substituição deste termo por “Nome do editor, publicador etc.”, porém, caso a obra tenha autoria, esta deverá ser registrada nos grupos correspondentes à autoria.

Já o grupo 6 (Descrição) deixou dúvidas quanto ao preenchimento dos itens 6.1 (Características físicas e técnicas executivas) e 6.2 (Dimensões e quantificações), onde o primeiro indica que deve ser informada a descrição física mais completa do bem patrimonial, e o segundo serve para indicarmos as dimensões do bem patrimonial, ou seja, novamente solicita a descrição física; no caso desta análise optamos por usar o item 6.1. Sugerimos como dados de descrição: extensão do item (1 vaso, 1 estátua etc.), material de que é feito, cor, tamanho.

A análise do grupo 7 (Audiovisual) evidenciou que há a duplicação da informação de título e tipo de bem patrimonial, o que julgamos desnecessário no PDI; quanto à existência do campo de descrição, embora seu preenchimento seja opcional, também consideramos

desnecessário, limitando este campo ao fornecimento de materiais visuais decorrentes da realização do inventário.

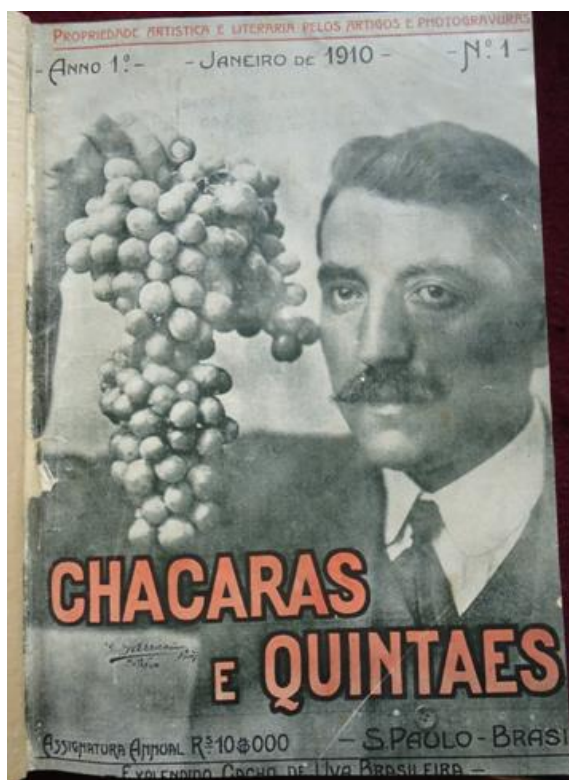
Os grupos 8 (Diagnóstico e intervenção) e 9 (Condições de disponibilidade, uso e proteção) foram considerados satisfatórios. No grupo 10 (Histórico e procedência), o campo “Instrumentos de pesquisa” orienta o catalogador a indicar a forma como se deu a obtenção dos dados do item anterior - histórico - ou do instrumento utilizado para a coleta dos dados históricos, ou então o método de coleta dos dados históricos (entrevista, questionário, pesquisas em fontes primárias, etc), ou então o padrão as e normas utilizadas para elaborar o histórico; essas orientações são muito parecidas com as orientações existentes no grupo 12 (Fonte de informação), campo homônimo, que explicita que o campo deve ser utilizado para: Fontes de informação utilizadas na pesquisa do histórico do bem patrimonial, independente do tipo de suporte (documentos, inventários, escritos (anotações), depoimentos, fontes impressas, fontes eletrônicas, entre outros). Assim, sugerimos que o item “Instrumentos de pesquisa” seja excluído, e as informações relacionadas às fontes de informação utilizadas na coleta de dados sejam alocadas no item “Fonte de informação”, do grupo 12.

O grupo 11 (Assunto e descritores), conforme as análises anteriores carece de modificações, e o último grupo do PDI - 13 (Responsável pela pesquisa) - foi considerado satisfatório na identificação do catalogador do bem patrimonial.

#### **4.8 Recursos contínuos**

A Fazenda Santa Maria do Monjolinho possui inúmeros títulos e exemplares de periódicos das primeiras décadas do século XX, a grande maioria relacionados à agricultura e variedades; e todo este material está passando por um processo de higienização e organização por estagiárias do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação, da Universidade Federal de São Carlos.

As publicações seriadas tem como base para sua descrição sua primeira edição ou parte, e no caso de falta destas, a edição ou parte mais antiga em mãos. Já a fonte principal de informação é a página de rosto ou página de rosto substituta, e segundo o AACR2 (205, cap. 12, p. 4): “a página de rosto substituta para um item sem página de rosto é (nesta ordem de preferência) a página de rosto analítica, capa, título, expediente, páginas editoriais, colofão, outras páginas”

**Exemplo 13** - Representação descritiva de publicação seriada**Figura 35** – Capa da revista Chácaras e Quintais

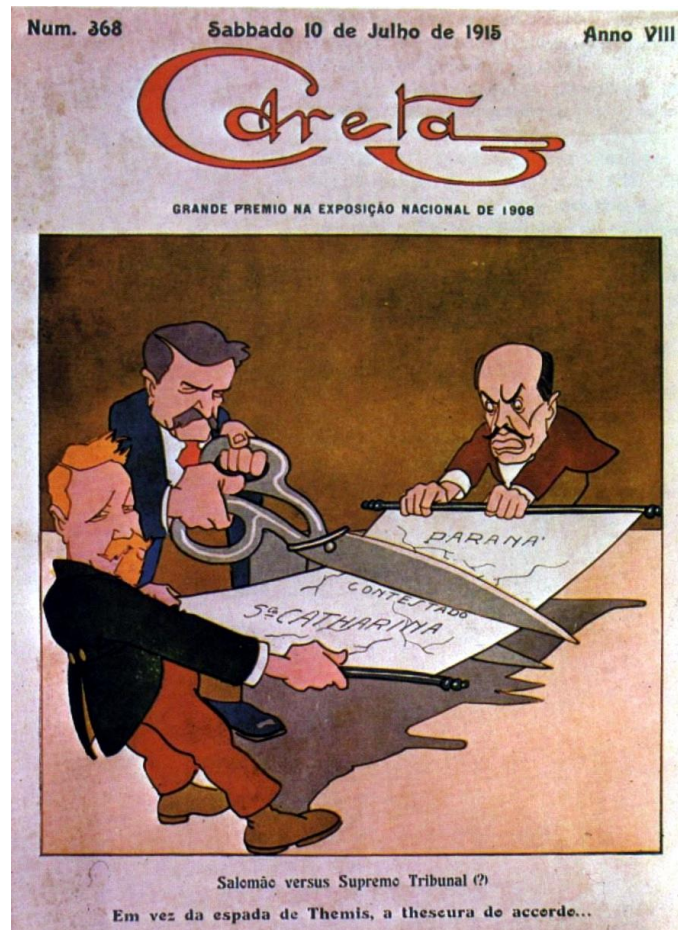
Fonte: Autor.

**Quadro 14 – Comparação entre os campos do Padrão de Descrição da Informação e MARC 21**

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
G2 2.0 Disponibilização para acesso externo	Não	-	-
G2 2.1 Natureza do bem patrimonial	Material	-	-
G2 2.1.2 Natureza do bem material	Bibliográfico	-	-
G2 2.2 Tipo do bem patrimonial	Periódico	Formato	FMT PE
G2 2.3 Número de registro	FSMJ-SP- E7	Número de controle	001 MVR 000001150
G2 2.4 Título	Chácaras e quintais	Título principal	245 0 0 \$a Chácaras e quintais. -
G2 2.4.1. Tipo do título	Principal		
G2 2.6. Localização física específica	Sala de periódicos, Estante 7.	Localização	852 4 1 \$a Fazenda Santa Maria do Monjolinho \$b Sala de periódicos \$c Estante 7.
G5 Local	São Paulo	Imprensa	260 # # \$a São Paulo : \$b Chácaras e quintais, \$c 1910-1970.
G5 Ano	1910-1970.		
G5 Edição e/ou reimpressão	-		
G5 Outras responsabilidades	Chácaras e quintais,		
G6 6.1 Características físicas e técnicas executivas	Publicação mensal.	Última periodicidade	310 # # \$a Mensal.
G6 6.1.4 Notas	Interrupção da coleção entre os anos...	Notas gerais	500 # # \$a Interrupção da coleção entre os anos...
O grupo 7 (Audiovisual) utiliza imagens do item para ilustrar o registro; como as imagens ilustram a dissertação, não as repetiremos.		Localização e acesso eletrônico	856 4 0 \$u www.mvr.com.br/chacaras.jpg \$y Revista chácaras e quintais
G8 8.1 Estado de conservação e preservação	Regular	-	-
G8 8.2 Notas estado de conservação	Deterioração em alguns fascículos	-	-
G8 8.3 Intervenção no bem	Não	-	-
G9 Disponibilidade	Exposição permanente	-	-
G9 Condições de acesso	Não circula	Nota de restrição de acesso	506 # # \$a Acesso restrito; \$c Necessário autorização prévia.

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
<b>G9</b> Condições de reprodução	Não	-	
<b>G10</b> Tipo de aquisição	Compra	* Ver: Nota da fonte imediata de aquisição	
<b>G10</b> Valor venal da época da transação	Não consta	Preço	365 # # \$a 01 \$b Valor \$c Código da moeda corrente
<b>G10</b> Data da aquisição	Não consta	Nota da fonte imediata de aquisição	541 1 # \$c Forma de aquisição (compra, doação, permuta); \$d Data da aquisição.
<b>G11</b> Assunto	Agricultura; Pecuária; Fazendas.	-	-
<b>G11</b> Descritores	Agricultura	Assunto tópico	650 # 4 \$a Agricultura.
<b>G11</b> Descritores	Pecuária	Assunto tópico	650 # 4 \$a Pecuária.
<b>G11</b> Descritores	Fazenda	Assunto tópico	650 # 4 \$a Fazenda.
<b>G12</b> Fonte de informação	Próprio item	Fonte da catalogação	040 # # \$a Código da agência catalogadora \$b Idioma da catalogação
<b>G13</b> Nome	Milene Rosa de Almeida	Catalogador	CAT # # \$a MILENE \$c 20130510
<b>G13</b> Data	10/05/2013	Data e hora da última atualização	005 # # Dado gerado automaticamente pelo sistema



**Exemplo 14 - Representação descritiva de publicação seriada****Figura 36 - Capa da revista Careta**

Fonte: Autor.

**Quadro 15 – Comparação entre os campos do Padrão de Descrição da Informação e MARC 21**

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
G2 2.0 Disponibilização para acesso externo	Não	-	-
G2 2.1 Natureza do bem patrimonial	Material	-	-
G2 2.1.2 Natureza do bem material	Bibliográfico	-	-
G2 2.2 Tipo do bem patrimonial	Periódico	Formato	FMT PE
G2 2.3 Número de registro	FSMJ-SP- E9	Número de controle	001 MVR 000001150
G2 2.4 Título	Careta	Título principal	245 0 0 \$a Careta. -
G2 2.4.1 Tipo do título	Principal		
G2 2.6 Localização física específica	Sala de periódicos, Estante 9.	Localização	852 4 1 \$a Fazenda Santa Maria do Monjolinho \$b Sala de periódicos \$c Estante 9.
G5 Local	Rio de Janeiro	Imprensa	260 # # \$a Rio de Janeiro : \$b Kosmos, \$c 1908-[1983?].
G5 Ano	1908-[1983?].		
G5 Edição e/ou reimpressão	-		
G5 Outras responsabilidades	Kosmos		
G6 6.1 Características físicas e técnicas executivas	Periodicidade semanal.	Última periodicidade	310 # # \$a Semanal.
G6 6.1.4 Notas	Interrupção da coleção entre os anos...	Notas gerais	500 # # \$a Interrupção da coleção entre os anos...
O grupo 7 (Audiovisual) utiliza imagens do item para ilustrar o registro; como as imagens ilustram a dissertação, não as repetiremos.		Localização e acesso eletrônico	856 4 0 \$u www.mvr.com.br/careta.jpg \$y Revista Careta
G8 8.1 Estado de conservação e preservação	Regular	-	-
G8 8.2 Notas estado de conservação	Deterioração em alguns fascículos	-	-
G8 8.3 Intervenção no bem	Não	-	-
G9 Disponibilidade	Exposição permanente	-	-
G9 Condições de acesso	Não circula	Nota de restrição de acesso	506 # # \$a Acesso restrito; \$c Necessária autorização prévia.
G9 Condições de reprodução	Não	-	-

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
<b>G10</b> Valor venal da época da transação	Não consta	Preço	365 # # \$a 01 \$b Valor \$c Código da moeda corrente
<b>G10</b> Data da aquisição	Não consta	Nota da fonte imediata de aquisição	541 1 # \$c Forma de aquisição (compra, doação, permuta); \$d Data da aquisição.
<b>G11</b> Assunto	Periódico.	-	-
<b>G11</b> Descritores	Periódicos ilustrados	Assunto tópico	650 # 4 \$a Periódicos ilustrados.
<b>G11</b> Descritores	Caricaturas e desenhos humorísticos – Periódicos.	Assunto tópico	650 # 4 \$a Caricaturas e desenhos humorísticos – \$v Periódicos.
<b>G11</b> Descritores	Brasil – Política e governo – Caricaturas e desenhos humorísticos – Periódicos.	Assunto – Nome geográfico	651 # 4 \$a Brasil – \$x Política e governo – \$x Caricaturas e desenhos humorísticos – \$v Periódicos.
<b>G12</b> Fonte de informação	Próprio item	Fonte da catalogação	040 # # \$a Código da agência catalogadora \$b Idioma da catalogação
<b>G13</b> Nome	Milene Rosa de Almeida	Catalogador	CAT # # \$a MILENE \$c 20130510
<b>G13</b> Data	10/05/2013	Data e hora da última atualização	005 # # Dado gerado automaticamente pelo sistema

Consideramos a análise de periódicos satisfatória nos itens 2.0 (Disponibilização para acesso externo), 2.1 (Natureza do bem patrimonial) e 2.1.2 Natureza do bem material); nas análises anteriores sugerimos que o campo 2.2 (Tipo de bem patrimonial) siga a mesma lógica, ou seja, liste os tipos de bens para que o responsável pela descrição selecione a opção adequada, neste caso, o operador do sistema selecionaria periódico como tipo de material.

Quanto ao campo 2.4 (Título), a descrição foi satisfatória, e destacamos as possibilidades de se registrar o título anterior e o título posterior da publicação no PDI. Não utilizamos os campos relacionados à autoria da publicação (Grupos 3 e 4) nos exemplos, mas caso haja um editor responsável pelo título, o que é muito comum neste tipo de material, este deverá ser registrado nestes grupos; as informações sobre datas e a identificação da casa publicadora devem constar no item “Outras responsabilidades” do grupo 5 (Produção).

Após a explanação feita no grupo 6 (Descrição), item 6.1 (Características físicas e técnicas executivas), buscamos um termo mais claro e adequado ao que ele se propõe, e chegamos à nomenclatura “detalhes físicos do material”.

As informações sobre fascículos encadernados juntos, datas iniciais e finais da publicação, se a publicação não for mais editada, irregularidades e peculiaridades da numeração, existência de suplementos ou edição especial, notas sobre a disponibilidade do periódico em outro formato físico, notas sobre a existência de índice cumulativo, dentre outras informações não contempladas em outros itens específicos, podem ser registradas no item 6.1.4 (Notas). No grupo 7 (Audiovisual) serão inseridas imagens das capas dos exemplares, e sugerimos a exclusão dos demais campos existentes neste grupo; fazemos ainda a ressalva de que não é recomendado escanear o periódico em seu todo e disponibilizar via web, uma vez que deve-se tomar cuidados com a questão dos direitos autorais das matérias ali existentes.

Por sua vez, os campos 8 (Diagnóstico e Intervenção), 9 (Condições de disponibilidade, uso e proteção) atenderam bem as necessidades. O preenchimento do grupo 10 (Histórico da procedência) não foi avaliado pela ausência de informações sobre o processo de aquisição dos periódicos selecionados na pesquisa, porém explicitamos alguns de seus campos a fim de permitir uma comparação com os campos do MARC 21.

Finalizando a análise deste material, sugerimos que o item “Instrumentos de pesquisa” seja excluído, e as informações relacionadas às fontes de informação utilizadas na coleta de dados sejam alocadas no item “Fonte de informação”, do grupo 12. O grupo 13 (Responsável pela pesquisa) não requer intervenções. Observamos ainda a ausência de campos para a descrição de informações como: idioma da obra, indicação de série, e número normalizado para publicação seriada (ISSN).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização do interior paulista, entre os séculos XVIII e XIX, e o conseqüente enriquecimento da classe social produtora de cana de açúcar e café resultaram no desenvolvimento de uma região outrora predominada pelas matas. As fazendas, muito mais que um símbolo de poder de uma época, permitem que as novas gerações conheçam o processo de colonização desta região do País sob diversos aspectos: histórico, artístico, arquitetônico, cultural, dentre outros. Conseqüentemente, cada fazenda traz em si o peso da responsabilidade da preservação, tanto de seus bens móveis como da memórias que dela fazem parte.

Esse desafio por ligar o passado e o presente culminou no desenvolvimento dos projetos “Memória Virtual de São Carlos” (2004-2008), “Patrimônio Cultural Rural Paulista: Espaço Privilegiado para Pesquisa, Educação e Turismo” (2008-2012) e “Critérios e metodologias para realização de inventário do patrimônio cultural rural paulista (2012-2014), no qual pesquisadores de diversas áreas puderam contribuir analisando o ambiente das fazendas históricas sob diferentes enfoques. É importante ressaltar que a documentação existente nessas fazendas desempenha um papel importante nas atividades cotidianas, visto que a conjunção do presente e do passado possibilita a compreensão do processo de formação da atual sociedade.

Na presente pesquisa, trouxemos o MARC 21 como um instrumento capaz de aperfeiçoar o Padrão de Descrição de Informação. O MARC 21, associado ao código AACR2, permite representar um documento de modo completo e padronizado, visando sua fácil recuperação pelo usuário. Este formato surgiu no momento em que as bibliotecas automatizaram seus processos de catalogação, possibilitando o intercâmbio de registros, diminuindo o tempo dispensado à catalogação original de um determinado material, visto que a cada dia surgem milhares de novas publicações, em diversos suportes.

O desafio de trabalhar com materiais bibliográficos e não-bibliográficos utilizando o formato MARC 21 e o contato com o rico cenário histórico existente na Fazenda Santa Maria do Monjolinho, situada em São Carlos-SP, um local em que o presente e o passado convivem em harmonia, alimentando a curiosidade de seus visitantes sobre o passado de nosso País e despertando a imaginação das pessoas que a visitam foram os estímulos para o desenvolvimento deste estudo.

O MARC 21 apresenta inúmeras vantagens, como a possibilidade de repetir boa parte

de seus campos e subcampos, detalhando minuciosamente os pormenores existentes no material e a objetividade em seu preenchimento, permitindo-nos identificar e sugerir modificações no Padrão de Descrição de Informação (PDI). O PDI foi elaborado com o intuito de permitir que qualquer bem patrimonial, seja ele material ou imaterial, bibliográfico, arquitetônico etc. seja descrito de modo padronizado, assim como o MARC 21 o é. Nesta pesquisa trabalhamos especificamente com livros, periódicos, música escrita e gravada, gravação de vídeo, fotografias e objetos tridimensionais (telefone e busto), onde observamos que cada tipo de material, embora possua certa peculiaridade quanto à descrição, pode ser satisfatoriamente representado tanto no PDI quanto no MARC 21.

A partir das análises realizadas, concluímos que o PDI é capaz de realizar a representação descritiva de modo satisfatório, embora necessite de pequenas intervenções. Os itens que apontaram maior necessidade de reformulações são: Item 2.2 (Tipo do bem patrimonial), e sugerimos que ao invés de termos livres sejam dadas opções para o catalogador selecionar a que melhor se enquadra ao bem patrimonial; item 2.3 (Número de registro), em que sugerimos a substituição da combinação de letras e números por uma sequência numérica pré-programada na base de dados; sugerimos ainda a mescla dos grupos 3 (Autoria) e 4 (Cadastro de autoria), pela afinidade das informações; os itens 6.1 (Características físicas e técnicas executivas) e 6.3 (Conteúdo), e sugerimos que o primeiro trate apenas da descrição física do material e o segundo forneça um breve resumo sobre o contexto da aquisição do bem patrimonial; grupo 7 (Audiovisual), em que recomendamos a exclusão dos itens título, tipo e descrição, por já serem contemplados em outros campos do PDI, mantendo somente o campo para inserção de imagens produzidas na pesquisa; no grupo 10 (Histórico da procedência), sugerimos a exclusão do item “Instrumentos de pesquisa”, pois há no PDI um grupo específico (Grupo 12 – Fonte de informação) para a indicação das fontes de informações sobre o material coletado; por fim, no grupo 11 (Assunto e descritores), acreditamos ser mais adequado renomear o termo assunto por assunto principal e o termo descritores por termos relacionados, para melhor abrigar as expressões terminológicas do tesouro do projeto.

Além dessas observações, há de se pensar nos detalhes relacionados à pontuação utilizada nos campos, e sugerimos a adoção da pontuação utilizada no AACR2; normalização quanto à descrição de numerais no título, em que sugerimos que toda informação numérica presente em títulos seja expressa por extenso; normalização das abreviações (indicação de páginas, folhas, unidades de medida etc.) e simbologia utilizada para indicar datas que, conforme as orientações do AACR2, deve ser aquela localizada no bem, e caso não haja uma

data, o pesquisador deverá fornecer uma data aproximada da produção, cuja indicação deverá ser padronizada segundo a regra 1.4F7 do Código de Catalogação Anglo-Americano (2009, cap. 1, p. 29):

[1971 ou 1972] *um ano ou outro*  
 [1969] *data provável*  
 [entre 1906 e 1912] *use somente para datas com menos  
 de 20 anos de diferença*  
 [ca. 1960] *data aproximada*  
 [197-] *década certa*  
 [197?] *década provável*  
 [18-] *século certo*  
 [18-?] *século provável*

Como este é um dos primeiros estudos sobre as minúcias dos campos abrangidos pelo PDI, acreditamos que que novas alterações possam vir a ocorrer, e as consideramos fundamentais, pois desta maneira teremos um padrão cada vez mais completo. Ressaltamos ainda que o caráter inédito não apenas deste estudo, como também do projeto em sua totalidade poderão auxiliar estudos de outros grupos, nacionais e internacionais que trabalham com a questão do patrimônio histórico.

Por fim, acreditamos que o PDI, assim como o MARC 21, AACR2 e demais formatos para catalogação devem cumprir o princípio maior da catalogação, segundo a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA): atender a conveniência dos utilizadores do catálogo, ou seja, os usuários.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. C. de. **Catálogo e descrição de documentos fotográficos em bibliotecas e arquivos**: uma aproximação comparativa dos códigos AACR2 e ISAD (G). 2006. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.
- ALVES, R. C. V. **Metadados como elementos do processo de catalogação**. 2010. 132 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.
- ANGOTTI, J. A.; AUTH, M. A. Ciência e tecnologia: implicações sociais e o papel da Educação. **Ciência e Educação**, Bauru, v.7, n.1, p.15-27, jan.-jun, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v7n1/02.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2012.
- AULER, D.; BAZZO, W. A. Reflexões para a implementação do movimento CTS no contexto educacional brasileiro. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 7, n.1, p.1-13, jan.- jun., 2001.
- BARBOSA, A. P. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG/BRASILART, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: IBBD, 1969.
- BARBOSA, E. M. de S.; EDUVIRGES, J. R. O formato MARC 21: principais vantagens para bibliotecários, bibliotecas e usuários para a recuperação da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 33., 2010, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: UFPb, 2010. Disponível em: <<http://dci.ccsa.ufpb.br/enebd/index.php/enebd/article/viewFile/14/18>>. Acesso em: 20 maio 2012.
- BAZZO, W. A. **Ciência, Tecnologia e Sociedade**: e o contexto da educação tecnológica. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.
- BAZZO, W.A. et al. **Introdução aos estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)**. Madrid: OEI, 2003.
- \_\_\_\_\_. A pertinência de abordagens CTS na educação tecnológica. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 28, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/rie28a03.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2013.
- BELLAIGUE, M. Uma nova visão do passado. **Memória**, São Paulo, ano 5, n.19, p.74-77, jul./ ago.1993.
- BIBLIOTECA DO CONGRESSO. **Manual Marc 21**: registros bibliográficos. Versão portuguesa abrev. e adaptada por Paula Maria Fernandes Martins. Coimbra: 2005. (Documento em pdf.)
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.



BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Legislação sobre patrimônio cultural**. Brasília: Centro de Documentação e Informação/ Edições Câmara, 2010.

CHAN, L. M. **Cataloging and classification**: an introduction. 3. ed. Lanham, Maryland: The Scarecrow Press, 2007.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2001.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. Preparado sob a direção do Joint Steering Committee for revision of AACR. São Paulo: FEBAB/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

COSTA, L. S. F. **Critérios e metodologias para realização de inventário do patrimônio cultural rural paulista**: relatório técnico. São Carlos: UFSCar, 2011.

CUEVAS, A. Conocimiento científico, ciudadanía y democracia. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad**, Madrid, v. 4, n. 10, p. 67-83, jan. 2008.

CUNHA, M. B. da. RDA: um novo paradigma na catalogação. 2011. **Infohome OFAJ**. Disponível em: <[http://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=604](http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=604)>. Acesso em: 19 fev. 2013.

DAGNINO, R. **Ciência e tecnologia no Brasil**: o processo decisório e a comunidade de pesquisa. Campinas: Unicamp, 2007.

DECLARAÇÃO dos princípios internacionais de catalogação. **IFLA Cataloging Section**, 2009. Disponível em: <[http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp\\_2009-pt.pdf](http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2013.

FAJARDO, C. R. Principios generales e instrumentos de catalogación. In: PINTO MOLINA, M. (Ed.). **Catalogación de documentos**: teoría y práctica. Madrid: Editorial Sintesis, 2001. p. 21-52.

FERNÁNDEZ-ABALLI, I. La información como patrimônio. In: SILVA, H. de C.; BARROS, M. H. T. C. de. (Org.). **Ciência da Informação**: múltiplos diálogos. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009. p. 1-21.

FERREIRA, M. M. (Trad. e Adap.). **MARC 21**: formato condensado para dados bibliográficos. Marília: EdUNESP, 2002. v. 1.

FONSECA, M. C. L. Informação e patrimônio imaterial. In: SILVA, H. de C.; BARROS, M. H. T. C. (Org.). **Ciência da Informação**: múltiplos diálogos. Marília: Oficina Universitária, 2009. p. 23-29.

FÖSTCH, A. A. Paisagem, cultura e identidade: os poloneses em Rio Claro do Sul, Mallet –

PR. In: SAHR, C. L. L. (Org.). **A paisagem como patrimônio cultural**: Campos Gerais e Matas com Araucária no Paraná. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010. p. 20-40.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Critérios e metodologias para a realização de inventário do patrimônio cultural paulista**. Disponível em: <<http://www.bv.fapesp.br/pt/auxilios/45936/criterios-e-metodologias-para-a-realizacao-de-inventario-do-patrimonio-cultural-paulista/>>. Acesso em: 06 set. 2013.

FUSCO, E. **Modelos conceituais de dados como parte do processo da catalogação**: perspectiva de uso dos FRBR no desenvolvimento de catálogos bibliográficos digitais. 2010. 249 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

GALVES, B. L. P. **Cultura e patrimônio**. 2008. 229 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

GHIRARDELLO, N. **A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista (1850/1900)**. São Paulo: EdUNESP, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GRÁCIO, J. C. A. **Metadados para a descrição de recursos da Internet**: o padrão Dublin Core, aplicações e a questão da interoperabilidade. 2002. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002.

HAYASHI, M. C. P. I.; et al. **Ciência, tecnologia e sociedade**: apontamentos preliminares sobre a constituição do campo no Brasil. In: SOUZA, C. M.; HAYASHI, M. C. P. I. (org.). **Ciência, tecnologia e sociedade**: enfoques teóricos e aplicados. São Carlos: Pedro e João Editores, 2008. p. 29-88.

HOFFMANN, W. A. M. **Ciência, tecnologia e sociedade**: desafios da construção do conhecimento. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

HÜBNER, E. **IsisMARC: uma solução que faltava**. Disponível em: <[http://www2.fgv.br/bibliodata/geral/docs/artigo\\_edwin.pdf](http://www2.fgv.br/bibliodata/geral/docs/artigo_edwin.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2009.

IFLA. **Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação**. 2009. Disponível em: <[http://www.d-nb.de/standardisierung/pdf/statement\\_portugese.pdf](http://www.d-nb.de/standardisierung/pdf/statement_portugese.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. **International Standard Bibliographic Description**. 2013. Disponível em: <<http://www.ifla.org/publications/international-standard-bibliographic-description>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação**. 2009. Disponível em: <[http://www.d-nb.de/standardisierung/pdf/statement\\_portugese.pdf](http://www.d-nb.de/standardisierung/pdf/statement_portugese.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2013.

LACEY, H.. Ciência, respeito à natureza e bem-estar humano. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 6, n. 3, set. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-31662008000300002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662008000300002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 18 jun. 2012.

LATOURE, B. **Ciência em Ação**. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

LE COADIC, IVE-FRANÇOIS. **A ciência da informação**. Tradução de Maria Yêda F. S. de F. Gomes. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEITE, A. C. de O.; FERRAZ, M. C. C. Educação CTS: reflexões sobre os conteúdos curriculares e as metodologias de ensino e aprendizagem. In: HOFFMANN, W. A. M. **Ciência, Tecnologia e Sociedade**: desafios da construção do conhecimento. São Carlos: EdUFSCar, 2011. p. 39-50.

LEVACOV, M. Bibliotecas virtuais: (r)evolução?. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 26, n. 2, 1997. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinfra/article/viewarticle/390>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

LIMA, L. M. G. **Turismo, cultura e velhice bem-sucedida**: contribuições para a elaboração de atividades turístico-culturais para idosos no contexto de fazendas históricas paulistas. 2010. 96 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

LITTON, G. **O livro e sua história**. Tradução de Maria Elvira Strong. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975.

LOPES, G. Z. L. **Dimensões sociais de ciência e tecnologia**: representações sociais de alunos de escolas públicas de um município paulista. 2010. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

LÓPEZ CERREZO, J. A. Ciência, tecnologia e sociedade: o estado da arte na Europa e nos Estados Unidos. In: SANTOS, L. W. et al. (Org.). **Ciência, tecnologia e sociedade**: o desafio da interação. Londrina: IAPAR, 2002. p.

LÜCKEMEYER, A. C. A. B.; CASAGRANDE JUNIOR, E. F. **Uma introdução aos estudos CTS na América Latina com enfoque em tecnologia e ambiente**. Revista Educação & Tecnologia, Curitiba, n. 10, 2010. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/view/1108/714>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

MACHINSKI, F. “Memórias” e patrimônio arquitetônico em Ponta Grossa – PR: subsídios para sua salvaguarda. In: SAHR, C. L. L. (Org.). **A paisagem como patrimônio cultural**: Campos Gerais e Matas com Araucária no Paraná. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010. p. 110-140.

MARCONDES, C. H. Metadados: descrição e recuperação na Web. In: MARCONDES, C. H. et al. (Org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador, BA: EDUFBA; Brasília; IBICT, 2005. p. 97-114.

MARIUZZO, Patrícia. Desafios para se preservar o patrimônio rural. **Ciencia e Cultura**. [online]. 2012, vol.64, n.2, pp. 61-63. ISSN 0009-6725.

MARTÍNEZ GARCÍA, M.; OLARAN MÚGICA, M. **Manual de catalogación en formato Marc**: IBERMARC y MARC 21: monografías impresas modernas. 2 ed. Madrid: Arco/Libros, 2007.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. Tradução de Nicolas Nyimi Campanário. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Loyola, 2002.

MENESES, U. T. B. de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). **An. mus. paul.** [online], v.1, n.1, p. 207-222, 1993.

MENESTRINA, T. C. **Concepção de ciência, tecnologia e sociedade na formação de engenheiros**: um estudo de caso das Engenharias da UDESC Joinville. 2008. 237 f. Dissertação (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MERTON, R **Sociologia**: teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MEY, E. S. A. **Algumas questões sobre o ensino da representação descritiva, ou a catalogação na berlinda**. 2005. Disponível em: <[http://www.ofaj.com.br/textos\\_conteudo.php?cod=35](http://www.ofaj.com.br/textos_conteudo.php?cod=35)>. Acesso em: 31 mar. 2010.

MEY, E. S. A. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

\_\_\_\_\_. **Não brigue com a catalogação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2003.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catalogação no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec-Polis, 1998.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

NAKAGAWA, E. Y.; COSTA, L. S. F.; SCARPELINE, R. Fazendas históricas paulistas dos séculos XVIII e XIX: premissas teóricas e metodológicas para inventariar bens patrimoniais. **RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 18, n. 20, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.cmu.unicamp.br/seer/index.php/resgate/article/view/280>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

NOBRE, J. C. de A.; PEDRO, R. M. L. R. Reflexões sobre possibilidades metodológicas da Teoria Ator-Rede. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, n. 14, dez. 2010. Disponível em: <[www.foa.org.br/cadernos/edicao/14/47.pdf](http://www.foa.org.br/cadernos/edicao/14/47.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2013.

OLIVER, C. **Introdução à RDA**: um guia básico. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

ORÍ, R. Prefácio. In: BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação sobre patrimônio cultural**. Brasília: Edições Câmara, 2010. p. 9-12.

PEREIRA, A. M.; SANTOS, P. L. V. A da C. O uso estratégico das tecnologias em catalogação. **Cadernos da F.F.C.**, Marília, v. 7, n. 1/2, p. 121- 131, 1998.

PEREIRA-DINIZ, H. C. **Ciência e tecnologia**: origem, evolução e perspectiva. Belo Horizonte: BDMG, 2011.

PINHEIRO, N. A. M. **Educação crítico-reflexiva para um ensino médio científico-tecnológico**: a contribuição do enfoque CTS para o ensino-aprendizagem do conhecimento matemático. 2005. 305 f. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA. **MARC 21**: formato bibliográfico. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:  
<<http://www.dbd.puc-rio.br/MARC21/index.html>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1972.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

RIBEIRO, A. M. C. M. **Catálogo de recursos bibliográficos: AACR2R em MARC21**. Brasília: Edição do autor, 2009.

RIBEIRO, R. M. R.; PASSOS JUNIOR, J. F. G. Catalogação automatizada comercial: padrão MARC21. In: SNBU-SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., 2002, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2002. Disponível em:  
<<http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/oralpdf/122.a.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

SAHR, C. L. L. A paisagem dos Campos Gerais e das Matas com Araucária como patrimônio do Paraná: um complexo mosaico. In: SAHR, C. L. L. (Org.). **A paisagem como patrimônio cultural**: Campos Gerais e Matas com Araucária no Paraná. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010. p. 10-25.

SALGADO, F. C. F. **As colônias de Bastos e Pedrinhas**: um estudo comparativo de geografia agrária. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Presidente Prudente, 1971.

SANTOS, D. L.; VENTURA, P.; SANTOS, A.C. **Estudos dos cinco formatos MARC 21** (bibliográfico, autoridade, comunidade, coleção e classificação). São Paulo. 2008. Disponível em: <<http://www.usp.br/siicusp/resumos/16Siicusp/3541.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2009.

SANTOS, P. L. V. C.; CORRÊA, R. M. R. **Catálogo**: trajetória para um código internacional. Niterói: Intertexto, 2009.

SCARPELINE, R. **Acervo móvel e integrado no espaço rural**: proposta de diagnóstico: relatório de pesquisa, 2011. Disponível em:

<<http://www.arquitetura.eesc.usp.br/sspa/arquivos/pdfs/papers/03511.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

SETUBAL, M. A. **Vivências caipiras**: pluralidade cultural e diferentes temporalidades na terra paulista. São Paulo: CENPEC/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

SILBERSCHATZ, A.; KORTH, H. F.; SUDARSHAN, S. **Sistema de banco de dados**. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2006.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2001.

SOUZA, M. I. F.; VENDRUSCULO, L. G.; MELO, G. C. Metadados para a descrição de recursos de informação eletrônica: utilização do padrão Dublin Core. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 1, p. 93-102, jan./abr. 2000.

TAYLOR, A. G. **Introduction to cataloging and classification**. Westport: Libraries Unlimited, 2006.

TEIXEIRA, M. de O. A ciência em ação: seguindo Bruno Latour. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, mar./jun. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702001000200012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000200012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 jun. 2012.

TEIXEIRA, T. A. C. **Simulação de registros de bens patrimoniais no sistema memória virtual rural**: subsídios para elaboração de manual de entrada de dados. 2011. 69 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

THE GENERAL CONFERENCE OF THE UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 17., 1972, Paris. **Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage**. Paris: Unesco, 1972. 16 p. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/conventiontext/>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

TOGNON, M. et al. **Patrimônio Cultural Rural Paulista**: espaço privilegiado para pesquisa, educação e turismo: relatório de pesquisa, 2011. Disponível em: <<http://www.arquitetura.eesc.usp.br/sspa/arquivos/pdfs/papers/06501.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

VACCAREZZA, L. S. Ciência, Tecnologia e Sociedade: o estado da arte na América Latina. In: SANTOS, L. W. et al.(Orgs.). **Ciência, tecnologia e sociedade**: o desafio da interação. Londrina: IAPAR, 2002. p. 34-52.

\_\_\_\_\_. Ciencia, Tecnología y Sociedad: el estado de la cuestión en América Latina. In: **Revista Iberoamericana de Educación**. Ciencia, Tecnología y Sociedad ante la Educación, n.18, set./dez.,1998. Disponível em: <<http://www.oei.es/oeivirt/rie18a01.htm>>. Acesso em: 20

fev. 2013.

VALLEJO, J. M. B. Prefácio. In: KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Bahia: Via Litterarum, 2010.

VARGAS, M. **Para uma filosofia da tecnologia**. São Paulo: Alfa Omega, 1994.

VAZ, C. R.; FAGUNDES, A. B.; PINHEIRO, N. A. M. O Surgimento da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) na Educação: uma revisão. In: I SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 1., 2009, Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa, 2009. Disponível em:  
<[http://www.pg.utfpr.edu.br/sinect/anais/artigos/1%20CTS/CTS\\_Artigo8.pdf](http://www.pg.utfpr.edu.br/sinect/anais/artigos/1%20CTS/CTS_Artigo8.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2010.

VELHO, L. Conceitos de ciência e a política científica, tecnológica e de inovação. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 26, p. 128-153, jan./abr. 2011.

VON LINSINGEN, I. Perspectiva educacional CTS: aspectos de um campo em consolidação na América Latina. **Ciência & Ensino**, Unicamp, v. 1, p. 1-16, 2007.

**ANEXO 1 – PADRÃO DE DESCRIÇÃO DE INFORMAÇÃO (PDI)**

Este documento contém os atributos que compõem o Padrão de Descrição da Informação referente à estrutura da base de dados do Sistema Memória Virtual Rural. Esses atributos estão divididos em 13 grupos, conforme mostrados a seguir:

**GRUPO 1: Identificação da Fazenda**

NOME DA PROPRIEDADE:

MUNICÍPIO:

LOCALIDADE:

ESTADO

PAÍS:

ENDEREÇO COMPLETO (LOGRADOURO, N°, COMPLEMENTO)

CAIXA POSTAL

TELEFONE(S)/FAX:

E-MAIL:



URL:

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO:

ADMINISTRADOR DA PROPRIEDADE:

COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

LATITUDE:

LONGITUDE:

ALTITUDE [M]:

TIPO DE PROPRIEDADE:

- Pública
- Privada
- Mista
- Outra

PROTEÇÃO EXISTENTE:

- Patrimônio Mundial
- Federal/ Individual
- Federal/ Conjunto
- Estadual/ Individual
- Estadual/ Conjunto
- Municipal/ Individual
- Municipal/ Conjunto
- Decreto Juridico

Entorno De Bem Protegido

Nenhuma

TIPO/ LEGISLAÇÃO INCIDENTE:

--

IMAGENS:

<p>Inserir imagens de edificações ou elementos da paisagem de destaque</p>	<p>Inserir imagens com detalhes da propriedade cadastrada</p>	<p>Inserir imagens das principais manifestações culturais associadas à propriedade cadastrada</p>
----------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------

SÍNTESE HISTÓRICA:

<p>Incluir dados sobre a formação da Fazenda, principais atividades econômicas, dados de compra e venda, dados de formação, da ocupação humana e da situação das terras, anteriores à sua formação.</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Grupo 2: Informações Gerais do Bem Patrimonial**

2.0. DISPONIBILIZAÇÃO PARA ACESSO EXTERNO:

Sim

Não

2.1. NATUREZA DO BEM PATRIMONIAL: indicar o bem que está sendo inventariado

Imaterial

Material

2.1.1. NATUREZA DO BEM IMATERIAL:

Celebrações, Práticas Sociais, Rituais e Atos Festivos

Conhecimentos e Práticas Relacionados ao Trabalho e à Natureza

Técnicas Artesanais Tradicionais

Tradições e Expressões Orais

2.1.2. NATUREZA DO BEM MATERIAL:

- Arqueológico
- Arquivístico
- Bibliográfico
- Edificado (Espaço coberto ou Espaço aberto)
- Audiovisual (OBS: contém fotografia, fita, negativo, filme em movimento, ... OBS: não colocar, por exemplo, o projetor, a máquina fotográfica, ....)
- Móvel e Integrado
- Paisagístico (OBS: contém paisagem natural e paisagem antrópica)

2.2. TIPO DO BEM PATRIMONIAL:

Indicar o tipo do bem patrimonial que está sendo inventariado.  
 Campo para escolha de opção pré-estabelecida que irá constar do sistema partindo da natureza do bem identificado acima. Ou com a possibilidade de “outros”  
 OBS: pode ser sub-series, subtipos etc.

2.3. NÚMERO DE REGISTRO:

É CAMPO OBRIGATÓRIO.

Número atribuído pela instituição ao bem patrimonial.  
 Corresponde ao registro individual de identificação e controle do Bem patrimonial dentro do acervo. Será uma combinação de letras e números, conforme normas que serão pré-estabelecidas  
 EXEMPLO:FP-A-T1” (FAZENDA PINHAL – ARQUITETÔNICO- TRULHA 1)  
 FP- IM- C1” (FAZENDA PINHAL – IMATERIAL- CONTO1)

2.4. TÍTULO:2.4.1. TIPO DO TÍTULO:

- Principal
- Equivalente
- Atribuído
- Sub-título
- Título anterior
- Título posterior
- Título do suplemento
- Título correlato

OBS: PODE TER MAIS DE UM TÍTULO, ENTÃO OS CAMPOS 2.4 E 2.4.1 PODEM SE REPETIR PARA CADA TÍTULO A MAIS QUE TENHA O BEM

2.4.2. COMPLEMENTO:

Usado para nomes de séries monográficas, sub-coleções, publicado com, entre outras situações não previstas nos campos anteriores.

2.5. COLEÇÃO, FUNDO, CONJUNTO, FAMÍLIA/ESPECIE:

Nome da coleção a que pertence o item inventariado conforme organização da instituição. Será uma combinação de letras, conforme critérios/normas pré-estabelecidas.

2.6. LOCALIZAÇÃO FÍSICA ESPECÍFICA:

Conjunto de informações que descreve a localização física do bem patrimonial no acervo.

2.7. COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Coordenadas geográficas do bem arquitetônico, arqueológico ou natural na propriedade.

2.7.1. LATITUDE:

2.7.2. LONGITUDE:

**Grupo 3: Autoria**

AUTOR OU RESPONSÁVEL:

Identificação da autoria deve ser escrita na forma direta, por extenso, de acordo com o documento ou a fonte de pesquisa. Ex.: Martinho Carlos de Arruda Botelho.

TIPO DE AUTORIA: (pode-se escolher um ou mais opções)

- Agência
- Autor
- Autor Institucional
- Co-autor
- Compilador
- Coordenador

- Diretor
- Editor
- Entidade produtora
- Entrevistador
- Estudo
- Fabricante
- Figurinista
- Fotografo
- Ilustrador
- Palestrante
- Prefaciador
- Organizador
- Tradutor
- Outras (especificar):

OBS: se houver mais de um autor, replicar os dois campos acima.

#### **Grupo 4: Cadastro de Autoria**

OBS: nesse grupo deve-se completar todas as demais informações sobre a autoria já inserida no Grupo 3.

##### SOBRENOME:

Sobrenome do autor. Acrescentar as normas utilizadas para títulos e patentes.
----------------------------------------------------------------------------------

##### NOME:

Nome do autor.
----------------

##### PSEUDÔNIMO OU CODNOME:

Nomes alternativos diferenciados adotados e/ou conhecidos. No caso de haver dois ou mais, separar em “;”.
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------

FUNÇÃO OU ATIVIDADE: função ou atividade principal do autor.

- Adaptador
- Arquiteto
- Arranjador
- Classificador
- Comentador
- Compilador
- Cozinheiro
- Desenhista
- Engenheiro
- Escritor
- Escultor
- Financiador
- Fotógrafo
- Horticultor
- Ilustrador
- Intérprete (Para Som)
- Jardineiro
- Pintor
- Relator
- Relator
- Revisor
- Roteirista
- Outras (especificar):

DATA DE NASCIMENTO:

Data de nascimento do autor. Ex.: ABNT.

DATA DE ÓBITO:

Data de óbito do autor.

## Grupo 5: Produção

### LOCAL:

Local de criação, publicação, edição, reimpressão, fabricação, produção, performance, registro, etc. Colocar a informação mais completa possível, indicando logradouro, bairro, cidade, estado e país.

### ANO:

Data de criação, de construção, publicação, edição, reimpressão, produção ou período de abrangência. Pode ser indicado como data composta, com período inicial e final, por exemplo: 1810 – 1900.  
Acrescentar as normas utilizadas pela ABNT

### EDIÇÃO E/OU REIMPRESSÃO:

Número da edição e ou reimpressão.  
Obs: Edição revista, edição aumentada, obra numerada. Engloba obras facsimile.

### OUTRAS RESPONSABILIDADES:

Entidades envolvidas na produção do bem. Exemplos: editora, indústria, construtora, produtora, gráfica, patrocinador.

## Grupo 6: Descrição

### 6.1. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E TÉCNICAS EXECUTIVAS:

Descrição física mais completa do bem patrimonial ou requisitos.

- Para bens móveis e integrados deve-se fazer uma descrição sucinta do mesmo, partindo do geral para o particular, informando os materiais que o compõem e seu formato. Informar se o objeto faz parte de um conjunto.
- Para bens arquitetônicos descrever: técnicas executivas e construtivas, cômodos, acabamentos, divisórias, pisos e forros.
- Para bibliográficos e arquivísticos descrever: encadernado ou brochura, ilustrado ou não, número de páginas.
- Para bens iconográficos: características físicas e requisitos técnicos.
- Para bens naturais: caracterização da vegetação existente (espécies naturais e introduzidas).
- Para bens arqueológicos:
- Para bens imateriais:

### 6.1.1. BENS ARQUITETÔNICOS

#### Condição Topográfica:

- Acidentada suave
- Acidentada médio
- Acidentada abrupta
- Plano

#### USO:

- Ferroviário
- Habitacional
- Produção
- Religiosa
- Outras (especificar)

#### PAVIMENTOS:

##### Nº de ambientes:

##### Nº de pavimentos:

##### Alcova:

- Sim
- Não

##### Porão:

- Sim
- Não

##### Sótão:

- Sim
- Não

##### Outros:



### 6.1.2. BENS NATURAIS

#### RELEVO:

- Acidentada suave
- Acidentada médio
- Acidentada abrupta
- Plano

#### CARACTERÍSTICAS DO MEIO ANTRÓPICO:

Histórico da ocupação e uso do solo, uso do solo atual, infraestrutura, equipamentos e edificações, cercas e muros, postes, fundações antigas, caminhos, outros.  
Uso do solo atual, deve constar reflorestamento, agricultura, pecuária, áreas protegidas atividades culturais, artísticas e de turismo  
Infraestrutura deve constar abastecimento de água, rede de esgoto ou de escoamento, rede elétrica, etc.  
Equipamentos de edificações: todas as edificações devem ser registradas: banheiros, fontes, kiosques, etc  
Caminhos, aleias ou ruas: mesmo que não estejam sendo utilizados.

#### CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS:

Relevo, hidrografia e hidrologia, zonas climáticas, fauna, cobertura vegetal, vegetação, ecossistema, altitudes, recursos minerais, etc.  
As informações sobre o contexto geográfico deverão relacionar o universo/ objeto de análise com o seu meio.  
Fauna: caracterização da fauna existente, incluindo espécies migratórias.

### 6.1.3. BENS ARQUEOLÓGICOS

#### Condição Topográfica:

- Acidentada suave
- Acidentada médio
- Acidentada abrupta
- Plano

#### Sítio da paisagem:

Indicar outros bens arqueológicos próximos.

Água próxima:

Indicar a distância e especificar.

Possui vegetação:

Indicar quais vegetações e densidade.

Exposição:

- Céu aberto
- Abrigada
- Submersa
- Soterrada

Uso atual:

Outros:

#### 6.1.4 NOTAS:

Notas para o 6.1 (6.1.1, 6.1.2 e 6.1.3)  
Notas (gerais, especiais e de conteúdo) e observações.  
Ex: Santinho entre as páginas 10 e 11.  
Ex: Marca de lágrima na parte inferior da foto.  
Ex: Marca de batom no verso da foto.

#### 6.2. DIMENSÕES E QUANTIFICAÇÕES:

Dimensões do bem: Compreende altura, comprimento, largura, diâmetro, circunferência, profundidade, volume, área, espessura, tudo em centímetros)  
Duração (em minutos), área (em m<sup>2</sup>), volume (para coleção), escala (para mapas e plantas), velocidade de gravação (discos e fitas), peso, outros.

#### 6.2.1. MEDIDAS GERAIS DO BEM ARQUITETÔNICO:

Área total:

Altura fachada frontal:

Altura fachada posterior:

Largura:

Profundidade:

Altura da cumeeira:

Altura total:

Pé direito térreo:

Pé direito tipo:

### 6.2.2.MEDIDAS GERAIS DO BEM ARQUEOLÓGICO

Área total:

Comprimento:

Altura:

Largura:

Profundidade:

### 6.3. CONTEÚDO:

Âmbito e conteúdo, estilo, resumo, descrição física, análise estilística e iconográfica, e época. Para bens arqueológicos, deve-se informar as características morfológicas e culturais e rotas de acesso ao local.

**6.4. MEIO DE ACESSO:**

Infra-estrutura necessária para se ter o acesso ao conteúdo do bem patrimonial e/ou material adicional.

Ex.: Gramofone, Toca-discos, Vídeo-cassete, especialista na leitura de documentos antigos, etc.

**Grupo 7: Audiovisual**

OBS: deve constar material produzido na pesquisa durante o inventário.

- **Bens arquitetônicos, arqueológicos e naturais:** mapeamento, plantas, croquis, cartografia, georeferenciamento.
- **Bens móveis e integrados:** fotografar as peças de forma tridimensional.
- **Obras raras:** fotografar capa e folha de rosto (opcional)
- **Bens arquivísticos e iconográfico:** digitalizar o documento (opcional)

Imagem 1	Imagem 2	Imagem 3	Video 1	Som 1

**TÍTULO:**

Título da imagem, som ou vídeo produzido vinculado ao bem patrimonial.

**TIPO:**

- Imagem
- Som
- Vídeo

**DESCRIÇÃO:**

Descrição sobre o áudio-visual sendo cadastrado (opcional).

OBS: além das informações acima, o Sistema Memória Virtual Rural permite cadastrar o próprio arquivo contendo a fonte de audiovisual.

## Grupo 8: Diagnóstico e Intervenção

8.1. ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO: (para outros tipos de bem, diferentes do bem arquitetônico)

Estado de preservação refere-se ao quanto o bem patrimonial está próximo ao original.  
 Estado de conservação refere-se às condições do bem patrimonial naquele momento.  
 Considerar os padrões para estado de conservação:

- **Ótimo:** preserva suas características originais
- **Bom:** guarda sua integridade estrutural e formal, necessitando de pequenas intervenções,
- **Regular:** permite uma leitura estética legível, porém necessitando de intervenções para suspender o processo degenerativo
- **Péssimo:** apresenta-se com perda da integridade estrutural/formal e em processo de degradação acelerado, com prometendo sua caracterização

8.1.1. ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO: (para bens arquitetônicos)

ESTADO DE PRESERVAÇÃO:

- íntegro
- pouco alterado
- muito alterado
- descaracterizado

ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

- bom
- precário
- em arruinamento
- arruinado

8.2. NOTAS ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

Reservado ao detalhamento do atual estado físico, devendo ser identificadas as condições de conservação de seus elementos estruturais e estéticos, os possíveis estados de degradação existentes e/ou ocorridos e suas possíveis causas.

8.3. INTERVENÇÃO NO BEM:

- Sim
- Não

Obs: Se sim, complete os três campos abaixo.

**8.3.1. DATA:**

Data da intervenção.
----------------------

**8.3.2. RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO:**

Nome do responsável pela intervenção, podendo ser pessoa e/ou instituição.
----------------------------------------------------------------------------

**8.3.3. DESCRIÇÃO:**

Descrição da intervenção que pode ser: reformas, restauros, acidentes que interferiram nas características do bem patrimonial, podas sistemáticas, entre outros.
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

OBS: se mais de uma intervenção foi realizada no bem, replicar os três campos acima.

**Grupo 9: Condições de disponibilidade, uso e proteção**

DISPONIBILIDADE: situação de disponibilidade do bem patrimonial.

- Acervo (Estante, Reserva Técnica, etc);
- Evento (Exposição, Feira, etc);
- Exposição Permanente
- Empréstimo
- Restauro (Encadernação, Pequenos Consertos, etc).
- Baixa do Patrimônio Obs.: Considerar bens naturais, imateriais e arquitetônicos como parte do acervo.

CONDIÇÕES DE ACESSO: (se opção no campo DISPONIBILIDADE for ACERVO, responder essa)

- Livre
- Sob Consulta

DATA de RETORNO: (se opção no campo DISPONIBILIDADE for diferente de “ACERVO” e “BAIXA DO PATRIMÔNIO”)

Data de disponibilidade do bem patrimonial Exceto BAIXA DO PATRIMÔNIO, informar uma data de disponibilidade.
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Ex: “Segundo semestre de 2015”

Ex: “Disponível durante as festas de junho” (quando estiver no acervo).

Ex: “durante a lua cheia” ( quando catalogando “cavalgada”)

CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO: Possibilidade de obtenção de qualquer tipo de cópia do conteúdo do bem patrimonial.

- Sob Consulta
- Não

NOTAS SOBRE USO E APROVEITAMENTO:

Usos que vão além da função utilitária ou do uso original do bem patrimonial; outros produtos oriundos do bem que não aquele primeiro.  
Descrição do uso e aproveitamento que se faz do material no momento. Toda e qualquer referência de uso feito anteriormente deve ser descrita no histórico.

PROTEÇÃO: proteção do bem patrimonial.

- Sim
- Não
- Em Processo

INSTITUIÇÃO:

Entidade responsável pela proteção.  
Banco ou seguradora que esteja fazendo um seguro ou entidade responsável pela proteção do bem.

LEGISLAÇÃO/NÚMERO DO PROCESSO:

Leis, normas, decretos e número de processo que incidem sobre o bem, e relacionados à proteção.

## **Grupo 10: Histórico da procedência**

TIPO DE AQUISIÇÃO: tipo de transação realizada para a aquisição do bem patrimonial.

- Compra
- Permuta
- Doação Institucional
- Doação Pessoal
- Comodato

VALOR VENAL DA ÉPOCA DA TRANSAÇÃO:

Valor venal comprovado ou estimado da transação.

**DATA AQUISIÇÃO:**

Data da transação.
--------------------

**DADOS DO DOCUMENTO DE AQUISIÇÃO:**

Documento comprobatório: inventário, testamento, escritura, recibo, termo de doação, entre outros.
----------------------------------------------------------------------------------------------------

OBS: se quiser anexar o documento escaneado, deve-se criar um outro bem patrimonial e relacionar a este bem.
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**PRIMEIRO PROPRIETÁRIO:**

Primeiro detentor do bem patrimonial.
---------------------------------------

**HISTÓRICO:**

História administrativa, arquivística, origem, formação, uso original, proprietários anteriores, contexto de aquisição ou de criação do bem patrimonial.
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Visa conceituar o bem patrimonial com seus proprietários, formas de uso, de aquisição, o porquê de tê-lo adquirido, o tempo que permaneceu com o mesmo, e a importância do mesmo para ele e para sua família.
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**INSTRUMENTOS DE PESQUISA:**

Indicação da forma como os dados do histórico foram coletados, ou instrumento para a coleta dos dados históricos, ou o método de coleta dos dados históricos (entrevista, questionário, pesquisas em fontes primárias, etc), ou padrão e normas para elaborar o histórico.
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Grupo 11: Assunto e Descritores****ASSUNTO:** (escolha livre da palavra-chave)

Palavra-chave é uma palavra ou identificador que tem um significado especial e identifica de forma sintética um bem patrimonial e que são atribuídos pela instituição gestora. Essas palavras-chaves são de vital importância para servir de referência à pesquisas [wikipedia]. OBS: pode-se ter uma ou até cinco palavras-chaves para cada bem patrimonial.
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**DESCRITORES:** (escolha a partir de um conjunto pré-definido previamente cadastrado no sistema, podendo ser mais de um termo)

Termos controlados, retirados de um vocabulário pré-definido, que traduzem o conteúdo temático do bem patrimonial. OBS: para o contexto de fazendas históricas, esse vocabulário ainda não está definido. Para o caso do sistema para as fazendas, não aparecer por enquanto na interface do usuário.
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



**Grupo 12: Fonte de informação**FONTE DE INFORMAÇÃO:

Fontes de informação utilizadas na pesquisa do histórico do bem patrimonial, independente do tipo de suporte (documentos, inventários, escritos (anotações), depoimentos, fontes impressas, fontes eletrônicas, entre outros).

OBS: se houver mais de uma fonte de informação, replicar o campo acima.

OBS: uma fonte de informação pode ser de mais de um bem patrimonial.

**Grupo 13: Responsável pela pesquisa**NOME:

Nome do responsável pela pesquisa histórica, coleta de dados ou elaboração de conteúdo histórico.

DATA:

Data da pesquisa, coleta de dados ou elaboração do conteúdo.

NOTAS DO PESQUISADOR:

Anotações complementares do responsável pela pesquisa, coleta de dados ou conteúdo. OBS: não deve ser mostrado para o pesquisador ou usuário externos.

OBS: se houver mais de um responsável pela pesquisa, replicar os três campos acima e uma nota para cada pesquisador.

**ANEXO 2 – RELAÇÃO DE CAMPOS MARC 21**

- 001 - Control Number
- 003 - Control Number Identifier
- 005 - Date and Time of Latest Transaction
- 006 - Fixed-Length Data Elements - Additional Material Characteristics
- 007 - Physical Description Fixed Field
- 008 - Fixed-Length Data Elements
- 010 - Library of Congress Control Number (NR)
- 013 - Patent Control Information (R)
- 015 - National Bibliography Number (R)
- 016 - National Bibliographic Agency Control Number (R)
- 017 - Copyright or Legal Deposit Number (R)
- 018 - Copyright Article-Fee Code (NR)
- 020 - International Standard Book Number (R)
- 022 - International Standard Serial Number (R)
- 024 - Other Standard Identifier (R)
- 025 - Overseas Acquisition Number (R)
- 026 - Fingerprint Identifier (R)
- 027 - Standard Technical Report Number (R)
- 028 - Publisher Number (R)
- 030 - CODEN Designation (R)
- 031 - Musical Incipits Information (R)
- 032 - Postal Registration Number (R)
- 033 - Date/Time and Place of an Event (R)
- 034 - Coded Cartographic Mathematical Data (R)
- 035 - System Control Number (R)
- 036 - Original Study Number for Computer Data Files (NR)
- 037 - Source of Acquisition (R)
- 038 - Record Content Licensor (NR)
- 040 - Cataloging Source (NR)
- 041 - Language Code (R)
- 042 - Authentication Code (NR)
- 043 - Geographic Area Code (NR)
- 044 - Country of Publishing/Producing Entity Code (NR)
- 045 - Time Period of Content (NR)
- 046 - Special Coded Dates (R)
- 047 - Form of Musical Composition Code (NR)
- 048 - Number of Musical Instruments or Voices Codes (R)
- 050 - Library of Congress Call Number (R)
- 051 - Library of Congress Copy, Issue, Offprint Statement (R)
- 052 - Geographic Classification (R)
- 055 - Classification Numbers Assigned in Canada (R)
- 060 - National Library of Medicine Call Number (R)
- 061 - National Library of Medicine Copy Statement (R)
- 066 - Character Sets Present (NR)
- 070 - National Agricultural Library Call Number (R)
- 071 - National Agricultural Library Copy Statement (R)
- 072 - Subject Category Code (R)
- 074 - GPO Item Number (R)

- 080 - Universal Decimal Classification Number (R)
- 082 - Dewey Decimal Classification Number (R)
- 083 - Additional Dewey Decimal Classification Number (R)
- 084 - Other Classification Number (R)
- 085 - Synthesized Classification Number Components (R)
- 086 - Government Document Classification Number (R)
- 088 - Report Number (R)
- 09X - Local Call Numbers
- 100 - Main Entry - Personal Name (NR)
- 110 - Main Entry - Corporate Name (NR)
- 111 - Main Entry - Meeting Name (NR)
- 130 - Main Entry - Uniform Title (NR)
- 210 - Abbreviated Title (R)
- 222 - Key Title (R)
- 240 - Uniform Title (NR)
- 242 - Translation of Title by Cataloging Agency (R)
- 243 - Collective Uniform Title (NR)
- 245 - Title Statement (NR)
- 246 - Varying Form of Title (R)
- 247 - Former Title (R)
- 250 - Edition Statement (R)
- 254 - Musical Presentation Statement (NR)
- 255 - Cartographic Mathematical Data (R)
- 256 - Computer File Characteristics (NR)
- 257 - Country of Producing Entity (R)
- 258 - Philatelic Issue Data (R)
- 260 - Publication, Distribution, etc. (Imprint) (R)
- 263 - Projected Publication Date (NR)
- 264 - Production, Publication, Distribution, Manufacture, and Copyright Notice (R)
- 270 - Address (R)
- 300 - Physical Description (R)
- 306 - Playing Time (NR)
- 307 - Hours, etc. (R)
- 310 - Current Publication Frequency (NR)
- 321 - Former Publication Frequency (R)
- 336 - Content Type (R)
- 337 - Media Type (R)
- 338 - Carrier Type (R)
- 340 - Physical Medium (R)
- 342 - Geospatial Reference Data (R)
- 343 - Planar Coordinate Data (R)
- 344 - Sound Characteristics (R)
- 345 - Projection Characteristics of Moving Image (R)
- 346 - Video Characteristics (R)
- 347 - Digital File Characteristics (R)
- 351 - Organization and Arrangement of Materials (R)
- 352 - Digital Graphic Representation (R)
- 355 - Security Classification Control (R)
- 357 - Originator Dissemination Control (NR)
- 362 - Dates of Publication and/or Sequential Designation (R)

- 363 - Normalized Date and Sequential Designation (R)
- 365 - Trade Price (R)
- 366 - Trade Availability Information (R)
- 377 - Associated Language (R)
- 380 - Form of Work (R)
- 381 - Other Distinguishing Characteristics of Work or Expression (R)
- 382 - Medium of Performance (R)
- 383 - Numeric Designation of Musical Work (R)
- 384 - Key (NR)
- 385 - Audience Characteristics (R)
- 386 - Creator/Contributor Characteristics (R)
- 490 - Series Statement (R)
- 500 - General Note (R)
- 501 - With Note (R)
- 502 - Dissertation Note (R)
- 504 - Bibliography, etc. Note (R)
- 505 - Formatted Contents Note (R)
- 506 - Restrictions on Access Note (R)
- 507 - Scale Note for Graphic Material (NR)
- 508 - Creation/Production Credits Note (R)
- 510 - Citation/References Note (R)
- 511 - Participant or Performer Note (R)
- 513 - Type of Report and Period Covered Note (R)
- 514 - Data Quality Note (NR)
- 515 - Numbering Peculiarities Note (R)
- 516 - Type of Computer File or Data Note (R)
- 518 - Date/Time and Place of an Event Note (R)
- 520 - Summary, etc. (R)
- 521 - Target Audience Note (R)
- 522 - Geographic Coverage Note (R)
- 524 - Preferred Citation of Described Materials Note (R)
- 525 - Supplement Note (R)
- 526 - Study Program Information Note (R)
- 530 - Additional Physical Form available Note (R)
- 533 - Reproduction Note (R)
- 534 - Original Version Note (R)
- 535 - Location of Originals/Duplicates Note (R)
- 536 - Funding Information Note (R)
- 538 - System Details Note (R)
- 540 - Terms Governing Use and Reproduction Note (R)
- 541 - Immediate Source of Acquisition Note (R)
- 542 - Information Relating to Copyright Status (R)
- 544 - Location of Other Archival Materials Note (R)
- 545 - Biographical or Historical Data (R)
- 546 - Language Note (R)
- 547 - Former Title Complexity Note (R)
- 550 - Issuing Body Note (R)
- 552 - Entity and Attribute Information Note (R)
- 555 - Cumulative Index/Finding Aids Note (R)
- 556 - Information About Documentation Note (R)

- 561 - Ownership and Custodial History (R)
- 562 - Copy and Version Identification Note (R)
- 563 - Binding Information (R)
- 565 - Case File Characteristics Note (R)
- 567 - Methodology Note (R)
- 580 - Linking Entry Complexity Note (R)
- 581 - Publications About Described Materials Note (R)
- 583 - Action Note (R)
- 584 - Accumulation and Frequency of Use Note (R)
- 585 - Exhibitions Note (R)
- 586 - Awards Note (R)
- 588 - Source of Description Note (R)
- 59X - Local Notes
- 600 - Subject Added Entry - Personal Name (R)
- 610 - Subject Added Entry - Corporate Name (R)
- 611 - Subject Added Entry - Meeting Name (R)
- 630 - Subject Added Entry - Uniform Title (R)
- 648 - Subject Added Entry - Chronological Term (R)
- 650 - Subject Added Entry - Topical Term (R)
- 651 - Subject Added Entry - Geographic Name (R)
- 653 - Index Term - Uncontrolled (R)
- 654 - Subject Added Entry - Faceted Topical Terms (R)
- 655 - Index Term - Genre/Form (R)
- 656 - Index Term - Occupation (R)
- 657 - Index Term - Function (R)
- 658 - Index Term - Curriculum Objective (R)
- 662 - Subject Added Entry - Hierarchical Place Name (R)
- 69X - Local Subject Access Fields (R)
- 700 - Added Entry - Personal Name (R)
- 710 - Added Entry - Corporate Name (R)
- 711 - Added Entry - Meeting Name (R)
- 720 - Added Entry - Uncontrolled Name (R)
- 730 - Added Entry - Uniform Title (R)
- 740 - Added Entry - Uncontrolled Related/Analytical Title (R)
- 751 - Added Entry - Geographic Name (R)
- 752 - Added Entry - Hierarchical Place Name (R)
- 753 - System Details Access to Computer Files (R)
- 754 - Added Entry - Taxonomic Identification (R)
- 760 - Main Series Entry (R)
- 762 - Subseries Entry (R)
- 765 - Original Language Entry (R)
- 767 - Translation Entry (R)
- 770 - Supplement/Special Issue Entry (R)
- 772 - Supplement Parent Entry (R)
- 773 - Host Item Entry (R)
- 774 - Constituent Unit Entry (R)
- 775 - Other Edition Entry (R)
- 776 - Additional Physical Form Entry (R)
- 777 - Issued With Entry (R)
- 780 - Preceding Entry (R)

- 785 - Succeeding Entry (R)
- 786 - Data Source Entry (R)
- 787 - Other Relationship Entry (R)
- 800 - Series Added Entry - Personal Name (R)
- 810 - Series Added Entry - Corporate Name (R)
- 811 - Series Added Entry - Meeting Name (R)
- 830 - Series Added Entry - Uniform Title (R)
- 841 - Holdings Coded Data Values (NR)
- 842 - Textual Physical Form Designator (NR)
- 843 - Reproduction Note (R)
- 844 - Name of Unit (NR)
- 845 - Terms Governing Use and Reproduction (R)
- 850 - Holding Institution (R)
- 852 - Location (R)
- 853 - Captions and Pattern - Basic Bibliographic Unit (R)
- 854 - Captions and Pattern - Supplementary Material (R)
- 855 - Captions and Pattern - Indexes (R)
- 856 - Electronic Location and Access (R)
- 863 - Enumeration and Chronology - Basic Bibliographic Unit (R)
- 864 - Enumeration and Chronology - Supplementary Material (R)
- 865 - Enumeration and Chronology - Indexes (R)
- 866 - Textual Holdings - Basic Bibliographic Unit (R)
- 867 - Textual Holdings - Supplementary Material (R)
- 868 - Textual Holdings - Indexes (R)
- 876 - Item Information - Basic Bibliographic Unit (R)
- 877 - Item Information - Supplementary Material (R)
- 878 - Item Information - Indexes (R)
- 880 - Alternate Graphic Representation (R)
- 882 - Replacement Record Information (NR)
- 883 - Machine-generated Metadata Provenance (R)
- 886 - Foreign MARC Information Field (R)
- 887 - Non-MARC Information Field (R)